



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção Nacional dos Registos e Notariado

DESPACHO

Nos termos do artigo 362 do código do registo civil, é concedida a autorização ao senhor Fredson Emílio da Victória Langa, a efectuar a mudança de nome do seu filho menor Walter Alípio Langa para passar a usar o nome completo de Walker Alípio Langa.

Maputo, 6 de Novembro de 2014. — O Director Nacional Adjunto, *Danilo Momade Bay.*

Ministério da Planificação e Desenvolvimento

DESPACHO

A realização do Projecto Barlows Equipamentos Companhia foi autorizada por despacho de 6 de Junho de 1996, tendo por objecto a expansão da actividade de manutenção industrial de equipamentos hidráulicos, motores e outras máquinas auxiliares. Tendo os investidores envolvidos neste empreendimento requerido a cessão da participação do “Investidor Estrangeiro”, ao abrigo do disposto no Artigo 23 de Regulamento da Lei de Investimentos, aprovado pelo Decreto n.º 14/93 de 21 de Julho, autorizo:

1. A cessão da participação do “Investidor Estrangeiro” John Michael McCarthy a favor da Barloworld UK Nominees neste projecto e na Barloworld Equipamentos Moçambique, Limitada;
2. A alteração da denominação social da empresa responsável pela implementação deste projecto, de Barlows Equipamentos Companhia Limitada para Barloworld Equipamentos Moçambique Limitada;
3. É igualmente autorizada a alteração da denominação social do “Investidor Estrangeiro” Barlows Tractor International Limited, para a denominação actual de Barloworld Equipment Limited;

4. É revogado, com efeitos imediatos, o despacho de 11 de Novembro de 2008.

Maputo, 16 de Fevereiro de 2009. — O Ministro da Planificação e Desenvolvimento, *Aiuba Cuereneia.*

Governo do Distrito de Vanduzi

DESPACHO

Um grupo de cidadãos da Associação Chimuanandimai, requereu ao Governo do Distrito de Vanduzi o seu reconhecimento como pessoa jurídica, juntando ao pedido os estatutos da constituição

Apreciados os documentos entregues, verifica-se que se trata de uma associação que prossegue fins lícitos, não lucrativos determinados e legalmente possíveis cujo acto de constituição e os estatutos da mesma cumprem o escopo e os requisitos exigidos por lei, nada obstando o seu reconhecimento.

Os órgãos sociais da referida associação, eleitos dois anos renováveis única vez.

Nestes termos e no disposto no artigo 6 do Decreto-Lei 2/2006, de 3 de Maio, vai reconhecida definitivamente como pessoa colectiva de direito privado, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, sem fins lucrativos a Associação Chimuanandimai.

Governo do Distrito de Vanduzi, 12 de Setembro de 2014. — O Administrador do Distrito, *Eusébio Lambo Gondiwa.*

Governo da Província de Sofala

DESPACHO

Um grupo de cidadãos moçambicanos apresentou o pedido de reconhecimento como pessoa jurídica, juntando ao pedido os estatutos da constituição

Apreciados os documentos entregues, verifica-se que se trata de uma associação que prossegue fins lícitos, determinados e legalmente possíveis cujo acto de constituição e os estatutos da mesma cumprem o escopo e os requisitos fixados na lei, nada obstando ao seu reconhecimento.

Nestes termos e no disposto no n.º 1 do artigo 5 da lei n.º 8/91 de 18 de Julho, conjugado com o artigo 2 do decreto n.º 21/91, de 3 de Outubro, vai reconhecida como pessoa jurídica a Associação Cristã Kusongana – Moçambique.

Governo da Província de Sofala, na Beira, 14 de Abril de 2014. — A Ministra do Trabalho, *Maria Helena Taipo.*

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

Plastex Energia, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia treze de Novembro de dois mil e catorze, foi matriculada, na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100550644 uma sociedade denominada Plastex Energia, Limitada, entre:

Plastex Limitada, sociedade de Direito Moçambicano, registada na Conservatória do Registos de Entidades Legais de Maputo sob o número oito mil oitocentos e sessenta e seis com sede em Maputo, aqui representada por Gerasimos Marketos, de nacionalidade Grega, portador do DIRE n.º 11GR00034951J; e

Gerásimos Marketos, de nacionalidade Grega, portador do DIRE n.º 11GR00034951J.

É assinado o presente contrato social atinentemente à constituição da sociedade Plastex Energia, Limitada, o qual traduz os respectivos estatutos, nos termos que se seguem:

CAPÍTULO I

Da denominação, duração, sede e objecto

ARTIGO PRIMEIRO

Denominação e sede

Um) A sociedade adopta a denominação Plastex Energia, Limitada, e constitui-se sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade Limitada.

Dois) A sociedade tem a sua sede na cidade de Maputo, podendo abrir sucursais, delegações, agências ou qualquer outra forma de representação social, no território nacional ou no estrangeiro.

Três) Mediante simples deliberação, pode a administração transferir a sede para qualquer outro local no território nacional.

ARTIGO SEGUNDO

Duração

A sociedade é constituída por tempo indeterminado.

ARTIGO TERCEIRO

Objecto

Um) A sociedade tem por objecto principal:

- Comercialização, importação, distribuição, instalação e gestão de equipamentos de energia renováveis;

- Comercialização, importação e operação de equipamentos e sistemas de recolha, tratamento e deposição de resíduos sólidos urbanos, industriais e outros;

- Comercialização, importação e operação de equipamentos e sistemas de captação, tratamento, adução, reserva e distribuição de água para consumo público e outros fins, assim como do seu saneamento, incluindo a recolha, tratamento, rejeição e reciclagem de efluentes;

- Importação e exportação.

Dois) A sociedade poderá prestar serviços técnicos de administração e gestão de sociedades nas quais detenha participação ou com as quais tenha celebrado contrato de subordinação.

Três) A sociedade pode exercer ainda outras actividades de natureza acessória e complementar do objecto principal ou outras, desde que tais actividades sejam legalmente permitidas, devidamente autorizadas pelas autoridades competentes e tenha havido uma deliberação da assembleia geral.

Quatro) A sociedade pode, por simples deliberação da administração, mediante parecer favorável da assembleia geral, participar na constituição e por outras formas adquirir participações em outras sociedades de qualquer tipo, com objecto idêntico ou diferente, incluindo sociedades reguladas por lei especial, bem como associar-se com outras pessoas jurídicas, nomeadamente em agrupamentos complementares de empresas, agrupamentos multinacionais de interesse económico, consórcios e associações em participação.

CAPÍTULO II

Do capital social

ARTIGO QUARTO

Capital social

O capital social é de um milhão de meticais, encontrando-se dividido nas seguintes quotas:

- Uma quota no valor nominal de quinhentos mil meticais, correspondente a cinquenta por cento do capital social e pertencente ao sócio Plastex Limitada;
- Uma quota no valor nominal de quinhentos mil meticais, correspondente a cinquenta por cento do capital social e pertencente ao sócio Gerásimos Marketos.

ARTIGO QUINTO

(Aumento do capital social)

O capital social poderá ser aumentado, uma ou mais vezes, mediante novas entradas, por incorporação de reservas ou por qualquer outra modalidade ou forma legalmente permitida por deliberação dos sócios.

ARTIGO SEXTO

Onús ou encargos dos activos

Um) Os sócios não poderão constituir onús ou encargos sobre as quotas de que sejam titulares sem o prévio consentimento da sociedade.

Dois) O consentimento será dado em assembleia geral expressamente convocada pelo sócio interessado, através de carta registada com aviso de recepção de pelo menos trinta dias para cada um dos sócios, indicando-se as condições do onús ou encargo.

ARTIGO SÉTIMO

Prestações suplementares e suprimentos

Um) Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, podendo os sócios, porém, conceder à Sociedade os suprimentos de que necessite, nos termos e condições fixados por deliberação da assembleia geral.

Dois) Entendem-se por suprimentos o dinheiro ou outra coisa fungível, que os sócios possam emprestar à sociedade.

ARTIGO OITAVO

Divisão, transmissão, oneração e alienação de quotas

Um) A cessão, total ou parcial, de quotas é feita mediante deliberação dos sócios tomada em assembleia geral e fica condicionada ao exercício do direito de preferência da sociedade, em primeiro lugar, e dos demais sócios, em segundo lugar.

Dois) O direito de preferência acima referido é exercido pelo valor da quota resultante do último balanço ou pelo valor do projecto para a transmissão, qualquer que for o mais baixo, ou em caso de desacordo dos sócios em relação ao valor da quota, os sócios aceitarão o valor da quota que resultar de avaliação realizada por um auditor de contas sem relação com a sociedade.

Três) O sócio que pretenda alienar a sua quota a terceiros informará a sociedade, com o mínimo de trinta dias de antecedência, através de carta registada ou outro meio de comunicação que deixe prova escrita, dando a conhecer o projecto de venda e as respectivas condições contratuais, nomeadamente, o preço e a forma de pagamento.

Quatro) A sociedade deverá exercer o respectivo direito de preferência no prazo máximo de quarenta e cinco dias, e os demais sócios deverão exercer o direito de preferência no prazo de quinze dias seguintes ao fim do prazo dado à sociedade.

Cinco) Na eventualidade de existirem dois ou mais sócios interessados em exercer o direito de preferência, a quota será transferida numa base pro rata das respectivas quotas.

Seis) No caso de nem a sociedade nem os restantes sócios pretenderem exercer o mencionado direito de preferência, então o sócio que desejar vender a sua quota poderá fazê-lo livremente.

Sete) É nula qualquer divisão, transmissão, oneração ou alienação de quotas que não observe o preceituado no presente artigo.

ARTIGO NONO

Amortização de quotas

A sociedade apenas poderá amortizar quotas, nos casos de exclusão ou exoneração de sócio.

CAPÍTULO III

Dos órgãos sociais, administração e representação da sociedade

ARTIGO DÉCIMO

Órgãos sociais

Os órgãos sociais são a assembleia geral e a administração.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

Assembleia geral

Um) A assembleia geral reúne-se ordinariamente na sede social da sociedade ou em qualquer outro local a ser definido pela mesma na sua primeira reunião, uma vez por ano, nos três meses imediatos ao termo de cada exercício, para apreciação do balanço e aprovação das contas referentes ao exercício anterior, bem como para deliberar sobre quaisquer outros assuntos de interesse para a sociedade e para a qual haja sido convocada e, extraordinariamente sempre que devidamente convocada, por iniciativa do presidente da mesa ou a requerimento da administração ou dos sócios que representem pelo menos trinta por cento do capital social, sempre que for necessário, para deliberar sobre quaisquer outros assuntos para a qual tenha sido convocada.

Dois) As reuniões da assembleia geral deverão ser convocadas por meio de carta registada com aviso de receção, expedida aos sócios com uma antecedência mínima de quinze dias em relação à data da reunião, salvo nos casos em que sejam legalmente exigidas quaisquer outras formalidades ou estabeleçam prazo maior.

Três) Todas as convocatórias deverão especificar a firma, a sede e número de registo da sociedade, o local, data e hora da reunião, a espécie de reunião, assim como, um sumário das matérias propostas para a discussão que será a ordem dos trabalhos.

Quatro) Serão válidas as deliberações dos sócios tomadas sem observância de quaisquer formalidades convocatórias, desde que todos os sócios estejam presentes ou representados na reunião e todos manifestem vontade de que a assembleia se constitua e delibere sobre determinado assunto.

Cinco) Os sócios podem deliberar sem recurso à assembleia geral, desde que todos declarem por escrito o sentido dos seus votos, em documento que inclua a proposta de deliberação, devidamente datado, assinado e endereçado à sociedade.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Quórum constitutivo)

Um) A assembleia geral constituir-se-á validamente se quando estiverem presentes ou representados os sócios que representem, pelo menos, cinquenta e um por cento do capital social, sem prejuízo do disposto na lei.

Dois) Se numa reunião da assembleia geral não estiver reunido o quórum necessário decorridos trinta minutos após a hora marcada para o seu início, essa reunião deverá ser adiada para uma data entre quinze a trinta dias da data inicialmente prevista, sujeito ao envio de uma notificação escrita com aviso de receção com antecedência de dez dias aos sócios ausentes na reunião adiada, a mesma hora e no mesmo local a menos que o presidente da mesa estipule uma hora e local diferente incluída na notificação aos sócios.

Três) Se dentro de trinta minutos após a hora marcada para a referida segunda reunião o quórum não estiver reunido, a reunião da assembleia geral realizar-se-á independentemente do número de sócios presentes ou representados, podendo estes decidir quanto as matérias da ordem de trabalhos.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

(Competências)

Um) Sem prejuízo das competências previstas na lei e nos presentes estatutos, compete, assembleia geral:

- a) Aprovar o relatório da administração e as contas do exercício, incluindo o balanço e a demonstração de resultados e deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício;
- b) Eleger e destituir os membros da mesa da assembleia geral e a administração;
- c) Deliberar sobre quaisquer alterações aos presentes estatutos;
- d) Deliberar sobre o aumento, redução ou reintegração do capital social;
- e) Deliberar sobre a chamada e a restituição das prestações suplementares;
- f) Deliberar sobre a fusão, cisão ou transformação da sociedade;

g) Deliberar sobre a dissolução e liquidação da sociedade;

h) Deliberar sobre outros assuntos que não estejam, por disposição estatutária ou legal, compreendidos na competência de outros órgãos da sociedade;

i) Aprovação de suprimentos bem como os seus termos e condições;

j) Contratação de empréstimos de valor superior à cinquenta mil dólares norte americanos;

k) Nomeação e a aprovação de remuneração da administração;

l) Aprovação do plano estratégico e plano de negócios;

m) Aprovação das contas finais dos liquidatários;

n) Outros assuntos que estejam referidos na lei e nos presentes estatutos.

Dois) Os sócios terão o direito de consultar todos os documentos da sociedade, antes das reuniões das assembleias gerais, nos termos e para os efeitos do que a esse respeito, se encontra estabelecido no Código Comercial.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

Representação em assembleia geral

Um) Os sócios poderão fazer-se representar nas assembleias gerais por qualquer outra pessoa física, nos termos legalmente permitidos, mediante simples carta dirigida à administração e por esta recebida até às dezassete horas do último dia útil anterior à data da sessão.

Dois) O sócio que for pessoa colectiva far-se-á representar na assembleia geral pela pessoa física para esse efeito designada, mediante comunicação escrita dirigida pela forma e com a antecedência indicadas no número anterior.

Três) As decisões da assembleia geral deverão ser reduzidas a escrito e lavradas em livro de actas e assinadas por todos os sócios ou seus representantes que nela tenham participado ou as deliberações poderão constar de acta lavrada em documento avulso, devendo neste caso as assinaturas dos sócios ser reconhecidas notarialmente.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

Votação

Um) As deliberações da assembleia geral serão tomadas por maioria simples dos votos presentes ou representados, salvo disposição estatutária em contrário.

Dois) Os sócios podem votar por intermédio de representante constituído por procuração escrita, e não será válida, quanto às deliberações que importem modificação do pacto social ou dissolução da sociedade, a procuração que não contenha poderes especiais quanto ao objecto da mesma deliberação.

Três) A cada duzentos e cinquenta meticais do valor nominal da quota corresponde a um voto.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

Quórum deliberativo

Sem prejuízo do especificamente acordado nos presentes estatutos, as deliberações sociais quer em assembleia geral ordinária, quer em assembleia geral extraordinária serão tomadas mediante deliberação simples ou seja por maioria dos votos dos sócios presentes ou representados equivalente a mais de cinquenta e um por cento de todo o capital subscrito.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO

Administração e representação

Um) A administração e representação da sociedade são exercidas por um administrador a ser eleito pela assembleia geral.

Dois) O administrador será eleito por um período de três anos renováveis, livremente revogável pelos sócios, salvo deliberação em contrário da assembleia geral, podendo ser eleitas pessoas estranhas à sociedade, sendo dispensada a prestação de qualquer caução para o exercício do cargo.

Três) O administrador pode fazer-se representar no exercício das suas funções.

Quatro) O administrador da sociedade que tenha um qualquer interesse directo ou indirecto no contrato ou acordo a celebrar pelo ou em nome da sociedade deverá informar numa reunião da assembleia geral a natureza e tal potencial conflito de interesses.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO

Competências da administração

Compete à administração exercer os mais amplos poderes de gestão da sociedade e realizar todos os actos necessários a boa prossecução do seu objecto social de acordo com o previsto nestes estatutos e na lei compreendendo esses poderes nomeadamente os de:

- a) Submeter à assembleia geral quaisquer recomendações sobre matérias que devam ser deliberadas pela mesma;
- b) Celebrar quaisquer contratos de gestão corrente da sociedade, incluindo os necessários para contrair empréstimos dos bancos que normalmente lidam com a sociedade, bem como oferecer garantias por quaisquer garantias mutuadas;
- c) Submeter à aprovação da assembleia geral quaisquer propostas de planos estratégicos, planos de aumento de capital social, de transferência, cessão, venda ou outra forma de alienação de bens e/ou negócio da sociedade;

d) Submeter à aprovação da assembleia geral os relatórios anuais e as demonstrações financeiras da sociedade bem como os planos anuais de operações e de orçamentos;

e) Deliberar sobre a compra de quotas e obrigações em quaisquer outras sociedades;

f) Designar o director-geral e conferir-lhe os poderes para actuar em nome da sociedade;

g) Deliberar sobre a constituição de empresas participadas pela sociedade e/ou na aquisição de participações noutras empresas;

h) Submeter para aprovação da assembleia geral a forma de distribuição de dividendos, nomeadamente no que diz respeito, à criação, investimento, contratação e capitalização de reservas que não a reserva legal, bem como o montante dos dividendos a distribuir aos sócios;

i) Celebrar contratos de empréstimo bem como onerar a sociedade em valores;

j) Definir os planos de desenvolvimento da sociedade;

k) Dar início ou acordar na deliberação de qualquer disputa, litígio, arbitragem, ou outro procedimento judicial com qualquer terceira parte, relativamente a matérias com relevância para o desempenho das actividades da sociedade;

l) Gerir quaisquer outros negócios nos termos determinados nestes estatutos e na lei aplicável;

m) Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente.

ARTIGO DÉCIMO NONO

Vinculação da sociedade

A sociedade obriga-se pela:

- a) Assinatura do administrador;
- b) Assinatura de um mandatário dentro dos limites e termos dos poderes que lhe hajam sido conferidos.

ARTIGO VIGÉSIMO

Auditoria externa

A assembleia geral poderá contratar uma empresa profissional de auditoria registada em Moçambique para efectuar auditoria externa das demonstrações financeiras da sociedade, devendo apresentar o seu relatório e opiniões à administração e assembleia geral.

CAPÍTULO IV

Do exercício e aplicação de resultados

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO

Balanço e prestação de contas

Um) O exercício social coincide com o ano civil.

Dois) O balanço e a conta de resultados fecham a trinta e um de Dezembro de cada ano, e carecem de aprovação da assembleia geral, a realizar-se até ao dia trinta e um de Março do ano seguinte.

Três) A administração apresentará à aprovação da assembleia geral o balanço de contas de ganhos e perdas, acompanhados de um relatório da situação comercial, financeira e económica da sociedade, bem como a proposta quanto à repartição de lucros e perdas.

CAPÍTULO V

Da dissolução e liquidação da sociedade

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

Dissolução e liquidação da sociedade

Um) A sociedade dissolve-se nos casos expressamente previstos na lei, por deliberação dos sócios que representem mais de cinquenta e um por cento do capital social da sociedade ou por decisão judicial transitada em julgado.

Dois) Declarada a dissolução da sociedade, proceder-se-á à sua liquidação gozando os liquidatários, nomeados pela assembleia geral, dos mais amplos poderes para o efeito.

Três) Em caso de dissolução por acordo dos sócios, todos eles serão os seus liquidatários e a partilha dos bens sociais e valores apurados proceder-se-á conforme deliberação da assembleia geral.

CAPÍTULO VI

Das disposições finais

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO

Disposições finais

As omissões aos presentes estatutos serão reguladas e resolvidas de acordo com o Código Comercial, aprovado pelo Decreto-Lei número dois barra dois mil e cinco, de vinte e sete de Dezembro, e demais legislação aplicável.

Maputo, dezoito de Novembro de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.



GP & filhos, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia nove de Junho de dois mil e catorze, foi matriculada, na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100499908 uma sociedade denominada GP & filhos, Limitada.

É celebrado o presente contrato de sociedade, nos termos do artigo noventa do Código Comercial em que são sócios os seguintes:

Primeiro. Armando Ribeiro Pinto, casado, natural da cidade de Lisboa, residente no Bairro do Triunfo, Município de Maputo, Portador do Bilhete de Identidade n.º 110100478576N, emitido em Maputo;

Segundo. João Ricardo Machava Pinto, casado, natural da cidade de Lisboa, residente no Bairro do Triunfo, Município de Maputo, Portador do Bilhete de Identidade n.º 1101004794531, emitido em Maputo;

Terceira. Ana Rita Machava Pinto, solteira, natural da cidade de Lisboa, residente no Bairro do Triunfo, Município de Maputo, Portador do Bilhete de Identidade n.º 110100375930A, emitido em Maputo;

Quarto. João Miguel Gonçalves Pinto, solteiro, natural da cidade da Beira, residente no Bairro do Triunfo, Município de Maputo, portador do Bilhete de Identidade n.º 070100287011, emitido na Beira.

Pelo presente contrato de sociedade é constituída uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

ARTIGO PRIMEIRO

Denominação e sede

A sociedade adopta a denominação social de GP & filhos Limitada, construção civil e obras públicas e tem a sua sede na Avenida Hó-Cho-Min número oitocentos e noventa e quatro cidade de Maputo.

ARTIGO SEGUNDO

Duração

A sociedade é constituída por tempo indeterminado, contando-se o seu início, para todos os efeitos legais, a partir da data da sua constituição.

ARTIGO TERCEIRO

Objecto

Um) A sociedade tem por objecto o exercício de actividades nas áreas de construção civil e obras públicas electricidade, climatização, refrigeração e saneamento.

Dois) A sociedade poderá adquirir participação financeira em sociedade a constituir ou já constituídas, ainda que tenham por objecto social diferente do da sociedade.

Três) A sociedade poderá exercer quaisquer outras actividades em conexão com o objetivo principal, desde que para o efeito esteja devidamente autorizada nos termos da legislação em vigor.

ARTIGO QUARTO

Capital social

Um) O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de vinte mil meticais, correspondente a duas quotas distribuídas da seguinte forma:

- a) Trinta por cento equivalente a seis mil meticais, pertencente a Armando Ribeiro Pinto;

b) Quarenta por cento equivalente a oito mil meticais, pertencente a João Ricardo Machava Pinto;

c) Quinze por cento equivalente a três mil meticais, pertencente a Ana Rita Machava Pinto;

d) Quinze por cento equivalente a três mil meticais, pertencente a João Miguel Machava Pinto.

Dois) Só será admitida a entrada de novos sócios mediante a deliberação da assembleia geral.

ARTIGO QUINTO

Aumento do capital

O capital social poderá ser aumentado por exigência dos alvarás a emitir e mediante deliberação da assembleia geral, alterando o pacto social, mas mantendo as percentagens de cada sócio inalteráveis.

ARTIGO SEXTO

Prestações suplementares de capital e suprimentos

Não haverá prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer os suprimentos de que a sociedade carecer, ao juro e demais condições a estabelecer pelo conselho de gerência.

ARTIGO SÉTIMO

Divisão e cessão de quotas

Um) Sem prejuízo das disposições legais em vigor a cessão ou alienação de toda ou parte de quotas deverá ser do consentimento dos sócios gozando estes do direito de preferência.

Dois) Se nem a sociedade, nem os sócios mostrarem interesse pela quota cedente, este decidirá a sua alienação a quem e pelos preços que melhor entender, gozando o novo sócio dos direitos correspondentes à sua participação na sociedade.

ARTIGO OITAVO

Administração

Um) A administração e gestão da sociedade e sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, será realizada pelos sócios gerentes Armando Ribeiro Pinto e João Ricardo Machava Pinto. Com plenos poderes e que desde já ficam nomeados.

Dois) Os sócios gerentes tem plenos poderes para nomear mandatários da sociedade, conferindo os necessários poderes de representação.

Três) A sociedade ficará obrigada pela assinatura dos sócios gerentes ou procurador especialmente constituído pela gerência, nos termos e limites específicos do respectivo mandato.

Quatro) É vedado a qualquer dos gerentes ou mandatário assinar em nome da sociedade quaisquer actos ou contratos que digam respeito a negócios estranhos a mesma, tais como letras de favor, fianças, avales ou abonações.

Cinco) Os actos de mero expediente poderão ser individualmente assinados por empregados da sociedade devidamente autorizados pela gerência.

Seis) Para os atos de gestão bancária correntes, basta a assinatura de um dos sócios gerentes, sob carimbo a óleo da sociedade.

ARTIGO NONO

Assembleia geral

Um) A assembleia geral reúne-se ordinariamente uma vez por ano para a apreciação e aprovação do balanço e contas do exercício findo e repartição dos lucros e perdas.

Dois) A assembleia geral poderá reunir-se extraordinariamente quantas vezes forem necessárias desde que as circunstâncias assim o exijam para deliberar sobre quaisquer assuntos que digam respeito à sociedade.

ARTIGO DÉCIMO

Dissolução

A sociedade só se dissolverá nos casos previstos na lei ou dissolvendo-se por acordo de todos os sócios, todos eles serão liquidatários, devendo-se proceder a liquidação e partilha do modo como convencionarem.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

Herdeiros

Em caso de morte, interdição ou inabilitação de um dos sócios, os seus herdeiros assumem automaticamente o lugar na sociedade com dispensa de caução, podendo estes nomear seus representantes se assim o entenderem, desde que obedeçam o preceituado nos termos da lei.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

Casos omissos

Os casos omissos serão regulados pela legislação vigente e aplicável na República de Moçambique.

Maputo, dezoito de Novembro de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Global Nexus (N)Ext Moçambique, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por acta deliberada no dia um do mês de Novembro de dois mil e catorze, reuniram se em assembleia geral extraordinária, na sede social da sociedade Global Nexus (N)Ext Moçambique, Limitada, com sede na Rua das Maçanicas, número duzentos e cinquenta e cinco, bairro Triunfo, na cidade de Maputo, tendo deliberado o aumento do capital social em oito milhões e quinhentos mil meticais, passando deste modo, de um milhão e quinhentos mil meticais, para dez

milhões de meticais e dividido em duas quotas iguais, de cinquenta por cento para cada um dos sócios, passando desta maneira:

Francisco Javier Toyos Enriquez a deter na sociedade, da quota equivalente a cinco milhões de meticais, igual quota e valor para o segundo sócio, Paulino José Macaringue.

Que, em tudo não alterado continuam a vigorar as disposições do pacto social anterior.

Está conforme.

Maputo, dezanove de Novembro de dois mil e catorze. — A Técnica, *Ilegível*.

The Maputo Clothing Company, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de sete de Novembro de dois mil e catorze, exarada a folhas vinte e três à vinte e cinco do livro de notas para escrituras diversas número trezentos trinta e sete traço D, do Segundo Cartório Notarial de Maputo, perante a mim, Sérgio João Soares Pinto, licenciado em Direito, técnico superior dos registos e notariado N1 e notário em exercício neste cartório, se procedeu na sociedade em epígrafe, a cessão de quotas entrada de novos sócios e alteração parcial do pacto social, alterando por conseguinte o artigo quarto dos estatutos que passa a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO QUARTO

Capital social

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de setenta mil novecentos e cinquenta meticais, correspondente à soma de duas quotas desiguais assim distribuídas:

- a) Uma quota com o valor nominal de cinquenta e seis mil setecentos e sessenta meticais, pertencente ao sócio Paulo Alexandre da Silva Coelho, equivalente a oitenta por cento do capital;
- b) Uma quota com o valor nominal de catorze mil e cento noventa e cinco meticais, pertencente ao sócio Mário Antunes Coelho, equivalente a vinte por cento do capital social.

Que em tudo o mais não alterado por esta escritura pública, continuam a vigorar as disposições do pacto social anterior.

Está conforme.

Maputo, treze de Novembro de dois mil e catorze. — A Técnica, *Ilegível*.

Associação Cristã Kusongana – Moçambique

Certifico, para efeitos de publicação da Associação Cristã Kusongana – Moçambique, matriculada sob NUEL 100501589, entre, Daniel José Nhangá, solteiro, natural de Caia, província de Sofala, Joaquim Nhama Zaenda, solteiro, natural da Beira, província de Sofala, Maria Alberto António, solteira, natural de Dondo, província de Sofala, Mário António Maita, casado, natural de Mambone-Govuro, província de Inhambane, Pedro José João Charles, solteiro, natural de Caia, Província de Sofala, Ricardo Domingos Daúce Cardoso, solteiro, natural de Sena-Caia, província de Sofala, Rúben Manecas Josse, solteiro, natural de Caia, província de Sofala, Samuel Domingos Faustino, solteiro, natural de Caia, província de Sofala, Samuel Tome Jairoce, solteiro, natural de Maríngue, província de Sofala e Santos Mário Manuel, solteiro, natural de Caia, província de Sofala, todos residentes na cidade da Beira, constituída uma associação, nos termos do artigo um do decreto lei número três, barra dois mil e seis, de vinte e três de Agosto, que se regerá pelos artigos seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO

Nome e sede

A associação adopta a denominação Associação Cristã Kusongana – Moçambique, com sede na cidade da Beira, província de Sofala, guiando-se pelos presentes estatutos e demais legislação aplicável.

ARTIGO SEGUNDO

Natureza e fins

Associação Cristã Kusongana – Moçambique é uma pessoa colectiva de direito privado dotada de personalidade jurídica, autonomia financeira, administrativa e patrimonial, apresentando-se perante os seus membros e terceiros como agremiação com carácter associativo e sem fins lucrativos.

ARTIGO TERCEIRO

Âmbito e duração

Associação Cristã Kusongana – Moçambique é de âmbito provincial e o Conselho da Administração por simples deliberações poderá estabelecer delegações ou qualquer outra firma de representação social em qualquer ponto da província de Sofala. A duração da associação é por tempo indeterminado a partir da data da aprovação dos presentes estatutos e do seu reconhecimento.

ARTIGO QUARTO

Objectivos gerais

São objectivos gerais da Associação Cristã Kusongana – Moçambique:

- a) Formação integral do homem na sociedade, inspirando se na pessoa e mensagem de Jesus Cristo;
- b) Na formação académica de homem de amanhã;
- c) Na valorização e promoção do princípio da igualdade do género;
- d) Na divulgação de direitos, deveres e liberdades fundamentais;
- e) No empoderamento da cultura africana, em particular a moçambicana;
- f) Prestar ajuda na vida aos seus associados e a comunidade;
- g) Promover o bem-estar comum no espírito cristão através de actividades dos associados e colaborar na contínua renovação e humanização da sociedade.

ARTIGO QUINTO

Objectivos específicos

São objectivos específicos da Associação Cristã Kusongana – Moçambique:

- a) Habilitar os seus associados a valorizarem a cultura moçambicana, e a serem cristãos autênticos no mundo e, como tais afirmarem-se na profissão, no matrimónio e na família, na igreja, na sociedade e no estado;
- b) Realizar acções de trabalho com seus meios adequados de modo as ser promotores do seu próprio desenvolvimento;
- c) Conceder e promover actividades geradoras de auto-emprego para os agregados familiares e membros da associação;
- d) Ajudar a família a sair da pobreza por via da melhoria da nutrição, e criação de oportunidades de trabalho;
- e) Divulgar os propósitos da associação e encorajar a adesão de novos membros;
- f) Colaborar com outras instituições na divulgação e defesa dos direitos, deveres e liberdades fundamentais do homem;
- g) Partilhar com entidades governamentais e não governamentais postostas de projectos de actividadesde artesanato comunitário para apreciação e criaçãode finalidades relacionadas com exercício legal das mesmas;
- h) Promover o desenvolvimento moral, intelectual dos seus membros.

ARTIGO SEXTO

Recursos

Associação Cristã Kusongana – Moçambique que contará para a formação dos seus recursos financeiros e materiais com:

- a) Quotização dos membros;
- b) Subsídios, donativos, legados e quaisquer outras liberalidades;
- c) Os rendimentos, bens móveis e imóveis que façam parte do seu património;
- d) Júros diversos;
- e) Produtos da venda de quaisquer bens ou serviços;
- f) Outras receitas legais e estatutariamente permitidas.

ARTIGO SÉTIMO

Dos membros e suas categorias

Admissão e categorias:

Um) Podem ser membros da Associação Cristã Kusongana – Moçambique todas as pessoas nacionais e estrangeiras que estejam em pleno gozo dos seus direitos civis e políticos que aceitam os presentes estatutos.

Dois) Podem também serem membros da Associação Cristã Kusongana – Moçambique todas as pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras que voluntariamente aderem a Associação Cristã Kusongana – Moçambique e aceitam os presentes estatutos e programas.

Três) Os membros da Associação Cristã Kusongana – Moçambique subdividem-se em quatro categorias:

- a) Membros fundadores;
- b) Membros efectivos;
- c) Membros beneméritos;
- d) Membros honorários.

Parágrafo primeiro. Membros fundadores – São membros fundadores todos os que subscrevem o pedido da constituição da associação.

Parágrafo segundo. Membros efectivos – São membros efectivos os admitidos após o reconhecimento da associação.

Parágrafo terceiro. Membros beneméritos – Serão a singular ou colectiva que substancialmente contribuir económica e materialmente na persecução dos objectivos da Associação Cristã Kusongana – Moçambique.

Parágrafo quatro. Membros honorários – Serão a personalidade singular ou colectiva que pelo seu empenho e prestígio tenha contribuído significativamente para o desenvolvimento das actividades da Associação Cristã Kusongana – Moçambique.

ARTIGO OITAVO

Direitos

Um) São direitos dos membros:

- a) Tomar parte nas deliberações da Assembleia Geral;
- b) Utilizar os serviços de apoio da associação;

c) Exercer o direito de voto;

d) Eleger e ser eleito para os cargos de administração da Associação Cristã Kusongana – Moçambique;

e) Ser informado acerca da administração da associação;

f) Ser ouvido em tudo que lhe diz respeito na sua qualidade de membro;

g) Possuir cartão de Identificação de membro, Diploma de membro e usar as insígnias da Associação Cristã Kusongana – Moçambique.

Dois) Os membros beneméritos e honorários não têm direito de eleger e serem eleitos nas sessões da Assembleia Geral.

ARTIGO NONO

Deveres

Um) São deveres dos membros:

a) Observar o cumprimento dos estatutos e das decisões dos órgãos da associação;

b) Pagar as jóias de entrada;

c) Pagar a quota de membro em duodécimo ou numa única prestação até o último dia de Dezembro de cada ano;

d) Tomar parte activa nos trabalhos da Associação Cristã Kusongana – Moçambique;

e) Exercer com dedicação e honestidade os cargos para que for eleito;

f) Difundir e cumprir os estatutos, o programa e deliberações da associação;

g) Fornecer informações gerais sobre planos de actividades, orçamento e financiamentos quando isso lhe for solicitado pelo Conselho da Administração.

Dois) Os membros beneméritos e honorários estão isentos de pagamento de jóias de admissão e da quota mensal.

ARTIGO DÉCIMO

Órgãos

São Órgãos da Associação Cristã Kusongana – Moçambique.

a) Assembleia Geral;

b) Conselho da Administração;

c) Conselho Fiscal.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

Assembleia Geral

Um) A assembleia é o órgão máximo da associação, e é constituída por todos os membros.

Dois) Os membros honorários não têm direito de votos nas sessões da Assembleia Geral.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

Competência da Assembleia Geral.

Compete a Assembleia Geral:

a) Deliberar sobre as alterações dos estatutos;

b) Deliberar sobre a dissolução da associação;

c) Traçar políticas de acção da associação;

d) Deliberar sobre a admissão de novos membros, sobre proposta do Conselho da Administração;

e) Deliberar sobre a perda de qualidade de membro;

f) Atribuir a qualidade de membro honorário;

g) Eleger e exonerar os membros do Conselho da Administração e Fiscal;

h) Analisar e aprovar os relatórios anuais de actividades e contas do Conselho da Administração;

i) Fixar o valor das jóias e das quotas;

j) Analisar e sancionar o plano de actividades para o ano seguinte e aprovar o respectivo orçamento;

k) Apreciar e resolver quaisquer outras questões de relevo submetidas à sua consideração.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

Sessões Ordinárias e Extraordinárias.

A Assembleia Geral reúne em sessões ordinárias uma vez em cada ano e em sessões Extraordinárias sempre que as circunstâncias o exigirem por iniciativa do presidente ou a pedido do Conselho da Administração, Conselho Fiscal ou ainda de pelo menos um terço dos seus membros.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

Convocatória

A convocatória é feita pelo presidente da Assembleia Geral pelo meio de aviso postal, com antecedência mínima de trinta dias com indicação de local, data e hora da sua realização, bem como da respectiva agenda.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

Funcionamento

Um) A Assembleia Geral considera-se com poderes para deliberar em primeira convocatória achando-se presente pelo menos a metade mais um dos membros no dia, hora e local indicado em segunda convocatória uma hora depois com qualquer número de membros.

Dois) As deliberações são tomadas por uma maioria absoluta de votos dos membros presentes.

Três) As deliberações sobre alteração dos estatutos só são válidas com voto favorável de três quartos de todos os membros.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

Mesa

A Mesa da Assembleia Geral é constituída pelo um presidente, um secretário, e um vogal, eleitos pelo período de dois anos renováveis até ao segundo mandato.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO

Conselho da Administração

O Conselho de Administração é composto por:

- a) Presidente;
- b) Vice-presidente;
- c) Secretário-geral;
- d) Dois vogais.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO

Sua competência:

- a) Executar as deliberações da Assembleia Geral e outras orientações recebidas do presidente da associação;
- b) Gerir e administrar os fundos e o património da associação de forma correcta;
- c) Elaborar os regulamentos a nível interno e antes submetê-los a apreciação e aprovação do presidente da associação;
- d) Organizar o Conselho Administrativo em departamentos, sectores ou secções que se debruçarão sobre os problemas do sector em cada área em conformidade com os objectivos da associação;
- e) Preparar planos de acção em coordenação com o presidente da associação;
- f) Garantir que as actividades, estejam em conformidade com os objectivos da associação;
- g) Preparar relatórios de actividades nos tempos traçados para a associação, doadores etc.;
- h) Apreciar, aprovar planos propostos dos sectores, secções, divisões e outros;
- i) Nomear, demitir chefes dos sectores, secções, divisões etc.

ARTIGO DÉCIMO NONO

Conselho Fiscal

Um) O Conselho Fiscal é um órgão de auditoria composta por:

- a) Um presidente;
- b) Um vogal;
- c) Um secretário.

Dois) O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente duas vezes por ano sob a convocação do seu presidente e extraordinariamente sempre que um dos seus membros o requerer.

ARTIGO VIGÉSIMO

Constituem competências do Conselho Fiscal:

- a) Examinar as contas e a situação financeira da Associação Cristã Kusongana – Moçambique;
- b) Verificar a utilização devida dos fundos nos parâmetros estatutários e dos planos de actividades;
- c) Apresentar a Assembleia Geral o seu parecer sobre o relatório das actividades do Conselho da Administração em particular o relatório de contas.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO

Dissolução

Um) A Associação Cristã Kusongana – Moçambique dissolver-se-á:

- a) Por deliberação da Assembleia Geral;
- b) Nos demais casos previstos na lei.

Dois) A liquidação será feita por uma comissão liquidatária composta por sete membros eleitos pela assembleia geral, nos seis meses posteriores a dissolução, devendo os órgãos desta manter-se em funcionamento até a realização da Assembleia Geral a ser convocada para apresentação das contas e relatório final pelo Conselho da Administração.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

Em caso de dissolução a Assembleia Geral deverá decidir na mesma sessão o destino a dar ao património da Associação Cristã Kusongana – Moçambique, devendo-se privilegiar a sua doação ou afectação a outras instituições congéneres que os possam aplicar com os mesmos objectivos.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO

Omissões

Para os casos omissos nos presentes estatutos, recorrer-se-á a lei geral e avulsa a matéria aplicável.

Está conforme.

Beira, oito de Julho de dois mil e catorze. — Conservadora Técnica, *Ilegível*.

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação, duração e sede)

Índico Cargo Limitada, adiante designada simplesmente por sociedade, criada por tempo indeterminado e que tem a sua sede na Avenida Tomas Nduda número setecentos oitenta e quatro, rés-do-chão, bairro Polana A nesta cidade de Maputo.

ARTIGO SETIMO

(Administração)

Um) A gestão e administração dos negócios sociais, assim como a representação da sociedade em juízo e fora dele, activa ou passivamente, é da competência da administração, composta por um ou dois administradores.

Dois) O administrador ou administradores são eleitos pela assembleia geral por um período indeterminado, sendo permitida a sua reeleição.

Três) O administrador ou administradores permanecem em funções até à eleição de quem os deva substituir, salvo se renunciarem expressamente ao exercício do cargo.

Quatro) Faltando temporária ou definitivamente o ou os administradores, qualquer sócio pode praticar os actos de carácter urgente que não podem esperar pela eleição de novos administradores ou pela cessação da falta.

Cinco) A administração poderá delegar parte das suas competências, incluindo a gestão corrente da sociedade, em um ou alguns dos seus membros.

Maputo, dezoito de Novembro de dois mil e catorze. — O Conservador, *Ilegível*.

Jin An Internacional, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, no Boletim da República que por escritura pública de três, de Novembro, de dois mil e catorze, lavrada a folhas trinta e oito verso a trinta e nove verso do livro cento noventa e nove traço C para escrituras diversas, da Conservatória dos Registos de Pemba, perante mim, Yolanda Luísa Manuel Mafumo, licenciada em Direito, conservadora e notária superior, em pleno exercício das funções notariais, foi alterado o pacto social da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada por Jin An Internacional, Limitada, cujos os sócios são Liu Weiya, Zhou Wei e Yuzhi Li.

E por eles foi dito que são sócios da sociedade supra, com sede na Rua do Ibo, número setenta e nove, na cidade de Pemba, província

Índico Cargo, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por acta de dezoito de Novembro de dois mil e catorze, da sociedade Índico Cargo, Limitada, matriculada sob NUEL 100464314, deliberou-se o seguinte:

- i) Alteração da sede;
- ii) Alteração do número de administradores.

de Cabo Delgado, é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, matriculada sob número quatrocentos cinquenta e cinco, à folhas cinquenta e cinco do livro C traço dois e inscrito sob o número mil e doze, á folhas cento e onze e seguintes, do livro E-sete. Com o capital social de quinze milhões de meticais, e que pela presente acta avulsa da assembleia geral extraordinária, de vinte e nove de Outubro de dois mil e catorze e escritura pública de cinco de Novembro de dois mil e catorze, foi deliberado pelos sócios da sociedade ao lado inscrita a cessão de quotas e admissão de novo sócio na sociedade, sendo assim os sócios Wei Zhou e Li Yuzhi renunciam a sociedade, por motivos pessoais e cedem as suas quotas na totalidade, que constitui quarenta e nove por cento do capital social da sociedade para a sócia Weiya Liu, passando a dispor de cem por cento do capital social e para uma sociedade unipessoal. Deste modo fica alterado o artigo quarto dos estatutos que passa a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO QUARTO

Capital social

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de um milhão de meticais equivalente a cem por cento do capital social, correspondente a soma de uma única quota, pertencente a única sócia Liu Weiya.

De tudo não alterado mantém-se em vigor as disposições do pacto social inicial.

Por ser verdade se passou a presente certidão de publicação que depois de revista e consertada, assino.

Está conforme.

Conservatória dos Registos e Notariado de Pemba, quatro de Novembro de dois mil e catorze. — A Notária, *Ilegível*.

Zhong Huai Investment Group Pemba Industrial Development Co, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, no Boletim da República, que por Escritura Pública de dez, de Novembro, de mil e catorze, lavrada a folhas a quarenta e três a quarenta e seis verso do livro de notas para escrituras diversas número cento noventa e um traço C da Conservatória dos Registos e Notariado de Pemba, perante mim, Yolanda Luísa Manuel Mafumo, licenciada em Direito, conservadora e notária superior, em pleno exercício das funções notariais, compareceram como outorgantes: Zengde Qian e Qian Zengmao e por eles foi dito que, pela presente escritura Pública, constituem entre si, uma sociedade comercial por quotas

de responsabilidade limitada, denominada por Zhong Huai Investment Group Pemba Industrial Development Co, Limitada, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação social e duração)

Zhong Huai Investment Group Pemba Industrial Development Co, Limitada, é uma sociedade por quotas, de responsabilidade limitada, criada por tempo indeterminado e que se regerá pelos presentes estatutos e pelos preceitos legais aplicáveis.

ARTIGO SEGUNDO

(Sede)

Um) A sociedade tem a sua sede na Avenida da Marginal, no Bairro Eduardo Mondlane/ /Wimbe, na cidade de Pemba, podendo abrir e encerrar sucursais, delegações, agências ou quaisquer outras formas de representação social, onde e quando o Conselho de Administração julgar conveniente.

Dois) A sociedade poderá deliberar a transferência da sede para outro local, a abertura ou encerramento, no território nacional ou estrangeiro, de agência e filiais, sucursais, delegações ou quaisquer outras formas de representação, depois de devidamente autorizadas.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto)

A sociedade tem como objecto as seguintes áreas:

- a) Importação e exportação;
- b) Construção civil;
- c) Produção e comercialização de alimentos;
- d) Medicamentos e material hospitalar;
- e) Clínica medica;
- f) Pesqueira;
- g) Turística.

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de dez milhões de dólares Americanos, equivalentes a cem por cento do capital social, correspondentes a soma de duas quotas, distribuídas da seguinte forma:

- a) Uma quota no valor nominal de oito milhões de dólares americanos, equivalentes a oitenta por cento do capital social, pertencentes ao sócio Zengde Qian;
- b) Uma quota no valor nominal de dois milhões de dólares americanos, equivalentes a vinte por cento do capital social, pertencentes ao sócio Qian Zengmao.

ARTIGO QUINTO

(Divisão e cessão de quotas)

Um) O sócio que pretender alienar a sua quota afirmara a sociedade, com um mínimo de trinta dias de antecedência, por carta registada com aviso de recepção, dando a conhecer o projecto de venda e as respectivas condições contratuais.

Dois) Gozam do direito de preferência, na divisão, cessão, os restantes sócios.

Três) É nula qualquer divisão, cessão, alienação ou oneração de quotas que não observe o preceituado no número antecedente.

ARTIGO SEXTO

(Morte ou incapacidade de algum sócio)

Um) A sociedade não se dissolve por morte, inabilitação ou interdição de qualquer um dos sócios.

Dois) No caso de morte, ou interdição de qualquer um dos sócios, os herdeiros do falecido ou representantes do interdito, legalmente constituídos exercerão os referidos direitos e deveres sociais, devendo mandar um de entre eles que a todos represente na sociedade, enquanto a respectiva quota se mantiver indivisa.

ARTIGO SÉTIMO

(Assembleia geral)

A assembleia geral reunirá em sessão ordinária na sede da sociedade uma vez cada ano, para apreciação, aprovação ou modificação do balanço e contas do exercício, bem como para deliberar sobre quaisquer outros assuntos constantes da convocatória, e em sessão extraordinária, sempre que se mostrar necessário

ARTIGO OITAVO

(Convocação e reunião da assembleia geral)

Um) A assembleia geral será convocada pelo conselho de gerência, por meio de carta registada ou telefax, com uma antecedência mínima de quinze dias.

Dois) Será dispensada a reunião da assembleia geral, bem como as formalidades da sua convocação, quando os sócios concordem por escrito na deliberação ou concordem, também por escrito, que dessa forma se delibere, ainda que as deliberações seja tomadas fora da sede social, em qualquer ocasião e qualquer que seja o seu objecto.

Três) Exceptuam-se, relativamente ao disposto no numero anterior, as deliberações que importem a modificação do pacto social, a dissolução da sociedade ou a divisão e cessão de quotas, para as quais não poderão dispensar-se as reuniões da assembleia geral.

ARTIGO NONO

(Administração da sociedade)

Um) A administração da sociedade, dispensada de caução será exercida por um conselho de administração composto pelos sócios, ficando nomeados administradores, e obriga-se em todos actos e contratos, pela assinatura deles.

Dois) O sócio Qian Zengde, é o presidente do conselho de administração, podendo este achando conveniente, delegar seus poderes a qualquer dos sócios.

Três) A administração será remunerada conforme vier a ser deliberada pelos sócios, podendo constituir em participação nos lucros, se assim vier a ser definido.

Quatro) Compete a administração exercer os mais amplos poderes de gestão, representando a sociedade activa e passivamente, em juízo e fora dele, bem como praticar todos actos relativos ao objecto social da sociedade, desde que os presentes estatutos ou a lei não reservem para a assembleia geral.

Cinco) O administrador pode dentro dos limites da sua competência, constituir mandatários estranhos a sociedade sempre que os actos a praticar exijam habilitações técnicas ou profissionais de qualquer ordem.

ARTIGO DÉCIMO

(Contas e aplicação de resultados)

Um) O ano social coincide com o ano civil.

Dois) O balanço e as contas de resultado fechar-se-ão com referência a trinta e um de Dezembro de cada ano e serão submetidos a apreciação da assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Lucros)

Um) Dos lucros apurados em cada exercício deduzir-se-á, em primeiro lugar, a percentagem legalmente estabelecida para a constituição do fundo de reserva legal, enquanto estiver realizado ou sempre que seja necessário reintegrá-lo.

Dois) Cumprido o disposto no número anterior, a parte restante dos lucros terá a aplicação que for determinada pela assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Disposições diversas)

Um) A sociedade dissolve-se nos casos e nos termos estabelecidos por lei.

Dois) Serão liquidatários os membros do conselho de administração em exercício à data da dissolução, salvo deliberação diferente da assembleia geral.

Três) Para os casos omissos regularão as disposições legais aplicáveis em vigor na República de Moçambique

Por ser verdade se passou a presente certidão de publicação que depois de revista e consertada, assino.

Está conforme.

Conservatória dos Registos e Notariado de Pemba, dez de Novembro de dois mil e catorze. — A Notária, *Ilegível*.

Rocket Works Mozambique, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por deliberação de cindo dias do mês de Novembro de dois mil e catorze, na sociedade Rocket Works Mozambique, Limitada matriculada na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob o NUEL 100429918. Os sócios deliberaram por unanimidade fazer alteração integral dos estatutos, os quais passam a ter a seguinte e nova redacção:

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação e duração)

Um) A sociedade adopta a denominação de Rocket Works Mozambique, Limitada.

Dois) A sua duração é indeterminada, contando a partir da data da celebração da assinatura do contrato de sociedade.

ARTIGO SEGUNDO

(Sede)

Um) A sociedade tem a sua sede na Avenida Filipe Samuel Magaia, número mil quinhentos e trinta, rés-do-chão, na Cidade de Maputo.

Dois) A gerência poderá mudar a sede social para qualquer outro local, dentro da mesma cidade ou para circunscrições administrativas limítrofes, e poderá abrir ou encerrar sucursais, filiais, delegações ou outras formas de representação quer no estrangeiro quer no território nacional, devendo notificar os sócios por escrito dessa mudança.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto)

Um) A sociedade tem por objecto as seguintes actividades:

- a) Produção, montagem e distribuição de equipamentos metálicos;
- b) Assistência técnica;
- c) Comércio a grosso e a retalho;
- d) Importação e exportação de bens e serviços;
- e) Metalomecânica;
- f) Locação de equipamentos diversos;
- g) Representação e exploração de marcas e licenças comerciais e ou industriais de transportes, equipamentos e serviços.

Dois) A sociedade poderá, com vista á prossecução do seu objecto, e mediante deliberação da assembleia geral, associar-se com outras empresas, quer participando no seu capital, quer em regime de participação não societária de interesses, segundo quaisquer modalidades admitidas por lei.

Três) A sociedade poderá exercer actividades em qualquer outro ramo de actividade, que os sócios resolvam explorar e para as quais obtenham as necessárias autorizações.

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

O capital social, integralmente realizado e subscrito em dinheiro, totaliza o montante de vintemil meticais, encontrando-se dividido em três quotas distribuídas da seguinte forma:

- a) Uma quota no valor nominal de oitomil meticais, correspondente a quarenta por cento do capital social pertencente ao sócio Adriaan Frederik;
- b) Uma quota no valor nominal de oitomil meticais, correspondente a quarenta por cento do capital social pertencente ao sócio Aidan James Oosthuysen;
- c) Uma quota no valor nominal de quatro mil meticais, correspondente a vinte por cento do capital social pertencente a sócia Fundação Universitária.

ARTIGO QUINTO

Prestações suplementares)

Um) Poderão ser exigidas prestações suplementares de capital, desde que a assembleia geral assim o decida, até ao limite correspondente a dez vezes o capital social.

Dois) Os sócios poderão fazer à sociedade suprimentos, quer para titular empréstimos em dinheiro quer para titular o deferimento de créditos de sócios sobre a sociedade, nos termos que forem definidos pela assembleia geral que fixará os juros e as condições de reembolso.

ARTIGO SEXTO

(Divisão e cessão de quotas)

Um) A cessão de quotas entre os sócios não carece do consentimento da sociedade ou dos sócios, sendo livre.

Dois) A cessão de quotas a favor de terceiros depende do consentimento da sociedade mediante deliberação dos sócios.

Três) Os sócios gozam do direito de preferência na cessão de quotas a terceiros, na proporção das suas quotas e com o direito de acrescer entre si.

ARTIGO SÉTIMO

(Amortização de quotas)

Um) A sociedade pode amortizar quotas nos seguintes casos:

- a) Acordo com o respectivo titular;
- b) Morte ou dissolução e bem assim insolvência ou falência do titular;
- c) Se a quota for arrestada, penhorada ou por qualquer outra forma deixar de estar na livre disponibilidade do seu titular;
- d) No caso de recusa de consentimento à cessão, ou de cessão a terceiros sem observância do estipulado no artigo sexto do pacto social.

Dois) Caso a sociedade recuse o consentimento à cessão, poderá amortizar ou adquirir para si a quota.

Três) A sociedade só pode amortizar quotas se, à data da deliberação e depois de satisfazer a contrapartida da amortização a sua situação líquida não ficar inferior à soma do capital e das reservas, salvo se simultaneamente deliberar a redução do capital social.

Quatro) O preço de amortização será o apurado com base no último balanço aprovado acrescido da parte proporcional das reservas que não se destinem a cobrir prejuízos, reduzido ou acrescido da parte proporcional de diminuição ou aumento do valor contabilístico do activo líquido posterior ao referido balanço. Sendo o preço apurado pago em prestações mensais e consecutivas, vencendo a primeira trinta dias após a data da deliberação.

ARTIGO OITAVO

(Convocação e reunião da assembleia geral)

Um) A assembleia geral reunirá ordinariamente, uma vez por ano para apreciação, aprovação ou modificação do balanço e contas do exercício, e extraordinariamente sempre que for necessário.

Dois) A assembleia geral é convocada pelo gerente ou por sócios representando pelo menos dez por cento do capital, mediante carta registada com aviso de recepção dirigido aos sócios com a antecedência mínima de quinze dias.

Três) A assembleia geral poderá reunir e validamente deliberar sem dependência de prévia convocatória se todos os sócios estiverem presentes ou representados e delibere sobre determinado assunto, salvo nos casos em que a lei o proíbe.

Quatro) Os sócios individuais poderão fazer-se representar nas assembleias gerais por outros sócios, mediante simples carta; os sócios pessoas colectivas far-se-ão representar pelo representante nomeado por uma procuração.

ARTIGO NONO

(Competências)

Dependem de deliberação da assembleia geral os seguintes actos, além de outros que a lei indique:

- Nomeação e exoneração da administração e dos seus membros;
- Amortização, aquisição e oneração de quotas;
- Chamada e restituição de prestações suplementares de capital;
- Alteração do contrato de sociedade;
- Aquisição, oneração, alienação, cessão de exploração e trespasse de estabelecimento comercial da sociedade;
- Propositura de acções judiciais contra gerentes;

g) O balanço, a conta de ganhos e perdas, e o relatório da administração referente ao exercício e aplicação dos respectivos resultados;

h) Dissolução da sociedade;

i) Cisão, fusão e transformação da sociedade,

j) As que não estejam por disposição legal ou estatutária, compreendidas na competência de outros órgãos da sociedade.

ARTIGO DÉCIMO

(Quórum, representação e deliberação)

Um) Por cada duzentos e cinquenta meticais do capital corresponde um voto.

Dois) As deliberações da assembleia geral são tomadas por maioria simples (cinquenta e um por cento dos votos presentes ou representados).

Três) São tomadas por maioria qualificada de oitenta e cinco por cento do capital as deliberações sobre a alteração ao contrato de sociedade, fusão, transformação e dissolução de sociedade.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Administração da sociedade)

Um) A sociedade será administrada por um director-geral a ser nomeado por deliberação da assembleia geral.

Dois) Os gerentes terão todos os poderes necessários à administração dos negócios da sociedade, podendo designadamente abrir e movimentar contas bancárias, aceitar, sacar, endossar letras e livranças e outros efeitos comerciais, contratar e despedir pessoal, tomar de aluguer ou arrendamento bens móveis e imóveis incluindo naqueles os veículos automóveis.

Três) Os gerentes poderão constituir procuradores da sociedade para a prática de actos determinados ou categorias de actos e delegar entre si os respectivos poderes para determinados negócios ou espécies de negócios.

Quatro) Para obrigar a sociedade nos seus actos e contratos é necessária a assinatura do director-geral ou a quem ele delegar.

Cinco) É vedado aos gerentes obrigar a sociedade em fianças, abonações, letras, depósitos e outros actos e contratos estranhos ao objecto social.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Exercício, contas e resultados)

Um) O ano social coincide com o ano civil.

Dois) Os lucros líquidos apurados, deduzidos da parte destinada a reserva legal e a outras reservas que a assembleia geral deliberar constituir serão distribuídos pelos sócios na proporção das suas quotas.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

(Dissolução e liquidação)

Um) A sociedade dissolve-se nos casos e nos termos estabelecidos na lei.

Dois) A liquidação será feita na forma aprovada por deliberação dos sócios.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

(Disposições finais e transitórias)

Surgindo divergências entre a sociedade e os sócios, ou entre os sócios nessa qualidade, o assunto deverá ser remetido á apreciação da assembleia geral, posteriormente caso se justifique, e na impossibilidade de acordo em sede de mediação, conciliação ou arbitragem, sendo as decisões obrigatórias para as partes envolvidas.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

(Casos omissos)

Os casos omissos serão regulados pelas disposições do Código Comercial Moçambicano e demais legislação aplicável na República de Moçambique.

Maputo, sete de Novembro de dois mil e catórze. — O Técnico, *Ilegível*.

Badrú Entretenimentos, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, da sociedade Badrú Entretenimento, Limitada, matriculada sob NUEL 100526808, entre, Badrú Premegi Narcí, solteiro, maior, natural da Beira, de nacionalidade moçambicana e Baquil de Barros Narcí, natural da Beira, de nacionalidade moçambicana, todos residentes na cidade da Beira, constituem uma sociedade comercial por quotas, nos termos do artigo noventa do Código Comercial, as cláusulas seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação)

A sociedade adopta a denominação de Badrú Entertenmentos, Limitada, tem a sua cidade da Beira.

ARTIGO SEGUNDO

A sociedade poderá deslocar livremente a sua sede social dentro do território nacional ou no estrangeiro, bem assim criar sucursais, filiais, agências ou outras formas de representação mediante simples deliberação dos sócios.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto)

Um) A sociedade tem por objecto a promoção de eventos, espectáculos musicais, teatro, desfile de moda, dança, exposição de artes plásticas.

Dois) A sociedade, poderá desenvolver outras actividades conexas, complementares ou subsidiárias da actividade principal desde que não sejam contrárias a lei e quando as mesmas sejam devidamente autorizadas e licenciadas.

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

Um) O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de quinhentos mil meticais, correspondente à soma de duas quotas desiguais pelos sócios, assim distribuídas:

- a) Uma quota de duzentos e cinquenta mil meticais, correspondente à cinquenta por cento de capital social pertencente ao sócio Badrú Premegi Narci;
- b) Uma quota de duzentos e cinquenta mil meticais, correspondente à cinquenta por cento de capital pertencente ao sócio Baquil de Barros Narci.

Dois) Não haverá prestações suplementares do capital, mas os sócios poderão fazer suprimentos pecuniários à sociedade de que eles carecer, competindo à assembleia-geral determinar a taxa de juros, condições e prazo de reembolso.

ARTIGO QUINTO

(Participações)

A sociedade poderá participar em sociedade nacionais ou estrangeiras, em projectos de desenvolvimento que directa ou indirectamente concorram para o preenchimento do seu objecto social, aceitar concessões, adquirir ou gerir participações no capital social de qualquer sociedade independentemente do respectivo objecto social.

ARTIGO SEXTO

(Divisão e cessão de quotas)

Um) É livre a cessão total ou parcial de quotas entre os sócios.

Dois) A cessão de quotas, no todo ou em parte, a estranhos, depende do consentimento da sociedade, gozando os sócios em primeiro lugar e a sociedade em segundo lugar, do direito de preferência na sua aquisição.

ARTIGO SÉTIMO

(Morte ou incapacidade)

Em caso de morte ou interdição de qualquer sócio, a sociedade não se dissolve, pois continuará com os herdeiros ou representantes os quais nomearão um dentre si que a todos represente na sociedade, permanecendo no entanto a quota inteira.

ARTIGO OITAVO

(gerência e representação da sociedade)

Um) A gerência e administração e sua representação em juízo e fora dele, pertence ao sócio Badrú Premegi Narci, o qual fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução.

Dois) A sociedade obriga-se com assinatura do gerente nomeado, com excepção de actos de mero expediente.

Três) A gerência não poderá obrigar a sociedade em letras de favor, fianças, abonações, nem em quaisquer actos estranhos nos negócios sociais, assumir compromissos com terceiros, sendo esta da responsabilidade exclusiva da assembleia geral.

Quatro) A sociedade poderá nomear mandatários ou procuradores da mesma para a prática de determinados actos ou categorias de actos, atribuindo tais poderes através de procuração.

ARTIGO NONO

A sociedade por deliberação da assembleia geral, a realizar no prazo de noventa dias, contados do consentimento do respectivo facto, poderá autorizar qualquer quota, nos casos seguintes:

- a) Por acordo de sócios;
- b) Por penhora, arresto ou qualquer outro acto que implique arrematação ou a adjudicação de qualquer quota;
- c) Por partilha judicial ou extrajudicial de quota, na parte em que não foi adjudicado ao seu titular.

Está conforme.

Beira, onze de Setembro de dois mil e catorze. — A Conservadora, *Ilegível*.



Madeva's Som e Alarme

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de catorze de Outubro de dois mil e catorze, exarada de folhas setenta e seis e folhas seguintes do livro de notas para escrituras diversas número quarenta e três da Conservatória dos Registos e Notariado de Vilankulo, a cargo de Fernando António Ngoca, conservador e notário superior, em pleno exercício de funções notariais, foi constituída por Jamisse Moisés Jaime Inguane, uma sociedade unipessoal, que se regerá nas cláusulas e condições constantes dos artigos seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO

Denominação e sede

A sociedade adopta a denominação Madeva's Som e Alarme, e é uma sociedade unipessoal por quotas de responsabilidade limitada, com sede no Bairro Alto Macassa, distrito de Vilankulo,

na província de Inhambane, podendo por deliberação da assembleia geral mudar a sua sede para outro ponto do território nacional ou no estrangeiro, poderá ainda criar ou encerrar sucursais, filiais, delegações agências ou outras formas de representação social onde e quando for necessário, desde que deliberado em assembleia geral.

ARTIGO SEGUNDO

Duração

A sociedade durará por tempo indeterminado, contando o seu começo a partir da data da assinatura da escritura pública.

ARTIGO TERCEIRO

Objecto social

A sociedade tem por objecto social, oficina geral, mecânica, serralharia, montagem de som e alarmes, importação e exportação. A sociedade poderá ainda exercer outras actividades conexas, complementares ou subsidiárias do objecto principal, desde que esteja devidamente autorizado e que o sócio tenha assim deliberado.

ARTIGO QUARTO

Capital social

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de sessenta mil meticais, correspondente a uma única quota de cem por cento, equivalente ao mesmo valor nominal e pertencente ao sócio Jamisse Moises Jaime Inguane.

ARTIGO QUINTO

Cessão de quotas

A cessão de quotas é livre para o sócio, podendo a proceder sempre que achar necessário.

ARTIGO SEXTO

Assembleia Geral

A assembleia geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano para apreciação e aprovação do balanço e das contas do exercício, bem como para deliberar sobre outros assuntos para os quais tenha sido convocada, e extraordinariamente sempre que necessário.

ARTIGO SÉTIMO

Administração e gerência

A administração e gerência da sociedade e sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelo sócio Jamisse Moises Jaime Inguane, com dispensa de caução bastando a sua assinatura para obrigar a sociedade em todos os actos e contratos, a mesma poderá delegar total ou parcialmente os seus poderes em pessoas de sua escolha mediante um instrumento legal para tal efeito.

ARTIGO OITAVO

Amortização de quotas

A sociedade fica com a faculdade de amortizar as quotas, por vontade própria, por penhor, arresto ou por qualquer outro meio apreendido judicialmente da parte de suas quotas.

ARTIGO NONO

Balanço de contas

Anualmente será dado um balanço fechado com a data de trinta e um de Dezembro, os lucros líquidos apurados em cada balanço, depois de deduzidos cinco por cento para o fundo de reserva legal, o remanescente será para o sócio na proporção da sua quota.

ARTIGO DÉCIMO

Morte ou interdição

Em caso de morte, incapacidade física ou mental definitiva, interdição, a sua quota continuará com os herdeiros ou seus representantes.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

Casos omissos

Em tudo quanto fica omissos, regularão as disposições legais aplicáveis na República de Moçambique.

Está conforme.

Vilankulo, catorze de Novembro de dois mil e catorze. — O Notário, *Ilegível*.

Hotel Panorama, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia vinte e quarto de Setembro de dois mil e catorze, foi constituída e matriculada na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob o n.º 100544644, uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada Hotel Panorama, Limitada, que se regerá pelas cláusulas constantes dos artigos seguintes:

É constituído o presente contrato de sociedade, nos termos do artigo noventa do Código Comercial, entre:

Primeiro. Omar Shariff Mohamed Hussein casado com Zoraida Nizamudine Hussein em regime de comunhão de bens, natural de Mulanje-Malawi, de nacionalidade malawiana, residente na cidade de Tete, titular do DIRE n.º 05MY0008322B, de dezoito de Junho de dois mil e catorze, emitido pelos Serviços de Migração de Tete;

Segundo. Zoraida Nizamudine Hussein, casada, com Omar Shariff Mohamed em regime de comunhão de bens natural da cidade da Beira, de nacionalidade moçambicana,

residente na cidade de Tete, titular do Bilhete de Identidade n.º 05010178663B, de seis de Maio de dois mil e onze, emitido pelo Serviços de Identificação Civil de Tete.

E disseram:

Que, pelo presente contrato de sociedade que outorgam, constituem entre si uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada que se regerá pelas cláusulas constantes dos artigos seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO

Tipo, denominação e duração

Um) A sociedade adopta a denominação de Hotel Panorama, Limitada, é uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada.

Dois) A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data da sua constituição.

ARTIGO SEGUNDO

Sede, forma e locais de representação

A sociedade tem a sua sede no Bairro Mpadué, estrada nacional número sete, cidade de Tete, podendo mediante simples deliberação da assembleia geral criar ou encerrar sucursais, filiais, agências delegações ou outras formas de representação social no país ou no estrangeiro, transferir a sua sede para qualquer outro local dentro do território nacional ou fora dele de acordo com a legislação vigente.

ARTIGO TERCEIRO

Objecto social

Um) A sociedade tem por objecto social o exercício das seguintes actividades: Turismo.

Dois) A sociedade poderá ainda exercer outras actividades conexas, complementares ou subsidiárias ou afins ao seu objecto principal ou qualquer outro ramo de indústria ou comércio desde que para tal obtenha a necessária autorização para o efeito ou ainda associar-se ou participar no capital social de outras sociedades sob qualquer forma legalmente permitida e que a administração delibere explorar.

ARTIGO QUARTO

Capital social

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de trezentos mil meticais, e corresponde à soma de duas quotas desiguais, distribuídas da seguinte forma:

- a) Uma quota no valor nominal de duzentos e dez mil meticais, equivalente a setenta por cento do capital social, pertencente ao sócio Omar Shariff Mohamed Hussein;
- b) Uma quota no valor nominal de noventa mil meticais, correspondente a trinta por cento do capital social, pertencente à sócia Zoraida Nizamudine Hussein.

ARTIGO QUINTO

Aumento de capital social e prestações suplementares

Um) O capital social da sociedade poderá ser aumentado uma ou mais vezes mediante subscrição de novas entradas pelos sócios, em dinheiro ou em outros valores, por incorporação de reservas ou por conversão de créditos que algum sócio tenha sobre a sociedade, bem como pela subscrição de novas quotas por terceiros.

Dois) Não serão exigidas prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer os suprimentos de que a sociedade carecer de acordo com as condições estipuladas em assembleia geral.

ARTIGO SEXTO

Divisão e cessão de quotas

Um) A divisão e cessão total e parcial de quotas é livre entre os sócios, não carecendo de consentimento da sociedade ou dos sócios.

Dois) A cessão, total ou parcial, de quotas a terceiros está sujeita ao prévio consentimento escrito da sociedade, sendo que os sócios não cedentes gozam do direito de preferência.

Três) O sócio que pretenda ceder a sua quota a terceiros, deverá comunicar a sua intenção aos restantes sócios e a sociedade, por meio de carta registada enviada com uma antecedência não inferior a trinta dias, na qual constará a identificação do potencial cessionário e todas as condições que tenham sido propostas.

Quatro) Os restantes sócios deverão exercer o seu direito de preferência no prazo máximo de trinta dias a contar da data de recepção da carta registada referida no número anterior.

Cinco) Se nenhum dos sócios exercer o seu direito de preferência, nem a sociedade manifestar por escrito a sua oposição à cessão proposta, o sócio cedente poderá transmitir ao potencial cessionário a sua quota, total ou parcialmente.

ARTIGO SÉTIMO

Ónus e encargos

Um) Os sócios não constituirão nem autorizarão que sejam constituídos quaisquer ónus, ou outros encargos sobre as suas quotas, salvo, mediante autorização da sociedade em assembleia geral.

Dois) O sócio que pretenda constituir quaisquer ónus ou outros encargos sobre a sua quota, deverá notificar a sociedade, por carta registada com aviso de recepção, dos respectivos termos e condições, incluindo informação detalhada da transacção subjacente.

Três) A reunião da assembleia geral será convocada no prazo de quinze dias a contar da data de recepção da referida carta registada.

ARTIGO OITAVO

Amortização de quotas

A sociedade poderá amortizar as quotas dos sócios nas seguintes situações:

- a) Que sejam objecto de arrolamento, penhora, penhor, arresto, apreendida ou sujeita a qualquer acto judicial ou administrativo que possa obrigar a sua transferência para terceiros;
- b) Que seja objecto de cessão sem o consentimento da sociedade, nos casos em que este é exigido;
- c) No caso de interdição ou inabilitação do sócio titular;
- a) Por acordo dos sócios;
- b) No caso de insolvência do sócio titular

ARTIGO NONO

Exoneração dos sócios

Um) Qualquer sócio tem direito de exonerar-se da sociedade se não concordar com o aumento ou redução do capital social e houver votado contra a respectiva deliberação, comunicando a sociedade no prazo de trinta dias a contar da data em que tiver conhecimento da respectiva deliberação.

Dois) No prazo de noventa dias a contar da recepção da comunicação, a sociedade deve amortizar a quota, adquiri-la ou aliená-la a terceiros sob pena de o sócio poder requerer a dissolução da sociedade.

ARTIGO DÉCIMO

Composição da assembleia geral, reuniões e deliberações

Um) A assembleia geral é constituída por todos os sócios da sociedade.

Dois) As reuniões da assembleia geral serão conduzidas por uma mesa composta por um presidente e por um secretário, os quais se manterão nos seus cargos até que a estes renunciem ou até que a assembleia geral delibere destituí-los.

Três) A assembleia geral reunirá ordinariamente uma vez por ano nos três meses imediatos ao termo de cada exercício para deliberar sobre o balanço e relatório da administração referentes ao exercício, sobre a aplicação de resultados e para decidir sobre quaisquer outros assuntos para que tenha sido convocada, e extraordinariamente, sempre que tal se mostre necessário.

Quatro) As reuniões terão lugar na sede da sociedade, salvo quando todos os sócios acordarem na escolha de outro local.

Cinco) As reuniões deverão ser convocadas por qualquer administrador ou ainda a pedido de um dos sócios, por meio de carta registada com aviso de recepção, com a antecedência mínima de vinte dias.

Seis) Os sócios poderão fazer-se representar na assembleia geral por pessoas estranhas à sociedade mediante simples carta dirigida

ao presidente da assembleia geral, ou pelos seus procuradores ou representantes legais mediante a exibição do instrumento notarial, os sócios pessoas colectivas far-se-ão representar pelo representante nomeado em acta da sua respectiva assembleia geral, o documento da representação pode ser apresentada até ao momento do início da assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

Competências da Assembleia Geral

A assembleia geral delibera sobre os assuntos que lhe estejam exclusivamente reservados pela lei ou por estes estatutos, nomeadamente:

- a) Aprovação do relatório anual do conselho de administração, do balanço e das contas do exercício;
- b) Distribuição de lucros;
- c) A designação e a destituição de qualquer membro do conselho de administração;
- d) Outras matérias reguladas pela lei comercial.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

Administração e representação

Um) A administração da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, na ordem jurídica interna ou internacional será exercida por dois administradores que ficam desde já nomeados os sócios Omar Shariff Mohamed Hussein e Zoraida Nizamudine Hussein, com dispensa de caução e com ou sem direito a remuneração.

Dois) Os administradores poderá constituir mandatários da sociedade para a prática de determinados actos ou categorias de actos e delegar entre si os respectivos poderes para determinados negócios ou espécie de negócios.

Três) A sociedade fica obrigada nos seus actos e contratos pela assinatura dos administradores, ou dos seus procuradores, nos precisos termos do respectivo instrumento de mandato.

Quatro) Os administradores terão todos os poderes necessários à administração dos negócios da sociedade, podendo designadamente abrir e movimentar contas bancárias, aceitar, sacar, endossar letras e livranças e outros efeitos comerciais, contratar e despedir pessoal, salvo os poderes e competências que não estejam exclusivamente atribuídos por lei ou pelos presentes estatutos à assembleia geral.

Cinco) Em caso algum a sociedade poderá ser obrigada em actos ou documentos que não digam respeito ao seu objecto social, especialmente em letras de favor, fianças e abonações.

Seis) Os administradores poderão nomear um gerente e poderá delegar nele poderes para a prática de determinados actos.

Sete) O administrador exercem os seus cargos por dois anos renováveis, mantendo-se nos referidos cargos até que a estes renunciem ou ainda até à data em que a assembleia geral delibere destituí-los.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

(Fiscal único)

A fiscalização da sociedade poderá ser confiada a um fiscal único, que será uma sociedade de auditoria independente, nomeada anualmente, por indicação dos sócios em assembleia geral ordinária.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

Direitos e obrigações dos sócios

Um) Constituem direitos dos sócios:

- a) Quinhoar nos lucros;
- b) Informar-se sobre a vida da sociedade.

Dois) São obrigações dos sócios:

- a) Participar em todas as actividades em que a sociedade esteja envolvida sempre que seja necessário;
- b) Contribuir para a realização dos fins e progressos da sociedade;
- c) Definir e valorizar o património da sociedade.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

Exercício, balanço e prestação de contas

O exercício social coincide com o ano civil, iniciando a um de Janeiro e terminando a trinta e um de Dezembro, no fim de cada exercício, a administração da sociedade deve organizar as contas anuais, preparar o balanço e elaborar um relatório respeitante ao exercício e uma proposta de aplicação de resultados e submeter à apreciação da assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

Resultados e sua aplicação

Dos lucros líquidos apurados em cada exercício, uma parte não inferior a vinte por cento deve ficar retida na sociedade a título de reserva legal, e o remanescente será distribuído entre os sócios na proporção das suas quotas.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO

Morte ou incapacidade

Em caso de morte, inabilitação ou interdição de um dos sócios, a sociedade subsistirá com os seus herdeiros ou representantes legais do falecido ou do incapacitado se estes pretenderem fazer parte dela, nomeando de entre eles um representante comum enquanto a quota permanecer indivisa.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO

Dissolução e liquidação

Um) A sociedade dissolve-se nos seguintes casos:

- a) Por deliberação dos sócios;
- b) Nos demais casos previstos na lei vigente.

Dois) Declarada a dissolução da sociedade proceder-se-á a sua liquidação gozando os liquidatários dos mais amplos poderes para o efeito.

Três) Dissolvendo-se a sociedade por deliberação dos sócios serão todos eles liquidatários.

ARTIGO DÉCIMO NONO

Disposições finais

Um) Em tudo que estiver omissos nos presentes estatutos aplicar-se-ão as disposições legais do Código Comercial e demais legislação aplicável e vigente na República de Moçambique.

Dois) Em caso de litígios as partes podem resolver de forma amigável e na falta de consenso é competente o foro do Tribunal Judicial de Tete.

Está conforme.

Tete, doze de Novembro de dois mil e catorze. — A Conservadora, *Brigitte Nélia Mesquita Vasconcelos*.

Nwedzi Investimentos, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura datada de vinte e dois de Outubro de dois mil e catorze, exarada de folhas setecentos e trinta e cinco a folhas setecentos e trinta e sete, do livro de notas para escrituras diversas número quatrocentos e vinte e seis traço A, do quarto cartório, a cargo da notária Batça Banu Amade Mussa, foi celebrada uma escritura de mudança de sede e alteração parcial dos estatutos da Nwedzi Investimentos, Limitada, em que os sócios de comum acordo, alteram o artigo segundo dos estatutos sociais, o qual passa a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO SEGUNDO

(Sede)

A sociedade tem a sua sede na Praça dos Trabalhadores, número cinquenta e um, quarto andar, na cidade de Maputo, podendo, mediante deliberação dos sócios tomada em assembleia geral, ser transferida para qualquer outro local do território moçambicano como serem criadas ou encerradas delegações, filiais, sucursais ou quaisquer outras formas de representação social em território nacional ou estrangeiro.

Que em tudo o mais não alterado por esta escritura, continuam a vigorar as disposições do pacto social anterior.

Está conforme.

Maputo, treze de Novembro de dois mil e catorze. — A Técnica, *Ilegível*.

Fábrica de Cimentos de Cabo Delgado, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, no Boletim da República, que por escritura pública de onze, de Agosto, de mil e catorze, lavrada a folhas uma a cinco verso, do livro de notas para escrituras diversas número cento e noventa e nove traço B, da Conservatória dos Registos e Notariado de Pemba, perante mim, Paulina Lino David Mangana, licenciada em Direito, conservadora e notária superior, em pleno exercício das funções notariais, compareceram como outorgantes Zuqin Luo, Zhongchun Wang, Yong Liao, Weiya Liu, Quingsong Ruan e Chen Hua Liu e por eles foi dito que, pela presente escritura pública, constituem entre si, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada por Fábrica de Cimentos de Cabo Delgado, Limitada, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação social e duração)

A sociedade adopta a denominação de Fábrica de Cimentos de Cabo Delgado, Limitada, é uma sociedade por quotas, de responsabilidade limitada, que se constitui por tempo indeterminado e que se regerá pelos presentes estatutos e pelos preceitos legais aplicáveis.

ARTIGO SEGUNDO

(Sede)

Um) A sociedade tem a sua sede na Avenida da Marginal, no bairro Eduardo Mondlane/Wimbe, na cidade de Pemba, podendo abrir e encerrar sucursais, delegações, agências ou quaisquer outras formas de representação social, onde e quando o conselho de administração julgar conveniente.

Dois) A sociedade poderá deliberar a transferência da sede para outro local, a abertura ou encerramento, no território nacional ou estrangeiro, de agência e filiais, sucursais, delegações ou quaisquer outras formas de representação, depois de devidamente autorizadas.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto)

A sociedade tem como objecto, a instalação de uma fábrica de cimentos.

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

O capital social, integralmente realizado em dinheiro é de trinta e dois milhões de meticais, equivalente a cem por cento do capital social, correspondentes a soma de seis quotas, distribuídas da seguinte forma:

- a) Uma quota no valor nominal de nove milhões e seiscentos mil meticais, equivalentes a trinta por cento do capital social, pertencentes ao sócio Zuqin Luo;
- b) Uma quota no valor nominal de nove milhões e seiscentos mil meticais, equivalentes a trinta por cento do capital social, pertencentes ao sócio Zhongchun Wang;
- c) Uma quota no valor nominal de quatro milhões e oitocentos mil meticais, equivalentes a quinze por cento do capital social, pertencentes a sócia Weiya Liu;
- d) Uma quota no valor nominal de quatro milhões e oitocentos mil meticais, equivalentes a quinze por cento do capital social, pertencentes ao sócio Chen Hua Liu;
- e) Uma quota no valor nominal de um milhão e seiscentos mil meticais, equivalentes a quinze por cento do capital social, pertencentes a sócia Quingsong Ruan;
- f) Uma quota no valor nominal de um milhão e seiscentos mil meticais, equivalentes a quinze por cento do capital social, pertencentes a sócia Yong Liao.

ARTIGO QUINTO

(Divisão e cessão de quotas)

Um) O sócio que pretender alienar a sua quota afirmara a sociedade, com um mínimo de trinta dias de antecedência, por carta registada com aviso de recepção, dando a conhecer o projecto de venda e as respectivas condições contratuais.

Dois) Gozam do direito de preferência, na divisão, cessão, os restantes sócios.

Três) É nula qualquer divisão, cessão, alienação ou oneração de quotas que não observe o preceituado no número antecedente.

ARTIGO SEXTO

(Morte ou incapacidade de algum sócio)

Um) A sociedade não se dissolve por morte, inabilitação ou interdição de qualquer um dos sócios.

Dois) No caso de morte, ou interdição de qualquer um dos sócios, os herdeiros do falecido ou representantes do interdito, legalmente constituídos exercerão os referidos direitos e deveres sociais, devendo mandar um de entre

eles que a todos represente na sociedade, enquanto a respectiva quota se mantiver indivisa.

ARTIGO SÉTIMO

(Assembleia geral)

A assembleia geral reunirá em sessão ordinária na sede da sociedade uma vez cada ano, para apreciação, aprovação ou modificação do balanço e contas do exercício, bem como para deliberar sobre quaisquer outros assuntos constantes da convocatória, e em sessão extraordinária, sempre que se mostrar necessário.

ARTIGO OITAVO

(Convocação e reunião da assembleia geral)

Um) A assembleia geral será convocada pelo conselho de gerência, por meio de carta registada ou telefax, com uma antecedência mínima de quinze dias.

Dois) Será dispensada a reunião da assembleia geral, bem como as formalidades da sua convocação, quando os sócios concordem por escrito na deliberação ou concordem, também por escrito, que dessa forma se delibere, ainda que as deliberações seja tomadas fora da sede social, em qualquer ocasião e qualquer que seja o seu objecto.

Três) Exceptuam-se, relativamente ao disposto no número anterior, as deliberações que importem a modificação do pacto social, a dissolução da sociedade ou a divisão e cessão de quotas, para as quais não poderão dispensar-se as reuniões da assembleia geral.

ARTIGO NONO

(Administração da sociedade)

Um) A administração da sociedade, dispensada de caução será exercida por um conselho de administração composto pelos sócios, ficando nomeados administradores, e obriga-se em todos actos e contratos, pela assinatura deles.

Dois) O sócio Zuqin Luo, é o presidente do conselho de administração, podendo este achando conveniente, delegar seus poderes a qualquer dos sócios.

Três) A administração será remunerada conforme vier a ser deliberada pelos sócios, podendo constituir em participação nos lucros, se assim vier a ser definido.

Quatro) Compete a administração exercer os mais amplos poderes de gestão, representando a sociedade activa e passivamente, em juízo e fora dele, bem como praticar todos actos relativos ao objecto social da sociedade, desde que os presentes estatutos ou a lei não reservem para a assembleia geral.

Cinco) O administrador pode dentro dos limites da sua competência, constituir mandatários estranhos a sociedade sempre que os actos a praticar exijam habilitações técnicas ou profissionais de qualquer ordem.

ARTIGO DÉCIMO

(Contas e aplicação de resultados)

Um) O ano social coincide com o ano civil.

Dois) O balanço e as contas de resultado fechar-se-ão com referência a trinta e um de Dezembro de cada ano e serão submetidos a apreciação da assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Lucros)

Um) Dos lucros apurados em cada exercício deduzir-se-á, em primeiro lugar, a percentagem legalmente estabelecida para a constituição do fundo de reserva legal, enquanto estiver realizado ou sempre que seja necessário reintegrá-lo.

Dois) Cumprido o disposto no número anterior, a parte restante dos lucros terá a aplicação que for determinada pela assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Disposições diversas)

Um) A sociedade dissolve-se nos casos e nos termos estabelecidos por lei.

Dois) Serão liquidatários os membros do conselho de administração em exercício à data da dissolução, salvo deliberação diferente da assembleia geral.

Três) Para os casos omissos regularão as disposições legais aplicáveis em vigor na República de Moçambique.

Por ser verdade se passou a presente certidão de publicação que depois de revista e concertada, assino.

Está conforme.

Conservatória dos Registos e Notariado de Pemba, onze, de Agosto de dois mil e treze. — A Notária, *Ilegível*.

Mark, Limitada

Certifico, para efeito de publicação, que por escritura de quinze do mês de Março do ano dois mil e treze, lavrada a folhas oito à onze verso do livro de notas para escrituras diversas, número três traço E, da Conservatória dos Registos e Notariado de Chibuto, a cargo de, Gonçalo André Mugabe, licenciado em Direito, técnico superior dos registos e notariado N1 e director da mesma conservatória, com funções notariais foi constituída por Mark Beverly Geyser e Bernardo Mata, uma cessão de quotas, e alteração parcial do pacto social.

No dia quinze de Março de dois mil e treze na cidade de Chibuto e na Conservatória dos Registos e Notariado de Chibuto, perante mim, Gonçalo André Mugabe, técnico superior

dos registos e notariado N1 e Director da Conservatória dos Registos e Notariado de Chibuto, com funções Notariais, compareceram como outorgantes:

Primeiro. Mark Beverly Geyser, natural e residente na África do Sul, e acidentalmente na Praia de Bilene, casado sob regime de separação de bens, portador do Passaporte n.º 474323663, emitido na África do Sul em oito de Fevereiro de dois mil e oito;

Segundo. Bernardo Mata, casado sob regime de comunhão geral de bens, natural de Maputo e residente na Praia de Bilene, distrito de Bilene, portador do Bilhete de Identidade n.º 110302172Z, emitido no dia vinte e um de Junho de dois mil e sete pela Direcção de Identificação Civil de Maputo.

Verifiquei a identidade dos outorgantes por exibição dos documentos atrás mencionados e qualidade é suficiente de poderes para o acto.

E por eles foi dito:

Que pela presente escritura pública e em cumprimento das decisões deliberadas em reunião de assembleia geral que culminou com acta avulsa número um barra dois mil e treze de catorze de Março do mesmo ano, o sócio da sociedade acima indicada, procedeu a cessão de quotas e alteração parcial do pacto social, nomeadamente o artigo quarto e décimo, número um que passam a ter a seguinte redacção:

ARTIGO QUATRO

O capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro é de vinte mil meticais, dividido em duas quotas iguais, assim distribuídos:

- Uma quota de dez mil meticais, correspondente a cinquenta por cento do capital social, pertencente a Mark Beverly Geyser;
- Uma quota de dez mil meticais, correspondente a cinquenta por cento do capital social, pertencente a Bernardo Mata.

ARTIGO DÉCIMO

Administração e gerência da sociedade

A administração e gerência da sociedade, dispensada de caução, serão exercidas pelo sócio Mark Beverly Geyser, obrigando-se a sociedade em todos os actos e contratos com a assinatura deste.

Que tudo não alterado por esta escritura mantém-se as disposições do pacto social anterior.

Esta escritura, depois de lida em voz alta na presença simultânea dos outorgantes, adverte sobre a publicação deste acto no Boletim da República, registo deste na Conservatória competente, após que vão assinar, comigo o director da conservatória.

Está conforme.

O Director da Conservatória, Gonçalo André Mugabe. — O Técnico, *Ilegível*.

Fábrica de Cimentos de Cabo Delgado, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, no Boletim da República, que por escritura pública de onze, de Agosto, de mil e catorze, lavrada a folhas uma a cinco verso, do livro de notas para escrituras diversas número cento e noventa e nove traço B, da Conservatória dos Registos e Notariado de Pemba, perante mim, Paulina Lino David Mangana, licenciada em Direito, conservadora e notária superior, em pleno exercício das funções notariais, compareceram como outorgantes Zuqin Luo, Zhongchun Wang, Yong Liao, Weiya Liu, Quingsong Ruan e Chen Hua Liu e por eles foi dito que, pela presente escritura pública, constituem entre si, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada por Fábrica de Cimentos de Cabo Delgado, Limitada, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação social e duração)

A sociedade adopta a denominação de Fábrica de Cimentos de Cabo Delgado, Limitada, é uma sociedade por quotas, de responsabilidade limitada, que se constitui por tempo indeterminado e que se regerá pelos presentes estatutos e pelos preceitos legais aplicáveis.

ARTIGO SEGUNDO

(Sede)

Um) A sociedade tem a sua sede na Avenida da Marginal, no Bairro Eduardo Mondlane/Wimbe, na cidade de Pemba, podendo abrir e encerrar sucursais, delegações, agências ou quaisquer outras formas de representação social, onde e quando o conselho de administração julgar conveniente.

Dois) A sociedade poderá deliberar a transferência da sede para outro local, a abertura ou encerramento, no território nacional ou estrangeiro, de agência e filiais, sucursais, delegações ou quaisquer outras formas de representação, depois de devidamente autorizadas.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto)

A sociedade tem como objecto, a instalação de uma fábrica de cimentos.

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

O capital social, integralmente realizado em dinheiro é de trinta e dois milhões de meticais, equivalente a cem por cento do capital social, correspondentes a soma de seis quotas, distribuídas da seguinte forma:

- a) Uma quota no valor nominal de nove milhões e seiscentos mil meticais, equivalentes a trinta por cento do capital social, pertencentes ao sócio Zuqin Luo;

- b) Uma quota no valor nominal de nove milhões e seiscentos mil meticais, equivalentes a trinta por cento do capital social, pertencentes ao sócio Zhongchun Wang;

- c) Uma quota no valor nominal de quatro milhões e oitocentos mil meticais, equivalentes a quinze por cento do capital social, pertencentes a sócia Weiya Liu;

- d) Uma quota no valor nominal de quatro milhões e oitocentos mil meticais, equivalentes a quinze por cento do capital social, pertencentes ao sócio Chen Hua Liu;

- e) Uma quota no valor nominal de um milhão e seiscentos mil meticais, equivalentes a quinze por cento do capital social, pertencentes a sócia Quingsong Ruan;

- f) Uma quota no valor nominal de um milhão e seiscentos mil meticais, equivalentes a quinze por cento do capital social, pertencentes a sócia Yong Liao.

ARTIGO QUINTO

(Divisão e cessão de quotas)

Um) O sócio que pretender alienar a sua quota afirmara a sociedade, com um mínimo de trinta dias de antecedência, por carta registada com aviso de recepção, dando a conhecer o projecto de venda e as respectivas condições contratuais.

Dois) Gozam do direito de preferência, na divisão, cessão, os restantes sócios.

Três) É nula qualquer divisão, cessão, alienação ou oneração de quotas que não observe o preceituado no número antecedente.

ARTIGO SEXTO

(Morte ou incapacidade de algum sócio)

Um) A sociedade não se dissolve por morte, inabilitação ou interdição de qualquer um dos sócios.

Dois) No caso de morte, ou interdição de qualquer um dos sócios, os herdeiros do falecido ou representantes do interdito, legalmente constituídos exercerão os referidos direitos e deveres sociais, devendo mandar um de entre eles que a todos represente na sociedade, enquanto a respectiva quota se mantiver indivisa.

ARTIGO SÉTIMO

(Assembleia geral)

A assembleia geral reunirá em sessão ordinária na sede da sociedade uma vez cada ano, para apreciação, aprovação ou modificação do balanço e contas do exercício, bem como para deliberar sobre quaisquer outros assuntos constantes da convocatória, e em sessão extraordinária, sempre que se mostrar necessário.

ARTIGO OITAVO

(Convocação e reunião da assembleia geral)

Um) A assembleia geral será convocada pelo conselho de gerência, por meio de carta registada ou telefax, com uma antecedência mínima de quinze dias.

Dois) Será dispensada a reunião da assembleia geral, bem como as formalidades da sua convocação, quando os sócios concordem por escrito na deliberação ou concordem, também por escrito, que dessa forma se delibere, ainda que as deliberações seja tomadas fora da sede social, em qualquer ocasião e qualquer que seja o seu objecto.

Três) Exceptuam-se, relativamente ao disposto no numero anterior, as deliberações que importem a modificação do pacto social, a dissolução da sociedade ou a divisão e cessão de quotas, para as quais não poderão dispensar-se as reuniões da assembleia geral.

ARTIGO NONO

(Administração da sociedade)

Um) A administração da sociedade, dispensada de caução será exercida por um conselho de administração composto pelos sócios, ficando nomeados administradores, e obriga-se em todos actos e contratos, pela assinatura deles.

Dois) O sócio Zuqin Luo, é o presidente do conselho de administração, podendo este achando conveniente, delegar seus poderes a qualquer dos sócios.

Três) A administração será remunerada conforme vier a ser deliberada pelos sócios, podendo constituir em participação nos lucros, se assim vier a ser definido.

Quatro) Compete a administração exercer os mais amplos poderes de gestão, representando a sociedade activa e passivamente, em juízo e fora dele, bem como praticar todos actos relativos ao objecto social da sociedade, desde que os presentes estatutos ou a lei não reservem para a assembleia geral.

Cinco) O administrador pode dentro dos limites da sua competência, constituir mandatários estranhos a sociedade sempre que os actos a praticar exijam habilitações técnicas ou profissionais de qualquer ordem.

ARTIGO DÉCIMO

(Contas e aplicação de resultados)

Um) O ano social coincide com o ano civil.

Dois) O balanço e as contas de resultado fechar-se-ão com referência a trinta e um de Dezembro de cada ano e serão submetidos a apreciação da assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Lucros)

Um) Dos lucros apurados em cada exercício deduzir-se-á, em primeiro lugar, a percentagem legalmente estabelecida para a constituição

do fundo de reserva legal, enquanto estiver realizado ou sempre que seja necessário reintegrá-lo.

Dois) Cumprido o disposto no número anterior, a parte restante dos lucros terá a aplicação que for determinada pela assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Disposições diversas)

Um) A sociedade dissolve-se nos casos e nos termos estabelecidos por lei.

Dois) Serão liquidatários os membros do conselho de administração em exercício à data da dissolução, salvo deliberação diferente da assembleia geral.

Três) Para os casos omissos regularão as disposições legais aplicáveis em vigor na República de Moçambique.

Por ser verdade se passou a presente certidão de publicação que depois de revista e consertada, assino.

Está conforme.

Conservatória dos Registos e Notariado de Pemba, onze de Agosto de dois mil e catorze. — A Notária, *Ilegível*.

Caminhos, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por acta datada aos seis de Novembro de dois mil e catorze pelas dez horas e trinta minutos da sociedade Caminhos, Limitada, foi matriculada na Conservatória dos Registo de Entidades Legais sob NUEL 100494515 deliberou o seguinte:

- i) Alteração do nome do pacto social de Caminhos Limitada, passando para Caminhos Consultores Limitada;
- ii) Divisão de quota do sócio Ozias Júlio Chimunuane no valor de dezoito mil meticais em duas partes: Uma parte no valor de dezasseis mil meticais, para a sócia Julieta Armando Matusse e uma parte no valor de dois mil meticais, para novo sócio Teófilo Décio Inguana.

Em consequência é alterada a redação dos artigos primeiro e quarto do pacto social dos quais passam a ter a seguinte nova redação:

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação, sede)

A sociedade adopta a denominação Caminhos Consultores, Limitada, com sede na Avenida Albert Lithuli, prédio número duzentos e três, terceiro andar, flat vinte e um, cidade de Maputo, podendo por deliberação da assembleia geral abrir ou encerrar sucursais dentro e fora do país quando for conveniente.

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

Um) O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de vinte mil meticais correspondendo à soma de duas quotas distribuídas da seguinte forma:

- a) Uma quota no valor de dezoito mil meticais, correspondente à noventa por cento do capital social, subscrita pela sócia Julieta Armando Matusse;
- b) Uma quota no valor de dois mil meticais, correspondente à dez por cento da capital social subscrita pelo sócio Teófilo Décio Inguana;

Dois) O capital social poderá ser aumentado ou diminuído quantas vezes for necessário desde que a assembleia geral delibere sobre o assunto.

Três) Deliberados quaisquer aumentos ou reduções de capital serão os mesmos rateados pelos sócios na proporção das suas quotas.

Maputo, onze de Novembro de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Mozmine – Empresa Mineira Moçambique, Limitada

Certifico para efeitos de publicação no Boletim da República, que por escritura pública de vinte e nove dias, de mês de Maio, de dois mil e nove, lavrada, a folhas seis verso nove, do livro de notas para escrituras diversas número cento e oitenta e três traço A, desta Conservatória, perante mim, Diamantino da Silva, técnico médio dos registos e notariados e substituto do conservador, em pleno exercício das funções notariais, foi constituída uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada por Mozmine – Empresa Mineira Moçambique, Limitada, entre os sócios Chaque Gicoba e Luis Filipe Barroso Pina, que se regeerá pelas cláusulas seguintes.

ARTIGO PRIMEIRO

Denominação

A sociedade adopta a denominação de Mozmine – Empresa Mineira Moçambique, Limitada, e tem a sua sede em Pemba, Avenida primeiro de Maio número trezentos e noventa, rés-do-chão, podendo abrir delegações em qualquer ponto do território nacional e no estrangeiro.

ARTIGO SEGUNDO

Sede

A sua duração é por tempo indeterminando, contando-se o seu começo a partir da data da sua constituição.

ARTIGO TERCEIRO

Objecto

Um) A sociedade tem por objecto exercer as actividades:

- a) Prospekção e pesquisa de pedras e semi-preciosas;
- b) Exportação de pedras e semi-preciosas;
- c) Similares.

Dois) A sociedade poderá exercer outras actividades relacionadas directa ou indirectamente com objecto principal, desde que devidamente autorizadas em que os sócios decidiram em qualquer ponto do território nacional e seja permitido por lei.

ARTIGO QUARTO

Capital social

O capital sociedade, integralmente subscrito e realizado em dinheiro é de vinte mil meticais, sendo as quotas diferentes pertencentes aos sócios: a primeira de Chaque Gigoba, dez mil e duzentos meticais, correspondente a cinquenta e um por cento, segunda de Luis Filipe Barroso Pina, nove mil e oitocentos meticais, correspondente a quarenta e nove por cento. O capital poderá ser aumentado por contribuição dos sócios.

ARTIGO QUINTO

Divisão e cessão de quotas

Um) A cessação parcial ou total da quota a estranhos a sociedade bem como a sua divisão, depende do prévio consentimento da sociedade.

Dois) A sociedade fica reservada o direito de preferência no caso de cessão de quotas, em primeiro lugar e aos sócios em segundo.

ARTIGO SEXTO

Amortização de quotas

A sociedade fica com a faculdade de amortizar a quota quando qualquer quota for penhorada, arrestada, ou qualquer outro meio apreendido judicialmente.

ARTIGO SÉTIMO

Morte ou incapacidade

Em caso de morte, incapacidade física ou mental definitiva, ou interdição de um dos sócios, a sua parte social continuará com os herdeiros ou representantes legais, nomeando estes uns entre eles mas que a todos represente a sociedade, enquanto a quota se manter indivisa.

ARTIGO OITAVO

Gerência

Um) A gerência da sociedade será exercida pelo sócio Luis Filipe Barroso Pina, nomeado logo após o registo da sociedade, com dispensa de caução.

Dois) Compete a gerência exercer todos os poderes necessários para o bom funcionamento dos negócios sociais, nomeadamente:

- a) Representar a sociedade em juízo ou fora deles;
- b) Conferir mandatos de gerência ou outros com poderes que constem dos respectivos mandatos;
- c) Zelar pela organização da sociedade, bem como pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes da legislação em vigor.

Dois) Para obrigar a sociedade, em todo e qualquer acto é suficiente a assinatura do gerente.

Único. Os actos de mero expediente serão assinados pelo gerente ou qualquer empregado devidamente autorizado por aquele ou pela sociedade.

ARTIGO NONO

Balanco e prestação de quotas

Um) O ano social coincide com o ano civil.

Dois) O balanço e a conta de resultados encerram-se a trinta e um de Dezembro de cada ano.

ARTIGO DÉCIMO

Distribuição de dividendos

Dos lucros líquidos aprovados em cada exercício deduzir-se-ão pela ordem que se segue:

- a) A percentagem legalmente indicada para constituir o fundo de reserva legal;
- b) A criação de outras reservas que a sociedade entender necessárias;
- c) A parte remanescente dos lucros será aplicada nos termos que forem julgados convenientes pela sociedade.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

Prestações de capital

Não haverá prestações suplementares, mas os sócios poderão fazer suprimentos a sociedade nos termos e condições a serem definidos pelo bem da sociedade.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

Disposições diversas

A sociedade só dissolverá nos casos previstos na lei. Neste caso, o sócio será seu liquidatário.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

Em todo caso omissos, regularão as disposições da lei das sociedades por quotas e restante legislação Comercial em vigor na República de Moçambique.

Está conforme.

Conservatória dos Registos e Notariado de Pemba, dois, de Julho, de dois mil e catorze. — A Conservadora, *Ilegível*.

Mozmine – Empresa Mineira Moçambique, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, no Boletim da República que por escritura pública de treze, de Junho, de dois mil e catorze, lavrada à folhas noventa e seguintes, do livro de notas para inscrições diversas número cento e noventa e oito traço A, da Conservatória dos Registos e Notariado de Pemba, perante mim, Paulina Lino David Mangana, licenciada em Direito, conservadora e notária superior, em pleno exercício das funções notariais, foi alterado o pacto social da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada por Mozmine – Empresa Mineira Moçambique, Limitada, cujos os sócios são Luís Filipe Barroso Pina e Chaque Gicoba.

E por eles foi dito que:

São sócios da sociedade supra, com sede em Pemba, Avenida primeiro Maio, número trezentos e noventa, rés-do-chão, podendo abrir delegações em qualquer ponto do território nacional na cidade de Pemba, província de Cabo Delgado, constituída por escritura pública vinte e nove, de Maio, de dois mil e nove, lavrada à folhas seis verso a nove, do livro de notas para inscrições diversas número cento e oitenta e três traço A, da Conservatória dos Registos e Notariado de Pemba, com o capital social de vinte mil metcais, e que pela presente escritura pública e por acta avulsa de dois, de Junho, de dois mil e catorze, os sócios da sociedade supra, deliberaram e por unanimidade sobre a saída de um dos sócios, cessão de quotas e mudança do regime de sociedade. O sócio Luís Filipe Barroso Pina por não lhe convier continuar na sociedade cedeu a sua quota na totalidade para o sócio Chaque Gicoba, passando este a deter cem por cento do capital social, mantendo apenas o cargo de gerente da sociedade e esta passa de sociedade por quotas de responsabilidade limitada para sociedade unipessoal por quotas de responsabilidade limitada.

E em consequência desta modificação fica alterado o pacto social anterior, alterando os artigos primeiro, quarto e oitavo dos estatutos da sociedade, que passa a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO PRIMEIRO

Denominação e sede

A sociedade adopta a denominação de Mozmine – Empresa Mineira Moçambique, Limitada, é uma sociedade comercial e unipessoal por quotas de responsabilidade limitada. Com sede em Pemba, Avenida Primeiro Maio, número trezentos e noventa rés-do-chão, podendo abrir delegações em qualquer ponto do território nacional e no estrangeiro.

ARTIGO QUARTO

Capital social

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro é de vinte mil metcais, equivalente a cem por cento do capital social, correspondente a uma única quota, pertencente ao único sócio Chaque Gicoba.

ARTIGO OITAVO

Gerência

A gerência será exercida pelo senhor Luis Filipe Barroso Pina.

De tudo o que não foi alterado mantém-se em vigor conforme as disposições do pacto social anterior.

Por ser verdade se passou a presente certidão de publicação que depois de revista e consertada, assino.

Está conforme.

Conservatória dos Registos e Notariado de Pemba, treze, de Junho, de dois mil e catorze. — A Notária, *Ilegível*.

Gurula Intaka Eventos Sociedade Unipessoal, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia treze de Novembro de dois mil e catorze, foi matriculada na Conservatória de Registo de Entidades Legais sob NUEL 100550407 uma sociedade denominada Gurula Intaka Eventos Sociedade Unipessoal, Limitada, solteiro, de nacionalidade moçambicana, residente nesta cidade, portador do Bilhete de Identidade n.º 110104068805B, emitido aos dezanove de Junho de dois mil e três, pelo Arquivo de Identificação Civil de Maputo.

ARTIGO PRIMEIRO

Denominação

Um) A sociedade adopta a denominação de Gurula Intaka Eventos Sociedade Unipessoal Limitada, e tem a sua sede na Rua das Cinco mil Casas do Intaka, número quatro, quarteirão vinte e três, rés-do-chão, Distrito Municipal Matola.

Dois) Por deliberação da assembleia geral, a sociedade, poderão transferir a sua sede para qualquer outro lugar do país.

Três) A sociedade é criada por tempo indeterminado, contanto o seu início a partir da assinatura do presente contrato de sociedade.

ARTIGO SEGUNDO

Um) A sociedade tem como o objectivo:

- a) Contabilidade, auditoria, fiscalidade e outros serviços afins;

- b) Consultoria jurídica;
- c) Comércio geral com importação e exportação.

Dois) A sociedade poderá adquirir participações financeiras em sociedade a constituir ou já constituídos ainda que tenha como objecto social diferente do da sociedade.

Três) A sociedade poderá exercer quaisquer outras actividades desde que para isso esteja devidamente autorizado nos termos da legislação em vigor.

ARTIGO TERCEIRO

Capital social

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro no valor de cinquenta mil meticais, representante a uma única quota pertencente ao sócio único Sélvio João Júnior Mboêne.

ARTIGO QUARTO

Divisão e cessão de quotas

Um) Sem prejuízo das disposições legais em vigor a cessação ou alienação de toda a parte de quotas deverão ser do consenso dos sócios gozando estes do direito de preferência.

Dois) Se nem a sociedade, nem os sócios mostrarem interesse pela quota do cedente, este decidirá a sua alienação a quem e pelos preços que melhor entender, gozando o novo sócio dos direitos correspondentes a sua participação na sociedade.

ARTIGO QUINTO

Gerência

Um) A administração, gestão da sociedade e sua representação em juízo e fora dela, activa e passivamente, passa desde já a cargo do sócio maioritário Sélvio João Júnior Mboêne que é nomeado sócio gerente com plenos poderes.

Dois) O gerente tem plenos poderes para nomear mandatários a sociedade, conferindo, os necessários poderes de representação através de consentimento pela assembleia geral.

ARTIGO SEXTO

Assembleia Geral

A assembleia geral poderá reunir-se extraordinariamente quantas vezes for necessária desde que as circunstâncias assim o exijam para deliberar sobre qualquer assunto que diga respeito a sociedade.

ARTIGO SÉTIMO

Dissolução

A sociedade só se dissolve nos termos fixados pela lei ou por comum acordo dos sócios quando assim o entenderem.

ARTIGO OITAVO

Herdeiros

Em caso de morte, interdição ou inabilitação de um dos sócios da sociedade os seus herdeiros directos assumem automaticamente o lugar na

sociedade com dispensa de caução, podendo estes nomear seu representante se assim o entender desde que obedeçam o preceituado nos termos da lei.

ARTIGO NONO

Casos omissos

Os casos omissos, serão regulados pelo Código Comercial e demais legislação vigentes na República de Moçambique.

Maputo, dezoito, de Novembro de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.



Planeta Frio Serviços, Limitada

António Mandir João, solteiro, residente nesta cidade de Maputo, portador do Bilhete de Identificação n.º 110300073443E, de onze de Setembro de dois mil e doze, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil da Cidade de Maputo, entre:

Grácio Vicente Chobela, solteiro, residente nesta cidade de Maputo, portador do Recibo de Bilhete de Identificação n.º 00385633, de treze de Março de Outubro de dois mil e catorze, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil da Cidade de Maputo.

Pelo presente contrato, constituem uma sociedade por quotas de responsabilidade Limitada, que se regerá pelos estatutos seguintes;

ARTIGO UM

Denominação e sede

A sociedade adopta a designação de Planeta Frio Serviços, Limitada, e tem a sua sede no Rua dos CFM, Bairro Hulene B número duzentos e doze, Cidade da Maputo.

ARTIGO DOIS

Duração

A sua duração será por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data da sua constituição.

ARTIGO TRÊS

Objecto

Um) A sociedade tem por objecto a prestação de serviços na área de informática, serviços de frio e investimentos em exportação e importação.

Dois) A sociedade poderá adquirir participação financeira em sociedades a constituir ou já constituídas, ainda que tenham objecto social diferente do da sociedade.

Três) A sociedade poderá exercer outras actividades desde que para o efeito esteja devidamente autorizada nos termos da legislação em vigor.

ARTIGO QUATRO

Capital social

O capital social, integralmente subscrito e realizado é de vinte mil meticais, dividido pelos sócios, António Mandir João, com o valor de dez mil meticais, correspondente a cinquenta por cento do capital e Grácio Vicente Chobela, com o valor de dez mil meticais, correspondente a cinquenta por cento do capital.

ARTIGO CINCO

Aumento do capital

O capital social poderá ser aumentado ou diminuído quantas vezes forem necessárias desde que a assembleia geral delibere sobre o assunto.

ARTIGO SEIS

Divisão e cessão de quotas

Um) Sem prejuízo das disposições legais em vigor a cessão ou alienação total ou parcial de quotas deverá ser do consentimento dos sócios gozando estes de direito de preferência.

Dois) Se nem a sociedade, nem os sócios mostrarem interesse pela quota cedente, este decida a sua alienação a quem e pelos preços que melhor entender, gozando os novos dos direitos correspondentes a sua participação na sociedade.

ARTIGO SETE

Administração

Um) A administração e gestão da sociedade e sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, passam desde já a cargo do sócio António Mandir João.

Dois) A sociedade ficará obrigada pela assinatura de um gerente ou procurador especialmente constituído pelos sócios, nos termos e limites específicos do respectivo mandato.

Três) É vedado a qualquer dos gerentes ou mandatário assinar por ano para apreciação e aprovação do balanço e de contas do exercício findo e repartição de lucros e perdas.

Quatro) Os actos de mero expediente poderão ser individualmente assinados por empregados da sociedade devidamente autorizados pelos sócios.

ARTIGO OITO

Assembleia geral

Um) A assembleia geral reúne-se ordinariamente uma vez por ano para apreciação e aprovação do balanço e contas do exercício findo e repartição de lucros e perdas.

Dois) A assembleia geral poderá reunir-se extraordinariamente quantas vezes forem

necessárias desde que as circunstâncias assim o exijam para deliberar sobre quaisquer assuntos que digam respeito a sociedade.

ARTIGO NOVE

Herdeiros

Em caso de morte, interdição ou inabilitação dos sócios, os herdeiros assumem automaticamente o lugar na sociedade com dispensa de caução, podendo estes nomear seus representantes se assim o entenderem, desde que obedeçam o preceituado nos termos da lei.

ARTIGO DEZ

Dissolução

A sociedade só se dissolve nos termos fixados pela lei ou por comum acordo dos sócios quando assim o entenderem.

ARTIGO ONZE

Casos omissos

Os casos omissos serão regulados pela legislação comercial vigente e aplicável na República de Moçambique.

Maputo, dezoito de Novembro de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Camarni Supply Chain Specialist Mozambique, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia dezoito de Novembro de dois mil e catorze, foi matriculada, na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100551837, uma sociedade denominada Camarni Supply Chain Specialist Mozambique, Limitada.

É celebrado o presente contrato de sociedade nos termos do artigo noventa do Código Comercial, entre:

Kamal Dhinnath Bhimma, casado, maior, com nacionalidade sul-africana, portador do Passaporte n.º 482040420, emitido aos cinco de Dezembro de dois mil e oito pelo Departamento de Home affairs residente na África do Sul;

Patrick William Froud, casado, maior, com nacionalidade sul-africana portador do Passaporte n.º A01860491, emitido aos vinte e um de Julho de dois mil e onze, pelo departamento de Home Affairs, residente na África do Sul;

Eric Zue Ndong, solteiro, maior, com nacionalidade gabonesa, residente em Libreville;

Shumba Tichatonga Siwisa, solteiro, maior, com nacionalidade sul-africana, portador do Passaporte n.º 8BC056580, emitido aos vinte e três de Outubro de dois mil e oito, residente na África do Sul;

O Seuescritório MC, Limitada, registada na Conservatória do Registo das Entidades Legais, sob NUIT 400535825, com sede no bairro da Polana Cimento Avenida Francisco Orlando Mangubwe numero cento e trinta e cinco, representada pela senhora Nadia Marlize Walters Lino.

Constituem uma sociedade por quotas que rege-se pelas seguintes disposições:

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação e duração)

A sociedade adopta a denominação de Camarni Supply Chain Specialist Mozambique, Limitada, e é criada por tempo indeterminado.

ARTIGO SEGUNDO

(Sede)

A sociedade tem sua sede, na cidade de Maputo, Avenida Francisco Orlando Magumbwe, número cento e trinta e cinco, com sucursal na Matola, Avenida Samora Machel, número trezentos e noventa e oito, N4 podendo abrir, delegações e agências ou qualquer outra forma de representação social onde e quando a gerência o julgar conveniente.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto)

A sociedade tem por objecto principal o fornecimento dos seguintes serviços:

- Logística;
- Remoção de resíduos;
- Gestão ambiental e engenharia;
- Gestão de construção e gerenciamento de projectos;
- Serviços de engenharia estrutural;
- Serviços de engenharia de água, esgoto, águas pluviais;
- Obras de áreas de estacionamento e vias de acesso.

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de cento e cinquenta mil meticais, distribuído da seguinte forma:

- Kamal Dhinnath Bhimma, titular de uma quota no valor nominal de vinte e cinco vírgula quinhentos meticais, correspondente a dezassete por cento, do capital social;
- Patrick William Froud, titular de uma quota no valor nominal de vinte e cinco vírgula quinhentos meticais, correspondente a dezassete por cento, do capital social;
- Shumba Tichatonga Siwisa, titular de uma quota no valor nominal de vinte e cinco vírgula quinhentos meticais, correspondente a dezassete por cento, do capital social;

d) Eric Zue Ndong, titular de uma quota no valor nominal de vinte e oito vírgula quinhentos meticais, correspondente a dezanove por cento, do capital social;

e) O Seu Escritório, Limitada, titular de uma quota no valor nominal de quarenta e cinco mil meticais, correspondente a trinta por cento, do capital social.

ARTIGO QUINTO

(Divisão, oneração e alienação de quotas)

Um) A divisão e a cessão de quotas, bem como a constituição de quaisquer ónus ou encargos sobre as mesmas, carecem de autorização prévia da sociedade.

Dois) Gozam do direito de preferência na aquisição das quotas a serem cedidas, a sociedade e os demais sócios em relação a estranhos.

ARTIGO SEXTO

(Administração)

Um) A administração e gerência, da sociedade compete a um conselho de administração, composto por três administradores, de entre os quais um é o presidente.

Dois) É desde já, nomeado administrador e director-geral, senhor Kamal Dhinnath Bhimma, cuja assinatura é de categoria a e a senhora Nadia Marlize Lino, também, administradora, cuja assinatura é de categoria B, dispensados de caução.

Três) A sociedade fica obrigada, em todos os actos e contratos, pelas assinaturas dos dois administradores.

Quatro) A gestão diária da sociedade compete ao director-geral, nomeado pelo conselho de administração, ao qual compete fixar os poderes do director-geral.

Cinco) A sociedade não fica obrigada por quaisquer fianças, letras, livranças e outros actos, garantias e contratos estranhos ao seu objecto social.

ARTIGO SÉTIMO

(Balanço e prestação de contas)

Um) O ano social coincide com o ano civil.

Dois) O balanço e as contas de resultados, fecham a trinta e um de Dezembro de cada ano.

ARTIGO OITAVO

(Dissolução e liquidação da sociedade)

A sociedade dissolve-se nos termos fixados na lei.

ARTIGO NONO

(Casos omissos)

Os casos omissos serão regulados pela legislação aplicável na República de Moçambique.

Maputo, dezoito de Novembro de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Phill Service, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por acta de quatro de Novembro de dois mil e catorze na sociedade Phill Service, Limitada, matriculada sob NUEL 100504081, deliberaram a divisão e cessão da quota no valor de seiscentos e quarenta e seis mil meticaís, que o sócio Filipe Ernesto Chaúque possui no capital social da referida sociedade e dividiu em duas quotas desiguais sendo uma no valor de quatrocentos e noventa e quatro mil meticaís. Que reserter para si e outra no valor de cento e cinquenta e dois mil meticaís cento cinquenta e dois mil meticaís, que ceda ao Eleutério Raulina Sebastião Uaila, de Nacionalidade Moçambicana, Natural de Chibuto, portador do Bilhete de Identidade n.º 110101647944B, emitido aos oito de Novembro de dois mil e onze, residente na cidade da Matola H, Avenida João Chissano, número quarenta e dois, casa número quarenta e cinco.

Em consequência da decisão e cessão de quotas é alterna a redacção do artigo quinto dos estatutos o qual passa ter a seguinte redacção:

ARTIGO QUINTO

(Capital social)

O capital social é de setecentos e sessenta mil meticaís, integralmente realizado em bens que fazem parte da escrita social, encontra-se dividido em três quotas desiguais:

- a) Filipe Ernesto Chaúque, com quatrocentos e noventa e quatro mil meticaís, correspondente a sessenta e cinco porcentos;
- b) Eleutério Raulina Sebastião Uaila, com cento cinquenta e dois mil meticaís, correspondente a vinte por cento;
- c) Feliza Yolanda Isafas, com cento e catorze mil meticaís, correspondente a quinze por cento.

Maputo, quatro de Novembro de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Grande Café, Sociedade Unipessoal, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia catorze de Novembro de dois mil e catorze, foi matriculada, na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100550830 uma sociedade denominada Grande Café, Sociedade Unipessoal, Limitada.

É celebrado o presente contrato de sociedade, nos termos do artigo noventa conjugado com o artigo noventa e um do Código Comercial:

Hossam Abdalla Ali Mohamed Elsi, solteiro, maior, natural de Kalyobiya, de nacionalidade egípcia, portador do Passaporte n.º A11237417, emitido pela República Árabe de Egipto aos vinte e quatro de Dezembro de dois mil e treze, residente em Maputo, com poderes suficientes para o acto.

Pelo presente contrato de sociedade outorga e constitui uma sociedade unipessoal por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CAPÍTULO I

Da denominação, duração, sede e objecto

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de Grande Café – Sociedade Unipessoal, Limitada, com sede na Avenida vinte e quatro de Julho, número três mil cento e trinta e sete rés-do-chão, Bairro do Alto Mae, cidade de Maputo, podendo por deliberação da assembleia geral abrir ou encerrar sucursais dentro e fora do país quando for conveniente.

ARTIGO SEGUNDO

(Duração)

A sociedade é constituída por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data da celebração do seu acto constitutivo.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto social)

A sociedade tem como objecto:

- a) Pastelaria; salão de chá; restauração; catering, e outras actividades conexas.

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de cinquenta mil meticaís, correspondendo a uma única quota, subscrita pelo sócio único Hossam Abdalla Ali Mohamed Elsi.

§ Único: O capital social encontra-se integralmente realizado em dinheiro.

ARTIGO SÉTIMO

(Gerência)

Um) A direcção da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele pertence ao sócio único, que desde já fica nomeado gerente com dispensa de caução.

Dois) O gerente poderá nomear procuradores da sociedade para a prática de determinados

actos ou categorias de actos, podendo delegar em algum ou alguns deles competências para certos negócios ou categorias de actos.

Três) A sociedade obriga-se validamente mediante assinatura do sócio gerente ou seu procuradores com poderes para o acto.

ARTIGODÉCIMO PRIMEIRO

(Disposições finais)

As omissões serão resolvidas de acordo o Código Comercial em vigor em Moçambique e demais legislação aplicável.

Maputo, dezoito de Novembro de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Namuli Comércio & Investimentos, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia dezoito de Novembro de dois mil e catorze, foi matriculada, na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100552094 uma sociedade denominada Namuli Comércio & Investimentos, Limitada.

É celebrado o presente contrato de sociedade, nos termos do artigo noventa do Código Comercial, entre:

Primeiro. Saidata Hatija Saide Abdurremane Abdala Adamgee, estado civil, casada, de nacionalidade moçambicana, residente em Maputo, com Bilhete de Identidade n.º110100125686N, emitido no dia vinte de Março de dois mil e doze, em Maputo;

Segundo. Tiófano Marcos Braga, estado civil, solteiro, de nacionalidade moçambicana, residente em Maputo, portador do Bilhete de Identidade n.º11010398668J, emitido no dia dezassete de Março de dois mil e onze, em Maputo.

Terceiro. Joaquina Joaquim Bernardo Piloto, estado civil, casada, de nacionalidade moçambicana, residente em Maputo.

CAPÍTULO I

Da denominação, duração, sede e objecto

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação e duração)

A sociedade adopta a denominação de Namuli Comércio & Investimentos, Limitada, é constituída sob a forma de sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada e por tempo indeterminado, contando-se o início a partir da data da constituição.

ARTIGO SEGUNDO

(Sede)

A Namuli Comércio & Investimentos, Limitada, tem a sua sede na Avenida das Indústrias, número mil quinhentos e quarenta e três, Maputo-Matola.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto)

Um) Os objectos principais da Namuli Comércio & Investimentos, Limitada é:

- a) Importação, exportação e comercialização;
- b) Representações;
- c) Consignação;
- d) Procurment;
- e) Comissões;
- f) Transporte;
- g) Agenciamento
- h) Logística;
- i) Prestação de serviço nas áreas aduaneiras, contabilidade, auditoria.

Dois) A sociedade poderá ainda exercer outras actividades conexas, complementares ou subsidiárias do objecto principal em que os sócios acordem, podendo ainda praticar todo e qualquer acto de natureza lucrativa não proibido por lei, uma vez obtida as necessárias autorizações.

CAPÍTULO II

Dos sócios e capital social

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

Um) O capital social é de cem mil meticais, dividido em três quotas, assim distribuídas:

- a) Uma quota no valor nominal de quarenta mil meticais, correspondente a quarenta por cento do capital social realizado pertencente a sócia, Saidata Hatija Saide Abdurremane Abdala Adamgee;
- b) Uma quota no valor nominal de trinta mil meticais, correspondente a trinta por cento do capital social realizado pertencente ao sócio Tiófano Marcos Braga;
- c) Uma quota no valor nominal de trinta mil meticais, correspondente a trinta por cento do capital social realizado pertencente a sócia Joaquina Joaquim Bernardo Piloto.

Dois) O capital social poderá ser aumentado uma ou mais vezes mediante concordância de todos os sócios em assembleia geral.

Três) Os sócios gozam do direito e preferência na subscrição das quotas em caso do aumento do capital.

ARTIGO QUINTO

(Transmissão e oneração de quotas)

A transmissão de quotas, bem como a constituição de quaisquer ónus ou encargos sobre as mesmas, carecem de autorização prévia da sociedade, dada por deliberação da respectiva assembleia geral.

CAPÍTULO IV

Dos órgãos da sociedade

ARTIGO SÉTIMO

(Órgãos sociais)

A Namuli Comercio & Investimentos, Limitada, será constituída pelos seguintes órgãos:

- a) Assembleia geral e;
- b) Administração.

ARTIGO OITAVO

(Convocatória e reuniões da assembleia geral)

A assembleia geral ordinária reunir-se-á uma vez por ano dentro dos três meses após ao fecho de cada ano fiscal para:

- a) Deliberar sobre o balanço, contas e o relatório da administração referente ao exercício;
- b) Deliberar sobre a aplicação de resultados;
- c) Eleição dos membros dos órgãos sociais.

ARTIGO NONO

(Representação em assembleia geral)

Os sócios podem fazer-se representar na assembleia geral por outro sócio, pelo cônjuge, por mandatário, que pode ser um procurador, outro sócio ou director, mediante procuração.

ARTIGO DÉCIMO

(Administração)

A sociedade será administrada por um ou mais administradores que, além de poderem constituir-se em órgão colegial, podem ser pessoas estranhas à sociedade. Sendo assim, a administração da firma será designada pela assembleia geral que definirá os limites das suas competências.

CAPÍTULO IV

Das contas e distribuição de resultados

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Contas da sociedade)

O exercício social coincide com o ano civil e o balanço fechar-se-á até o dia trinta e um de Dezembro de cada ano.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Casos omissos)

Qualquer matéria, que não tenha sido tratada nestes estatutos, reger-se-á pelo disposto no Código Comercial e demais legislação em vigor em Moçambique.

Maputo, dezoito de Novembro de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

**Ipsium Business Space, Limitada**

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia vinte e cinco de Agosto de dois mil e catorze, foi matriculada, na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100525062 uma sociedade denominada Ipsium Business Space, Limitada.

Entre:

Filipe Isaias Mauricio Tembe, solteiro, maior, natural de Nampula, de nacionalidade moçambicana, portador do Bilhete de Identidade n.º 110102277532B, emitido em Maputo, aos seis de Janeiro de dois mil e doze, residente actualmente em Maputo, na Avenida vinte e quatro de Julho número oitocentos e oitenta e dois, terceiro andar traço B, bairro Polana Cimento, cidade de Maputo, doravante designado por Outorgante;

Taila Machungo Carrilho, solteira, maior, natural de Maputo, de nacionalidade moçambicana, portador do Bilhete de Identidade n.º 110100524841S emitido em Maputo, aos trinta de Setembro de dois mil e dez, residente actualmente em Maputo na Avenida Zimbabwe, casa número mil seiscentos e quarenta e seis, Bairro Sommerschild, cidade de Maputo, doravante designado por Outorgante;

É celebrado pelos outorgantes o presente contrato de sociedade de responsabilidade limitada, sem prejuízo das demais disposições da legislação aplicável, que se rege pelas cláusulas seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO

Denominação

Ipsium Business Space, Limitada, adiante designada simplesmente por sociedade, é uma sociedade de responsabilidade limitada que se rege pelo presente estatuto e pelos preceitos legais aplicáveis as sociedades em Moçambique.

ARTIGO SEGUNDO

Sede

Um) A sociedade tem a sua sede na rua de Telegráfo número cento e nove, na cidade de Maputo.

Dois) A sociedade poderá criar ou extinguir sucursais, filiais, agências, delegações ou qualquer outra forma de representação social em qualquer ponto do país.

ARTIGO TERCEIRO

Duração

A sociedade é constituída por tempo indeterminado, contando-se o seu início, para todos os efeitos legais a partir da data da sua constituição, podendo ser extinguida de acordo com as regras estatutárias.

ARTIGO QUARTO

Objecto

Um) A sociedade tem por objecto consultoria na área de gestão, contabilidade, jurídica e aluguer de espaços. Assim como a prestação de quaisquer serviços de internet (free), área de refeição e lazer, serviços de fax, scan e fotocópias, recepção, sala de reuniões, emailcom domain do business centre, apoio administrativo e de secretariado, desenvolvimento de planos de negócios e marketing, abertura, reestruturação e encerramento de empresas.

Dois) A sociedade poderá ainda exercer quaisquer outras actividades ou participar em outras sociedades ou empreendimentos directa ou indirectamente ligados à sua actividade principal.

ARTIGO QUINTO

Capital social

Um) O capital social é de vinte mil meticais, correspondente a soma de duas quotas nomeadamente:

- a) Filipe Isaías Mauricio Tembe, com dez mil meticais, equivalente a cinquenta por cento do capital;
- b) Taila Machungo Carrilho, com dez mil meticais, equivalente a cinquenta por cento do capital.

Dois) O capital social poderá ser aumentado ou reduzido, uma ou mais vezes.

ARTIGO SEXTO

Administração

Um) A sociedade é gerida pelo sócio deliberado pela administração.

Dois) Compete a administrador exercer os mais amplos poderes de administração, representando a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, praticando todos os demais actos tendentes à realização do objecto social e outros necessários de acordo com o estatuto da sociedade.

ARTIGO SÉTIMO

Formas de obrigar a sociedade

Um) A sociedade fica obrigada pela assinatura da administrador.

Dois) Os actos de mero expediente poderão ser assinados por qualquer empregado designado para efeito por força das suas funções.

ARTIGO OITAVO

Falecimento do sócio

No caso de falecimento do sócio, os herdeiros exercerão em comum os direitos do falecido, devendo escolher entre eles um que a todos represente na sociedade.

ARTIGO NONO

Exercício social e contas

Um) O exercício social coincide com o ano civil.

Dois) O balanço e contas de resultado fechar-se-ão com referência a trinta e um de Dezembro de cada ano.

ARTIGO DÉCIMO

Casos omissos

Os casos omissos serão regulados pelas disposições do Código Comercial e demais legislação aplicável.

Maputo, dezoito de novembro de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Ntiyiso Electrical, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia dezoito de Novembro de dois mil e catorze, foi matriculada, na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100551918 uma sociedade denominada Ntiyiso Electrical, Limitada.

Mércia Palmira Manjate, solteira, de nacionalidade moçambicana, natural de Maputo, portadora do Passaporte n.º AF 078241, emitido aos vinte e dois de Janeiro de dois mil e dez, com domicílio permanente na cidade de Maputo;

Félix Henrique Chembene, solteiro, natural de Maputo traço Maputo, de nacionalidade moçambicana, de trinta e sete anos de idade, residente na cidade de Maputo, portador do Bilhete de Identidade n.º 110100090206M emitido pelo Arquivo de Identificação civil de Maputo aos vinte e cinco de Fevereiro de dois mil e dez.

Pelo presente contrato de sociedade se regerá em conformidade com os artigos seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação e sede)

Um) A sociedade adopta a denominação de Ntiyiso Electrical, Limitada, abreviadamente designada por NEL.

Dois) A sociedade têm a sua sede na cidade de Maputo, distrito Municipal ka Mavota, bairro

das Mahotas, Avenida Cardeal Alexandre dos Santos, quarteirão dezanove, casa número seiscentos, podendo ser transferida para qualquer outro ponto do País, por deliberação dos sócios.

ARTIGO SEGUNDO

(Duração)

A duração da sociedade é por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data da escritura de constituição pelo Notariado.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto)

Um) A sociedade tem por objectivo principal a prestação de serviços de alta e baixa tensão.

Dois) A sociedade poderá dedicar-se directa ou indirectamente a outras actividades associadas à sua actividade principal em que os sócios acordarem e seja permitido por lei.

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

Um) O capital social, integralmente subscrito é de duzentos mil meticais.

Dois) A Mércia Palmira Manjate tem setenta por cento das quotas e o Félix Henrique Chembene tem trinta por cento das quotas totalizando cem por cento.

Três) O capital social poderá ser aumentado ou diminuído, desde que deliberado pelos sócios, beneficiando os sócios do direito de preferência na respectiva subscrição e para que o nível de participação dos sócios individuais fundadores não fique nunca diminuído.

Quatro) As propostas de aumento ou redução do capital social a subscrever podem ser apresentadas por qualquer sócio.

ARTIGO QUINTO

(Convocação)

A convocação dos sócios para a assembleia geral pode ser feita por cartas escritas com, pelo menos quinze dias de antecedência em relação à data da reunião da assembleia.

ARTIGO SEXTO

(Reuniões)

A assembleia geral dos sócios reúne-se:

- a) Em sessão ordinária, uma vez por ano, no primeiro trimestre de cada ano;
- b) Em sessão extraordinária, sempre que os sócios julgarem conveniente.

ARTIGO SÉTIMO

(Vinculação)

A sociedade obriga-se:

- a) Pela assinatura dos dois sócios membros do conselho de gerência.

ARTIGO OITAVO

(Deliberações)

As deliberações do conselho de gerência são tomadas pelos sócios da sociedade.

ARTIGO NONO

(Administração)

Um) A administração e gestão da sociedade e sua representação em juízo e fora dela, activa e passivamente, passa desde já a cargo dos dois sócios com dispensa de caução, que ficam nomeados desde já administradores.

Dois) Os administradores têm plenos poderes para nomearem mandatários da sociedade, conferindo-lhes caso for necessário os poderes de representação.

ARTIGO DÉCIMO

(Remuneração, contas e resultados)

Um) As remunerações dos elementos da sociedade são estipuladas anualmente por deliberação dos sócios.

Dois) As demonstrações financeiras da sociedade deverão ser elaboradas e submetidas à apreciação da assembleia geral ordinária.

Três) Em cada assembleia geral ordinária, a administração submeterá à aprovação dos sócios o relatório anual de actividades e as demonstrações financeiras balanço, demonstrações de resultados, fluxo de caixa e respectivas notas do ano transacto e ainda a proposta de aplicação de resultados.

Três) Os lucros líquidos apurados, deduzidos da parte destinada a reserva legal serão distribuídos pelos sócios na proporção da sua percentagem das respectivas quotas.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Dissolução)

A sociedade só se dissolve nos termos fixados pela lei ou por comum acordo dos sócios quando assim o entenderem.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Caso de morte ou interdição)

Esta sociedade não se dissolverá em caso de morte ou interdição de um dos associados, esta continuará com os herdeiros do(a) do falecido(a) ou representantes reconhecidos pela lei que nomearão entre eles um que os representará na sociedade.

Maputo, dezoito de Novembro de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilgível*.

SLS - Sealand Solutions, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia dezassete de Novembro de dois mil

e catorze, foi matriculada, na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100551578 uma sociedade denominada SLS - Sealand Solutions, Limitada.

É celebrado o presente contrato de sociedade, nos termos do artigo noventa do Código Comercial entre:

Primeiro. Estêvão Teófilo James Gwambe, casado, natural de Maputo, residente em Maputo, no Bairro da Malhangalene, Avenida Agostinho Neto, número mil oitocentos e oitenta e oito, primeiro andar, flat número cinco, Portador do Bilhete de Identificação Civil n.º 110100293452J, emitido no dia cinco de Julho de dois mil e dez, em Maputo;

Segundo. Ebenezário Filipe Macie Guambe, solteiro, natural de Maputo, residente em Maputo, no Bairro da Malanga, Avenida da Tanzania número cento e vinte e nove primeiro andar Único, Portador do Bilhete de Identificação Civil n.º 110104250490C, emitido no dia vinte de Agosto de dois mil e treze, em Maputo.

Pelo presente contrato de sociedade outorgam e constituem entre si uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CAPÍTULO I

Da denominação sede

ARTIGO PRIMEIRO

Denominação sede

A sociedade adopta a denominação de SLS – Sealand Solutions, Limitada, e tem a sua sede nesta cidade de Maputo, podendo por deliberação da assembleia geral abrir ou encerrar sucursais dentro e fora do País quando for conveniente.

ARTIGO SEGUNDO

Duração

A sua duração será por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data da celebração da escritura da sua constituição.

ARTIGO TERCEIRO

Objecto

Um) A sociedade tem por objecto o comércio geral a grosso e a retalho com importação e exportação, representação de entidades nacionais e estrangeiras, consultoria, estudos, planeamento e execução de projectos nas seguintes áreas:

- Sistemas de Informação Geográficos - GIS;
- Análise de dados, planificação e gestão de recursos naturais;
- Informática aplicada às ciências da terra;
- Energias renováveis;

- Serviço de rastejo e localização de bens móveis;
- Geociências aplicadas;
- Tecnologias e ciências marítimas aplicadas;
- Modelação ambiental;
- Colheita e processamento de dados relevantes;
- Fornecimento e aluguer de equipamentos pertinentes.

Dois) Prestação de serviços nas áreas de:

- Comissões, consignações e representações comerciais;
- Consultoria, auditoria, assessoria técnica;
- Contabilidade, agenciamento, *marketing* e procurment;
- Desalfandegamento de mercadorias, imobiliária e turismo;
- Aluguer de equipamentos;
- A sociedade poderá adquirir participações financeiras em sociedade a constituir ou já constituídas ainda que tenha como objecto social diferente do da sociedade;
- A sociedade poderá exercer quaisquer outras actividades desde que para isso esteja devidamente autorizada nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO II

Do capital social e quotas

ARTIGO QUARTO

Capital social

O capital social, integralmente subscrito e realizado em bens e dinheiro é de vinte mil meticais, divididos em duas quotas, sendo uma de dezassete mil meticais, pertencentes ao sócio Estêvão Teófilo James Gwambe, correspondente a oitenta e cinco por cento, do capital e a outra de três mil meticais, pertencentes ao sócio Ebenezário Filipe Macie Guambe correspondente a quinze por cento do capital.

ARTIGO QUINTO

Aumento do capital

O capital social poderá ser aumentado ou diminuído quantas vezes for necessário desde que a assembleia geral delibere sobre o assunto.

ARTIGO SEXTO

Divisão e cessão de quotas

Um) É livre a cessão ou alienação total ou parcial de quotas entre os sócios.

Dois) Sem prejuízo das disposições legais em vigor a cessação ou alienação de toda a parte de quotas deverá ser do consenso dos sócios gozando estes do direito de preferência.

Três) Se nem a sociedade, nem os sócios mostrarem interesse pela quota do cedente, este

decidirá a sua alienação a quem e pelos preços que melhor entender, gozando o novo sócio dos direitos correspondentes a sua participação na sociedade.

CAPÍTULO III

Dos órgãos da sociedade, composição e competências

ARTIGO SÉTIMO

Assembleia geral

Um) A assembleia geral reúne-se ordinariamente uma vez por ano para apreciação e aprovação do balanço e contas do exercício corrente e repartição de lucros e perdas.

Dois) A assembleia geral poderá reunir-se extraordinariamente quantas vezes for necessária desde que as circunstâncias assim o exijam para deliberar sobre qualquer assunto que diga respeito a sociedade, tais como:

- a) Questões da actividade da sociedade que ultrapassem a competência da administração;
- b) Eleição dos membros da administração, definição da sua remuneração, atribuição dos poderes considerados convenientes aos membros da administração;
- c) Modificação dos estatutos da sociedade;
- d) Aumento ou redução do capital social.

Três) A assembleia geral, ordinária ou extraordinária, pode deliberar sobre qualquer outro assunto de interesse para a sociedade, desde que tal conste da agenda de trabalhos.

Quatro) A assembleia geral será convocada por qualquer membro da administração por meio de telefax, e-mail, telegrama ou carta, dirigidos aos sócios, com a antecedência mínima de quinze dias. Em casos urgentes, é admissível a convocação com antecedência inferior, desde que haja o consentimento de todos os sócios.

Cinco) A convocatória deverá incluir a agenda de trabalhos, os documentos necessários à tomada de deliberação, a data, o local e a hora da realização.

Seis) A assembleia geral será presidida por qualquer membro da administração, conforme escolhido pelos sócios presentes, ou por quem os sócios indicarem, e considera-se regularmente constituída e capaz de tomar deliberações válidas quando, em primeira convocação, estiverem presentes sócios representando mais de cinquenta e um por cento do capital. Se a assembleia não atingir este quórum, será convocada para reunir, em segunda convocatória, dentro de trinta dias, mas não antes de quinze, podendo então deliberar validamente com qualquer quórum.

Para a reunião da assembleia geral em segunda convocatória, são requeridos os mesmos formalismos de convocação das assembleias gerais em primeira convocatória.

Sete) As deliberações das assembleias gerais, serão tomadas por maioria de cinquenta e um por cento dos votos presentes ou representados, com excepção da modificação dos estatutos,

aumento ou redução do capital social, liquidação da sociedade e outros previstos na lei. Nestes casos será necessária uma deliberação aprovada por setenta e cinco por cento dos votos correspondentes ao capital social.

ARTIGO OITAVO

Administração

Um) A administração e gestão da sociedade e sua representação em juízo e fora dela, activa e passivamente, passam desde já a cargo dos dois sócios que são nomeados sócios-gerentes.

Dois) Os gerentes tem plenos poderes para nomear mandatários a sociedade, conferindo, os necessários poderes de representação.

ARTIGO NONO

Resultados

A assembleia geral reúne-se ordinariamente uma vez por ano para apreciação e aprovação do balanço e contas do exercício corrente e a constituição das reservas legais, avaliação dos métodos das amortizações do período, bem como a distribuição de lucros ou perdas do exercício.

CAPÍTULO IV

Das disposições finais

ARTIGO DÉCIMO

Dissolução

A sociedade só se dissolve nos termos fixados pela lei ou por comum acordo dos sócios quando assim o entenderem.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

Herdeiros

Em caso de morte, interdição ou inabilitação de um dos sócios da sociedade os seus herdeiros assumem automaticamente o lugar na sociedade com dispensa de caução, podendo estes nomear seu representante se assim o entender desde que obedeçam o preceituado nos termos da lei.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

Casos omissos

Os casos omissos, serão regulados pela legislação comercial e em demais legislação aplicável na República de Moçambique.

Maputo, dezoito de Novembro de dois mil e catorze. — O Técnico, *Illegível*.

Movimento Nacional para a Recuperação da Unidade Moçambicana – MONARUMO

Certifico, que para efeitos de publicação, por transcrição de oito dias do mês de Abril do ano de dois mil e catorze, lavrada a folhas seis à treze verso do livro de Registos dos

Partidos Políticos, modelo P da Conservatória dos Registos Centrais em Maputo, a cargo de Anabela Araújo Junqueira, Conservadora e Directora, da mesma e Repartição certifica que constituem titulares dos órgãos de Direcção da Organização Política denominada Movimento Nacional Para Recuperação da Unidade Moçambicana – MONARUMO, com a sede na cidade do Maputo, Capital da República de Moçambique, os seguintes elementos:

Eduardo Pintane – Presidente;

Bernardo Joaquim – Secretário Geral;

Florentina Luís Macamo – Membro.

Maputo, 23 de Julho de 2014. – A Conservadora, Ismenia Luisa Garopa.

CAPÍTULO I

Dos isposições preliminares

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação)

O Partido tem a denominado de Movimento Nacional Para a Recuperação da Unidade Moçambicana, e adopta a sigla MONARUMO.

ARTIGO SEGUNDO

(Definição)

Um) O MONARUMO é um movimento político partidário que congrega todos os moçambicanos sem distinção de raça, cor da pele, crença religiosa, origem étnica, domicílio, e posição social.

Dois) O MONARUMO guia-se pelos princípios ideológicos universais de centro-direita baseados na economia do mercado e na abstenção de todas as práticas imorais da sociedade.

ARTIGO TERCEIRO

(Âmbito e sede)

O MONARUMO é um movimento político de âmbito nacional e tem a sua sede na cidade de Maputo, capital da República de Moçambique.

ARTIGO QUARTO

(Natureza)

O MONARUMO é um movimento político partidário independente de qualquer outra organização política ou qualquer Estado, Governo, Confissão Religiosa ou entidade supra nacional.

ARTIGO QUINTO

(Duração)

O MONARUMO subsistirá por tempo indeterminado, contando o seu início a partir da data da sua constituição e reconhecimento pelas estruturas competentes nos termos da lei.

ARTIGO SEXTO

(Princípios)

O MONARUMO tem como princípios:

- a) Igualdade, liberdade, legalidade, paz, justiça, unidade nacional;
- b) Respeito pelo património cultural dos moçambicanos;
- c) Valorização do interesse nacional acima dos interesses individuais;
- d) Promoção e participação no desenvolvimento sócio-económico equilibrado em todo território nacional;
- e) O usufruto equitativo de bens e serviços, de acordo com as reais necessidades humanas em cada região do país;
- f) Respeito, promoção e defesa dos Direitos Humanos, liberdades e garantias consagradas na Constituição de República de Moçambique, bem como as contidas nas declarações Universais dos Direitos do Homem, na Carta da União Africana e na Carta da Organização das Nações Unidas;
- g) Cooperação com todas as forças democráticas do mundo, incluindo as nacionais;
- h) Liberdade na discussão e no pluralismo de opiniões cujas decisões se tomam em fóruns próprios por maioria simples ou qualificadas de acordo com caso por caso; e
- i) Crítica e auto-crítica, com vista ao fortalecimento da democracia em construção na República de Moçambique.

ARTIGO SÉTIMO

(Objectivos)

Na Prossecução das suas actividades o MONARUMO tem os seguintes objectivos:

- a) Centralizar as suas atenções na Unidade Nacional;
- b) Defender a manutenção da Unidade Nacional, Paz, solidariedade, Democracia Multipartidária, Direitos, Liberdades Cíveis e Políticos dos cidadãos plasmados na Constituição da República de Moçambique, e nas demais legislações e convenções vigentes no país;
- c) Participar democraticamente na vida política do País, concorrendo para a formação e expressão política dos cidadãos, intervir em todos os processos eleitorais mediante a apresentação de candidaturas próprias;
- d) Melhorar o nível de vida de todos moçambicanos através de programas de educação, saúde

condigna, agricultura de forma a atingir o desenvolvimento económico e social equilibrado em todo território nacional, com base numa economia de mercado;

- e) Incentivar o investimento nacional e estrangeiro na indústria, comércio, e turismo;
- f) Valorizar as actividades das confissões religiosas como forma de criar um clima de paz, solidariedade, tolerância, no sentido de reforçar a Unidade Nacional;
- g) Cooperar com todas as forças vivas para o bem do Estado Moçambicano;
- h) Respeitar as instituições tradicionais, como base de desenvolvimento das comunidades locais; e
- i) Combater energeticamente a corrupção e o enriquecimento ilícito.

CAPÍTULO II

Da bandeira, emblema e hino

ARTIGO OITAVO

(Símbolos do Partido)

Um) Os símbolos do MONARUMO são:

- a) A bandeira;
- b) O emblema; e
- c) O hino.

Dois) A bandeira do MONARUMO é formada por cinco cores: Verde, azul, amarela, branca e preta destacando-se na parte central o emblema do movimento.

Três) O emblema tem a forma circular tendo no seu interior três pessoas de mãos dadas.

Quatro) A letra e a música do hino serão completadas pelo Regulamento Interno.

CAPÍTULO III

Dos membros, admissão, direitos, deveres, responsabilidade disciplinar e sanções.

SECÇÃO I

Dos membros

ARTIGO NONO

(Princípio Geral)

Podem inscrever-se a membros do MONARUMO, todos os cidadãos moçambicanos maiores de dezoito anos de idade que no pleno gozo de direitos cíveis e políticos aceitem os Estatutos e Programa e garantem a materialização dos princípios e objectivos do movimento.

ARTIGO DÉCIMO

(Admissão)

Um) A filiação no MONARUMO é livre, voluntária, pessoal e por consciência própria.

Dois) A admissão de membros é feita nos termos dos presentes estatutos e do regulamento interno do Partido.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Direitos dos membros)

Os Membros do MONARUMO gozam dos seguintes direitos:

- a) Eleger e ser eleito para os órgãos do Partido;
- b) Exprimir livremente, com consciência e responsabilidade, no interior do movimento, no debate sobre todos os problemas nacionais e as orientações que perante eles devem assumir os seus órgãos do movimento;
- c) Manter a sua liberdade de pensamento e de opinião, respeitando as opiniões contrárias e as deliberações democraticamente tomadas pelo órgãos do movimento;
- d) Possuir cartão de membro que o vincula ao partido, o habilite a frequentar a sede, outras beneficências do Partido;
- e) Gozar de apoio e protecção, assistência jurídica em caso de problemas relacionados com questões partidárias;
- f) Ser informado sobre a orientação e actividade geral do movimento, bem como do organismo de direcção a que está vinculado;
- g) Tratar com os órgãos e hierarquia superior, por intermédio do organismo a que pertencem ou directamente, todas as questões que considerem úteis para a vida do movimento;
- h) Participar qualquer infracção disciplinar aos órgãos do Partido e não ser sancionado sem ser ouvido em processo organizado pelo órgão competente;
- i) Não sofrer qualquer sanção disciplinar sem ser ouvido em processo pelos órgãos do Partido;
- j) Participar nas reuniões do movimento;
- k) Reclamar e recorrer das decisões dos órgãos do Partido se estes contrariarem disposições legais e estatutárias.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Deveres dos membros)

São deveres dos membros do MONARUMO os seguintes:

- a) Identidade e lealdade aos princípios, programa, estatutos, e ao regulamento do movimento;
- b) Difundir e preservar a ideologia do Partido nas comunidades locais

a que o membro esteja inserido alargando a inserção do Partido e recrutamento de mais membros;

- c) Desempenhar com dignidade zelo e eficiência o cargo pelo qual for eleito ou designado pelos órgãos do Partido;
- d) Participar activamente nas reuniões e demais actividades organizadas pelo Partido;
- e) Promover, defender e reforçar a unidade, coesão, integridade, iniciativa, o dinamismo e o espírito criativo do Partido;
- f) Guardar sigilo sobre as actividades internas do Partido, mantendo conduta ética pessoal e profissionalmente compatíveis com as responsabilidades partidárias; particularmente no exercício do mandato electivo e da função pública;
- g) Combater energicamente a intriga e o boato dentro e fora do Partido, denunciando todas as manobras e práticas tendentes a dividir o movimento;
- h) Contribuir para as despesas do Partido, através do regular pagamento de quotização e outras doações;
- i) Contribuir para consolidação das instituições democráticas do País acatando posições democraticamente tomadas pelo movimento e respeitando civicamente as deliberações que obedeçam aos estatutos do movimento e as leis que vinculam o Estado moçambicano;
- j) Informar com honestidade e fé, a direcção do Partido os assuntos específicos ou gerais do interesse do movimento e os seus órgãos;
- k) Aceitar, salvo razão de força maior, exercer com todas as suas capacidades e de forma íntegra as funções para que forem designados pelos órgãos do Partido;
- l) Não se candidatar em listas de outras formações políticas ou em listas independentes, contra listas do MONARUMO;
- m) Não contrair dívidas ou obrigações contratuais em nome do Partido sem delegação ou autorização expressa.

SECÇÃO II

Da disciplina

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

(Responsabilidade disciplinar)

Um) Os membros do MONARUMO que infringirem a disciplina partidária serão sancionados de acordo com sua responsabilidade

e com a gravidade da falta, mediante processo em que lhe serão garantidos todos os meios de defesa e recurso.

Dois) Instaurando o processo disciplinar, será dado ao membro visado, tempo e oportunidade para apresentação de testemunhas e reunir provas da sua inocência.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

(Sanções)

Um) As infracções aos presentes Estatutos podem ser sancionadas com as seguintes penas:

- a) Advertência;
- b) Repreensão pública e registada;
- c) Suspensão do direito de eleger e ser eleito até dois anos;
- d) Suspensão da qualidade de membro do Partido;
- e) Expulsão do Partido.

Dois) A publicidade de sanções aplicadas no âmbito do número anterior depende da Comissão Política Nacional.

Três) Será declarada nula e de nenhum efeito a aplicação de sanções sem observância dos presentes estatutos.

Quatro) O Conselho Jurídico Nacional especificará os tipos de infracções a que referem este artigo e elaborará o processo disciplinar, que carece de aprovação de Conselho Nacional.

Cinco) Ordenamento disciplinar a que ficam vinculados os membros do MONARUMO está em conformidade com a Constituição da República, as leis e os regulamentos que regem os partidos políticos.

CAPÍTULO IV

Da estrutura e organização do MONARUMO

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

(Estrutura e organização do Partido)

Um) A estrutura política do Movimento Nacional Para Recuperação da Unidade Moçambicana compreende: órgãos centrais, provinciais, distritais, de localidades e de aldeia ou povoação.

Dois) São órgãos centrais do MONARUMO os seguintes:

- a) O Congresso;
- b) O Presidente do Partido;
- c) Conselho Nacional; e
- d) A Comissão Política Nacional.

Três) São órgãos provinciais do MONARUMO:

- a) O Conselho Provincial; e
- b) A Comissão Política Provincial.

Quatro) São órgãos distritais do MONARUMO:

- a) O Conselho Distrital;
- b) A Comissão Política Distrital.

Cinco) São órgãos de localidade do MONARUMO:

- a) O Conselho de Localidade;
- b) A Comissão Política da Localidade.

Seis) São órgãos de aldeia ou povoação do MONARUMO:

- a) O Conselho de Aldeia ou Povoação;
- b) Comissão Política da Povoação ou Aldeia.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

(Organização social do Partido)

Um) São organizações sociais do Partido:

- a) A Organização da Mulher do MONARUMO; e
- b) A Organização da Juventude do MONARUMO.

Dois) As organizações sociais do Movimento Nacional Para Recuperação da Unidade Moçambicana são estruturadas em conformidade com a divisão política - administrativa do país.

CAPÍTULO V

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO

Órgãos Centrais do Partido

Um) Os órgãos centrais do Movimento Nacional para Recuperação da Unidade Moçambicana são eleitos em congresso, excepto a Comissão Política Nacional; e

Dois) O mandato dos órgãos centrais tem a duração de cinco anos.

SECÇÃO III

Congresso

ARTIGO DÉCIMO OITAVO

(Definição e composição)

Um) O Congresso é o órgão deliberativo supremo do MONARUMO.

Dois) O Congresso é composto por delegados eleitos e delegados por inerência.

Três) As regras de eleição de delegados ao Congresso são aprovadas pelo Conselho Nacional sob a proposta da Comissão Política Nacional.

Quatro) São delegados por inerência:

- a) Os membros do Conselho Nacional
- b) Os membros da Comissão Política Nacional;
- c) Os deputados eleitos e em plenos exercícios das suas funções;
- d) Os delegados das delegações políticas provinciais;
- e) Os delegados das delegações políticas distritais;
- f) Os presidentes das organizações sociais do Partido.

Cinco) O número de delegados eleitos pode ser superior a dois terços do número total de delegados ao Congresso, definidos pela Comissão Política Nacional e aprovado pelo Conselho Nacional.

ARTIGO DÉCIMO NONO

(Sessões do Congresso)

Um) O Congresso reúne-se ordinariamente de cinco em cinco anos, e extraordinariamente sempre que for convocado pelo presidente do partido.

Dois) As deliberações do Congresso são válidas com a presença de pelo menos dois terços dos delegados presente.

ARTIGO VIGÉSIMO

(Mesa)

Um) A Mesa do Congresso é composta por um presidente, um vogal e três secretários eleitos entre os delegados ao Congresso.

Dois) A Mesa do Congresso é eleita no início das actividades e cessa as suas funções só após a sessão do Congresso.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO

(Competência do Congresso)

Compete ao Congresso:

- a) Deliberar sobre qualquer assunto do interesse do Partido;
- b) Aprovar os estatutos e o programa do Partido;
- c) Eleger a mesa do Congresso, o presidente do Partido e o Conselho Nacional;
- d) Aprovar os relatórios apresentados pelos órgãos nacionais;
- e) Discutir, apreciar e votar as propostas e as moções sobre assuntos pertinentes da vida do Partido e da Nação;
- f) Aprovar as linhas gerais do programa eleitoral do Partido e documentos afins;
- g) Definir e fixar a linha política e a orientação geral do Partido.

SECÇÃO IV

Do Conselho Nacional

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

(Natureza e composição)

Um) Conselho Nacional é o órgão deliberativo do Partido entre os congressos.

Dois) O Conselho Nacional é composto por:

- a) Sessenta e um Membros eleitos em Congresso;
- b) O presidente do Partido;
- c) A Comissão Política Nacional;
- d) O Secretário-Geral do Partido;
- e) O presidente do Conselho Jurídico Nacional;
- f) O chefe da Bancada Parlamentar; e

g) Os presidentes das organizações sociais do Partido.

Três) Têm direito a voto no Conselho Nacional os membros definidos na alínea a).

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO

(Reuniões)

Um) O Conselho Nacional reúne-se em sessões ordinárias uma vez por ano.

Dois) Pode reunir-se extraordinariamente a pedido do presidente do Partido.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO

(Mesa)

Um) A Mesa do Conselho Nacional é composta pelo presidente, dois vogais e dois secretários eleitos entre os membros do Conselho Nacional.

Dois) Compete à Mesa do Conselho Nacional:

- a) Dirigir as sessões do Conselho Nacional;
- b) Representar o Conselho Nacional no intervalo das suas sessões.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO

(Competências do Conselho Nacional)

Compete ao Conselho Nacional:

- a) Aprovar plano de acção política, e fiscalizar a sua execução;
- b) Analisar os resultados eleitorais obtidos pelo Partido;
- c) Aprovar os regulamentos internos da sua competência;
- d) Deliberar sobre a criação e dissolução das organizações sociais do Partido bem como ratificar os respectivos regulamentos;
- e) Deliberar sobre todas as propostas que lhe sejam submetidas pela Comissão Política Nacional;
- f) Discutir e aprovar os orçamentos e as contas do Partido;
- g) Interpretar os estatutos do Partido e injectar as suas lacunas;
- h) Eleger os membros da Comissão Política Nacional sob proposta do presidente do Partido;
- i) Eleger o Secretário-Geral sob a proposta do presidente do Partido.

SECÇÃO V

Do Presidente do Partido

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO

(Definição e Eleição do Presidente do Partido)

Um) O presidente do Partido é o dirigente máximo do MONARUMO, símbolo da unidade de todos os membros e garante da estabilidade interna e externa do Partido.

Dois) O mandato do presidente tem duração de cinco anos.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO

(Competências do Presidente do Partido)

Compete ao presidente do Partido:

- a) Assegurar e dirigir a execução das actividades e estratégia geral do Partido;
- b) Nomear os delegados políticos provinciais sob proposta da Comissão Política;
- c) Representar o Partido perante os órgãos do Estado e os demais organismos;
- d) Nomear o presidente do Conselho Jurídico;
- e) Convocar e reunir a Bancada Parlamentar;
- f) Propor ao Conselho Nacional os nomes dos membros da Comissão Política Nacional para sua eleição;
- g) Propor ao Conselho Nacional os nomes de candidatos ao cargo de Secretário Geral;
- h) Convocar e presidir a Comissão Política Nacional;
- i) Distribuir os pelouros pelos membros da Comissão Política Nacional;
- j) Nomear e exonerar os responsáveis dos demais serviços nacionais e provinciais do Partido, mediante parecer do Secretário-Geral do Partido;
- k) Conduzir as relações internacionais do Partido, tendo em conta as orientações gerais aprovadas em Conselho Nacional;
- l) Convocar o Congresso Ordinário ou Extraordinário bem como marcação da data e local de realização;
- m) Convocar a sessão ordinária e extraordinária do Conselho Nacional;
- n) Ratificar a eleição de membros de direcção da Bancada Parlamentar;
- o) Constituir comissões de trabalho de acordo com as necessidades do Partido;
- p) Indicar o cabeça de lista de cada círculo eleitoral.

SECÇÃO VII

Da Comissão Política Nacional

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO

(Natureza e composição)

Um) A comissão política nacional é o órgão de direcção política permanente do partido.

Dois) O presidente da comissão política nacional é o presidente do partido.

Três) Os membros da comissão política nacional são eleitos no Conselho Nacional sob proposta do presidente do partido.

Quatro) A comissão política nacional é composta por:

- a) O presidente do partido;
- b) O Secretário-Geral do partido;
- c) Chefe da bancada parlamentar;
- d) Presidentes das organizações sociais;
- e) Quinze membros eleitos pelo Conselho Nacional.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO

(Reuniões)

Um) A comissão política nacional reúne ordinariamente de trinta em trinta dias e sempre que convocada pelo presidente do partido.

Dois) As decisões da comissão política nacional são tomadas por maioria de votos dos membros presentes, tendo o presidente direito a voto de desempate, além do seu voto.

ARTIGO TRIGÉSIMO

(Competências)

Compete a comissão política nacional:

- a) Estabelecer os objectivos, critérios e formas de actuação do Movimento tendo em conta a orientação política geral fixada pelo congresso;
- b) Assegurar a execução do programa de actividades do Movimento de acordo com as directrizes aprovadas pelo congresso e deliberação do conselho nacional;
- c) Deliberar sobre a criação de outras organizações sociais sob proposta do presidente do partido;
- d) Elaborar alterações dos estatutos e programa e submeter ao Conselho Nacional para a sua aprovação;
- e) Definir, aprovar e coordenar a intervenção política do partido, nomeadamente através dos diversos órgãos nacionais, provinciais, distritais, de localidades, de aldeia ou povoação;
- f) Propor ao conselho nacional as listas de candidatura aos órgãos de representação política nacional, provincial e municipal;
- g) Superintender as actividades da bancada parlamentar;
- h) Aprovar e submeter as linhas gerais do programa eleitoral de municípios e de governo;
- i) Aprovar a criação e extensão dos serviços centrais do Partido, por sua iniciativa ou sob a proposta do Secretário-Geral do Partido;
- j) Propor e apresentar ao congresso a candidatura do Presidente do Partido;
- k) Elaborar directivas ideológicas para a regulação da vida interna do Partido;

- l) Propor ao conselho nacional sobre o estabelecimento e coligações com outras forças políticas e outros eventos de relevo e de filiação em organizações políticas internacionais;
- m) Deliberar directivas dos acordos com outros partidos nacionais e estrangeiros;
- n) Discutir o orçamento do Movimento e submeter ao conselho nacional para aprovação;
- o) Convocar as sessões do Conselho Nacional;
- p) Aprovar os regulamentos que regem o funcionamento das organizações estabelecidas nos termos do número três deste artigo;
- q) Apreciar e deliberar sobre as candidaturas para Assembleia da República e as listas dos candidatos a presidência dos municípios;
- r) Propor ao presidente do Movimento a nomeação dos delegados provinciais.

SECÇÃO VI

Do Conselho Jurídico

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO

(Composição e Competências)

Um) O Conselho Jurídico é composto por um presidente e dois assistentes.

Dois) Compete ao Conselho Jurídico:

- a) Apreciar a legalidade dos actos praticados pelos órgãos do Partido;
- b) Elaborar o Regulamento Interno do Partido;
- c) Assessorar juridicamente o Partido e prestar assistência jurídica aos membros em função do Partido; e
- d) Emitir pareceres sobre a interpretação dos estatutos e regulamentos relevantes do Partido e a integração das suas lacunas.

SECÇÃO VII

Secretariado Geral

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO

(Composição)

Um) A Composição do Secretariado Geral compreende a existência do cargo de Secretário-Geral que é coadjuvado nas suas funções por directores de departamentos, cuja designação e número carece da decisão da Comissão Política Nacional.

Dois) Integram o Secretariado-Geral do MONARUMO:

- a) Secretário Geral;
- b) Departamento de organização e Mobilização;

- c) Departamento de Informação Propaganda;
- d) Departamento de Administração e Finanças;
- e) Departamento de Formação e Quadros;
- f) Departamento de Estudos e Elaboração de Projectos Políticos, Económicos;
- g) Departamento de Assuntos Sociais, Culturais e Religiosos;
- h) Departamento da Liga da Mulher;
- i) Departamento da Liga da Juventude.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO

(Secretário Geral do Partido)

Um) O Secretário-Geral do Partido é eleito no Conselho Nacional sob proposta do presidente do Partido.

Dois) Compete ao Secretário-Geral do Partido:

- a) Elaborar e submeter à Comissão Política Nacional o plano anual das actividades do Secretariado do Partido;
- b) Propor ao presidente do movimento a nomeação e exoneração dos directores dos departamentos;
- c) Dirigir e garantir o funcionamento dos departamentos;
- d) Acompanhar a execução dos planos das actividades dos órgãos locais;
- e) Elaborar e submeter à Comissão Política Nacional o orçamento e as contas do Partido; e
- f) Exercer outras competências incumbidas pelo presidente do Partido.

SECÇÃO VIII

Da Bancada Parlamentar

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO

(Origem e competências)

Um) Os deputados que sejam eleitos para Assembleia da República por listas apresentadas pelo MONARUMO, no exercício efectivo do seu mandato, constituir-se-ão em bancada parlamentar.

Dois) Compete à bancada parlamentar:

- a) Apresentar e defender a estratégia do Partido sobre o bem-estar social político e económico do povo moçambicano;
- b) Apresentar candidato a presidente da Assembleia da República, sob orientação da Comissão Política Nacional;
- c) Propor candidato a vice-presidente da Assembleia da República sob orientação da Comissão Política Nacional;
- d) Designar candidatos para as Comissões Parlamentares da Assembleia da República, sob orientação da Comissão Política Nacional;

- e) Designar candidatos para as comissões da Assembleia da República sob orientação da Comissão Política Nacional;
- f) No exercício do seu mandato, trabalhar em coordenação com os órgãos do Partido.

CAPÍTULO VI

Da finanças, receitas e despesas do Partido

ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO

(Finanças do Partido)

Um) Cada membro ou simpatizante do Partido é chamado a contribuir com o seu espaço para a captação de receitas para a vitalidade do Partido, o funcionamento correcto e harmonioso dos seus órgãos a todos os níveis.

Dois) A Comissão Política Nacional sob proposta do Secretariado Geral do Partido, aprova o regulamento financeiro que designadamente estabelece as normas de captação do financiamento e de prestação de contas entre as diversas estruturas do Partido.

Três) Compete ao secretariado-geral do partido, as delegações políticas provinciais, distritais, do posto administrativo, e da localidade, promover a obtenção de receitas.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEXTO

(Receitas)

Constituem fontes de receita do MONARUMO:

- a) As cotizações dos seus membros;
- b) Os subsídios públicos que o Partido tenha direito, nos termos da lei;
- c) Os donativos dos seus membros ou simpatizantes, bem como de qualquer entidade que legalmente possa financiar o Partido;
- d) O produto resultante da venda de publicações de material de propaganda, de subscrições legalmente autorizadas, e outros;
- e) O produto resultante de rendimentos próprios,
- f) Os subsídios e legados dos amigos do Partido;
- g) Os outros donativos legalmente previstos.

ARTIGO TRIGÉSIMO SÉTIMO

(Despesas)

Um) As despesas do Partido resultam do exercício das suas actividades nos termos estatutários sendo passível de auditoria interna e externa.

Dois) As despesas a serem efectuadas pelo Partido a vários níveis devem estar de acordo com as receitas programadas.

Três) O ano económico do MONARUMO inicia em Janeiro de cada ano e termina em Março do ano seguinte.

Quatro) Será elaborado o Regulamento Interno e Manual de princípios e procedimentos administrativos a serem observados por todos aqueles que vão lidar com questões financeiras do Partido.

ARTIGO TRIGÉSIMO OITAVO

(Prestação de contas)

Um) Cada órgão de escalão inferior prestará contas ao escalão hierarquicamente superior.

Dois) As formas e as modalidades de prestação de contas serão objecto de regulamentação específica.

CAPÍTULO VII

Dos órgãos locais

ARTIGO TRIGÉSIMO NONO

(Organização Local)

Um) A organização política local do Movimento Nacional para Recuperação da Unidade Moçambicana é estruturada em conformidade com divisão política administrativa do País e é direccionada com vista a maior aproximação dos cidadãos.

Dois) Os órgãos de escalão distrital, posto administrativo, localidade e aldeia ou povoação se estruturam a semelhança dos órgãos provinciais e bem como as suas competências. As atribuições destas estruturas locais serão definidas em regulamento específico do Partido.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO

(Órgãos Provinciais)

São órgãos provinciais do MONARUMO:

- a) Conselho Provincial; e
- b) Comissão Política Provincial.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO

(Definição)

O Conselho Provincial é o órgão deliberativo da Província.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO

(Composição)

O Conselho Provincial é composto por:

- a) Sessenta e um Membros eleitos;
- b) Os deputados eleitos pelo círculo, em exercício de funções;
- c) Os titulares dos órgãos locais do Estado e autárquicos filiados na província quando membros do MONARUMO.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO

(Competências do Conselho Provincial)

Compete ao Conselho Provincial:

- a) Velar pelo cumprimento da linha política ideológica do Partido;

b) Eleger a Comissão Política Provincial sob proposta da Comissão Política Nacional;

c) Apreciar qualquer que seja matéria proposta pela Comissão Política Provincial; e

d) Exercer as demais competências que lhes sejam delegadas pelos órgãos superiores do Partido.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUARTO

Comissão Política Provincial

(Definição e competências)

Um) Comissão Política Provincial é o órgão que garante a execução das orientações dos órgãos superiores e assegura a representação política do Partido na província.

Dois) Compete ao delegado político provincial coordenar os trabalhos, fiscalizar na execução das deliberações da Comissão e representar politicamente o Partido.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUINTO

(Composição)

A Comissão Política Provincial compõe-se de:

- a) Delegado Político Provincial;
- b) Chefe da Mobilização e Propaganda;
- c) Chefe da Informação;
- d) Chefe das Finanças;
- e) Chefe da Liga da Mulher; e
- f) Chefe da Liga da Juventude.

CAPÍTULO VIII

(Disposições diversas)

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEXTO

(Aprovação e alteração dos estatutos)

Um) Compete ao Congresso aprovar e alterar os Estatutos do Partido.

Dois) O Congresso pode delegar ao Conselho Nacional a sua competência para alterar os estatutos; e

Três) As propostas de revisão dos Estatutos deverão ser elaboradas pela Comissão Política Nacional e submetidas ao Conselho Nacional para a sua aprovação.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO

(Coligações e frentes)

Um) O MONARUMO poderá, nos termos da lei participar em coligações ou frentes com outros partidos políticos nacionais para fins eleitorais e referendos.

Dois) A decisão de participar numa coligação ou frente eleitoral pertence a Comissão Política Nacional.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO OITAVO

(Mandatos)

Um) Os mandatos dos órgãos electivos do Partido têm a duração de cinco anos.

Dois) O presidente do Movimento pode ser reeleito sob proposta da Comissão Política Nacional.

Três) O regime de incompatibilidades no exercício de cargos partidários, que não tenham sido expressamente estabelecidos pelos presentes estatutos, será objecto de regulamento próprio a aprovar pelo Conselho Nacional.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO NONO

(Dissolução)

A dissolução do Movimento Nacional para Recuperação da Unidade Moçambicana só pode ser decidida nos termos da lei.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO

(Omissões)

Em tudo quanto se mostre omisso nestes estatutos, regulamento e programa reger-se-á pela Constituição da República, Lei dos Partidos Políticos e demais legislação pertinente.

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO PRIMEIRO

(Entrada em Vigor)

Os presentes estatutos e programa entram em vigor na data da sua aprovação em Assembleia Constitutiva.

Aprovado pela Assembleia Constitutiva do MONARUMO em três de Abril de dois mil e treze.

Unidos por Moçambique

MONARUMO**PROGRAMA****Imperativo Nacional**

A decisão de preparar e de pôr à discussão um programa de alternativa política revelou-se como um verdadeiro imperativo das próprias condições da vida nacional, em um angustioso e crescente estado de crise impõe à consciência dos moçambicanos a obrigação inalienável de acautelar o futuro do país.

Em boa verdade, não pode a vida de um povo entender – se como um simples momento histórico, mas como toda a linha evolutivo das que vem das razões do seu passado e que se protege rasgadamente no seu futuro. E o futuro do País, mesmo o futuro mais próximo, ideológico ou de estrutura política, mas num plano verdadeiramente nacional, através de realidades corajosamente vistas de frente, ir ao encontro, ganhar delas inteira consciência e preparar as soluções que caibam pela aplicação firme de vontades esclarecidas.

A observação desaproximado panorama nacional, mostra – nos todos como, à medida que passam os anos, constantemente se agrava o conjunto dos problemas políticos em que vivem, numa progressão inversa da capacidade do regime para lhe fazer face. Pode assim dizer – se, sem que a informação traduza mais que simples observação do ambiente, que, ao fim de tinta e cinco anos do actual regime, apesar de todas as sucessivas limitações impostas aos direitos de cidadania, brota a partir da zona norte de Moçambique, o Movimento Nacional para Recuperação da Unidade Moçambicana – MONARUMO – na esteira de um imperativo nacional, com sublime objecto de estabelecer e cultivar no nosso país uma sociedade Harmoniosa, fundamentalmente Responsável, Livre e unida, Humana, de Justa e Equitativa Partilha do Bem Comum, Solitária e Democrática, Neste contexto, o MONARUMO assume – se como um Movimento do Centro – Direita.

I. Âmbito Político – Restauração da Ordem Democrática

Um) A restauração da Ordem democrática concretizar –se à imediatamente pelo estabelecimento real das liberdades públicas, designadamente pela liberdade de expressão de pensamento – o que implica a abolição de qualquer forma de censura a Imprensa, pela liberdade de associação, Liberdade de Trabalho, Liberdade de Crença de Culto Religiosos.

Dois) Deverá promulgar – se lei eleitoral, com todas as garantias de Fiscalização, Reclamação e Correção que constituam uma base séria de consulta ao eleitorado.

Três) Os cadernos de recenseamento serão revistos e actualizados.

Quatro) Será instituída a ordem democrática nas organizações social e Profissional restituindo-se aos interessados a livre escolha dos seus dirigente e representantes, assim como o direito a greve, reconhecido pele declaração universal dos direitos do homem, nos termos da lei da organização sindical a promulgar.

Cinco) Promover – se – á também um inquérito as fortunas adquiridas por tráfico de influência ou sugestão fraudulenta, com objecto de apurar as regularidades cometidas, designadamente quanto ela evoluem atentado contra o bem comum ou colaboração de agentes de serviço público.

Seis) Será feita ampla divulgação das conclusões desses inquéritos, sendo relegados a tribunais todos os que foram considerados autores ou cúmplices de actos incrimináveis.

Sete) Serão sistematicamente anuladas a orientação e a influência da ideologia totalitária em todos os sectores de vida nacional.

II. Âmbito da Administração Local

Um) Preconiza-se a descentralização administrativa e a reabilitação do município como instituição de carácter socialista democrático. O município será obrigatoriamente considerado órgão informativo das necessidades locais.

Dois) No sentido de se alcançar uma modernização indispensável dos serviços técnicos e administrativos das autarquias locais, devera fomentar-se associações dos conselhos dentro ária óptima de produtividade dos serviços.

Três) Reformar-se-á ao código administrativo para que se ajuste a policia administrativo de valorização e participação das autarquias locais na gestão dos negócios públicos, e principalmente eliminar-se-ão todas as disposições que restrinjam ou impeçam acesso, por meio de eleições, de todos os cidadãos a direcção policial e administrativa.

Quatro) Promover-se-á ampliação dos recursos financeiros locais, a unificação e simplificação do sistema de recolhas de receitas próprias e adopção do critério e progressividade nas taxas dos impostos autónomos directos.

Cinco) Será revisto e unificado o sistema dos adicionais sobre os compostos do estado.

Seis) Serão clarificadas e racionalizadas as despesas das autarquias locais com o duplo objectivo de se satisfazer as despesas ordinárias e de ordinárias e de reservar uma percentagem apreciável da verba total para fomento de obras públicas e valorização económica das respectivas árias;

Sete) Serão elaboradas planos regionais de desenvolvimento, que terão em vista a promoção económica e social das árias atrasadas, abrangendo um ou vários conselhos, consoante a identidade dos problemas e a similitude das soluções, planos que serão integrados no esquema de planificação nacional.

Oito) Junto do conselho do planeamento económico funcionará um serviço central, com acesso aos departamentos técnicos, o qual decidirá sobre o mérito dos pedidos de financiamento formulados pelas entidades conselheiras ou interconselheiras.

III. Âmbito da Justiça

Um) Preconiza-se uma reforma geral dos serviço de justiça, tendente a assegurar aos tribunais completa independência e perfeita eficácia no exercício das suas funções, julgando-se convincente enunciar desde já alguns nos seus princípios informadores.

Dois) Toda actividade, reformadora a exercer devera espirrar-se nos princípios gerais, éticos e jurídicos consignados na carta das nações unidas, Expurgando-se os diplomas vigentes dos seus conteúdos totalitários.

Três) Assegurar-se-á em bases amplas e equitativas, o direito a revisão das secções disciplinares em relação as quais se prove que foram ditadas por motivos de perseguição e discriminação política, ainda que formalmente implicadas com base em preceitos de natureza não política.

Quatro) Pelo que respeita à administração da justiça, entende-se que a actividade magistratura à exercer deve espirrar-se no propósito de lhe assegurar os meios necessários para que possa corresponder as graves responsabilidades que sobre a instituição impendem.

Cinco) Manter-se-á a separação e autonomia das magistraturas judicial e do ministério público, não podendo as funções deste ser exercida por magistrados judiciais que tenham já ingressado no respectivo quadro.

Seis) Ampliar-se-á o recrutamento da magistratura judicial, sendo admitidos os respectivos concurso, por provas publicas, delegados do procurador da republica, advogados conservadores do registo predial, civil e da propriedade automóvel e notários, que satisfação as condições que vierem a serem fixados.

Sete) Os presidentes e vice-presidentes do tribunal supremo, administrativo, tribunais judiciais, conselho constitucional e de mais tribunais serão eleitos pelos juizes dos respectivos quadros.

Oito) O tribunal supremo em novas secções a criar, integrara os serviços actuais do tribunal administrativo e serviços de contencioso eleitoral e de garantia das liberdades constitucionais.

Nove) O conselho supremo da magistratura judicial ao qual caberá a escolha dos juizes de todas as instâncias, será constituído por juizes do tribunal supremo eleito pelos magistrados de todas as instâncias.

Dez) Será alargado o quadro dos inspectores judiciais, a preencher por juizes de segunda instancia, de forma a permitir que todas as comarcas sejam inspeccionadas pelo menos de três em três anos.

Onze) Os serviços de investigação criminal serão cometidos à Policia Judiciário. As funções de direcção serão atribuídas a magistrados ou outros Licenciados em Direito.

Doze) Será revista legislação sobre a Ordem dos Advogados no sentido de lhes ser assegurada total independência e autonomia. Tornar-se à efectiva a sua colocação nas reformas dos sistemas legislativos, mediante a prestação de pareceres e outras modalidades que as circunstâncias a aconselham. Ser-lhe assegurado o direito de intervir na vigilância das disposições relativas a investigação criminal e ao sistema prisional, preventivo e repressivo, será alargado o quadro das incompatibilidades, de forma a dignificar o exercício da profissão.

Treze) Serão criadas comissões encarregadas ao estudo de projectos e revisão do código penal e Código do Processo Penal e do Código Civil, de forma a larga-se a necessária sistematização dos princípios informadores de cada de direito substantivo e processual correspondentes, e imprimir-lhes espírito democrático e um sentido realista do processo jurídico e das condições sociais actuais.

Catorze) Preliminarmente, remodelar-se à o Código do processo Penal em vigor na parte respeitante à prisão sem culpa formada, de forma a ser substituída por outra, inspirada pelos seguintes princípios: Substantial redução dos limites máximos da prisão preventiva; limitação do tempo de duração dos interrogatórios e dos períodos de incomunicabilidade e de isolamento; proibição de todas as formas de coação física ou moral sobre os presos ou detidos; livre comunicação destes com os seus advogados, assistência de advogados, em gabinetes isolados e sem presença de funcionários policiais ou judiciais; assistência de advogados, constituídos ou nomeados a todos os interrogatórios. Estabelecer-se às severas sanções penais e disciplinares para os infractores.

Quinze) Dar-se-á expressão eficiente ao instituto do “Corpos” de forma a torná-lo eficaz instrumento de defesa e projecção contra os abusos do poder.

Dezasseis) Será revista a legislação sobre custas judiciais, promovendo – se a redução do custo de justiça, admitindo-se a total isenção de encargos judiciais para certos pleitos e facilitando-se a concessão de assistência judiciária aos economicamente débeis.

IV. Âmbito de ensino, cultura e informação

Um) A elevação de nível do povo moçambicano nos aspectos moral, cultural e material é o objectivo basilar do regime democrático a instituir pelo MONARUMO.

Dois) Por isso, impõe-se reorganizar profundamente o ensino público, as instituições de investigação e de cultura e promover uma política de autêntica educação popular, como condições indispensáveis a um aumento da produtividade; a dar ao trabalho possibilidade de entender a significação social do seu trabalho; ao homem os meios de prosseguir indefinidamente a sua formação moral e cultural; ao cidadão a capacidade de intervir de maneira consciente na gestão directa ou indirecta da vida pública.

Três) Em consequência, a política educativa do governo democrático do MONARUMO há-de inspirar-se nos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem, adoptada pelas Nações Unidas em 1948, em cujos artigos 26º, se prescreve:

“Toda pessoa tem um direito a educação. A educação deve ser gratuita

pelo menos no que respeita ao ensino elementar e fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino e Profissional devem ser generalizados; O acesso aos estudos Superiores deve ser aberto em plena igualdade há todos em função do seu mérito”.

A. Princípios e Linhas da Acção Fundamental

Um) Proceder-se-ia eliminação sistemática da influência totalitária no ensino, de forma a remediar os efeitos desastrosos do atrofamento mental e dos constantes atentados contra a dignidade humana, resultantes dos métodos adoptados e praticados durante os 35 anos da independência nacional.

Dois) Será promulgada uma reforma do ensino em todos os grandes, com base nos seguintes princípios:

- Escolaridade obrigatória e gratuita pelo menos até aos 13 anos de idade;
- Valorização do ensino Técnico tanto pela preparação Profissional como pela cultura Geral proporcionada a quem o frequente e por ele se diploma;
- A remodelação do ensino superior abrangerá os quadros como a orgânica, com particular atenção à preparação das actividades profissionais, tendo a criação de quadros em função do desenvolvimento da riqueza nacional nos seus sectores dominantes, assim como no que diz respeito à intensificação da cultura superior da investigação científica.

Três) Para se promover essa reorganização geral, criar-se-á uma Comissão nacional de reforma do ensino compreendendo secções especializadas para cada um graus ou modalidades do ensino.

Quatro) Promover-se-ão amplas medidas destinadas a assegurar democratização do ensino, tornando-o acessível em todos os graus, a todas as classes sociais, pelo recurso ao regime de isenções e bolsas de estudo.

Cinco) Organizar-se-á a preparação intensiva de professores para os diferentes de ensino, particularmente no que diz respeito a instrução geral primeiro eliminando totalmente o vicioso dos sistemas dos “contratados sem formação Psico-pedagógica” e atribuindo aos professores as condições de segurança material que valorizem e dignifiquem o seu magistério.

Seis) Será prestada a maior atenção às dotações, funcionamento, actualização e acessibilidades bibliotecas, laboratórios, gabinetes de estudos e os de mais institutos de cultura e investigação.

Sete) Estabelecer-se-á um esquema destinando a regular as relações entre as empresas privadas e os estabelecimentos de ensino superior, para complemento e melhoria de grau de tecnicidade efectiva dos diplomados.

Oito) Atribuir-se à aos estudantes o seu verdadeiro lugar na escola. Assegurando o livre funcionamento das associações escolares e estimulando a representação dos alunos das escolas superiores nos concelhos universitários.

Nove) O ensino oficial será laico.

Dez) Todo o ensino e acção educativo, de carácter escolar ou extrair-se-ão de inspirar nos princípios democráticos inseridos no parágrafo 2º do artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos do Homem: “A Educação deve visar o pleno desenvolvimento da personalidade humana e revigoração do respeito pelos direitos do Homem e pelas liberdades fundamentais. Deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as Nações e entre todos os grupos raciais, étnicos ou religiosos, assim como o desenvolvimento das actividades das Nações Unidas para a manutenção da Paz”

V. Âmbito Económico

A. Princípios Definidores de uma Política Económica

Um) A todos os cidadãos se devem não só conferir a dignidade dos direitos políticos dentro das instituições democráticas como também assegurar-se lhes o fundamento económico da sua função.

Dois) É objectivo fundamental dessa política promover o desenvolvimento económico nacional e a rápida melhoria das condições de vida, de modo que o povo moçambicano atinja índices correspondentes aos dos países evoluídos, relativamente a alimentação, Vestuário, Habitação, saúde, Instrução, Cultura e recreio, estirando a Moçambique o estigma de país Subdesenvolvido.

Três) A atrofia de que padecem importantes sectores da economia nacional resulta essencialmente dos baixos níveis de consumo da população moçambicana, com a sequente limitação do mercado interno, situação resultante do abandono a que foi votada a agricultura e da política de baixos salários. Independentemente dos princípios de justiça social que não podem deixar de ser observados, impõe-se, pois, uma redistribuição efectiva e ampliar o mercado interno com a consequente melhoria do nível de vida da população.

Quatro) A política do fomento económico nacional terá em conta a medida legítima das posições da agricultura, da indústria e do comércio, de modo a defender e proporcionar a distribuição dos recursos em capitais e créditos em função dos interesses da população activa ocupada em cada um dos respectivos sectores.

Cinco) Será o conselho de Plano Económico, ao qual caberá promover a inventariação de todos os recursos nacionais, e bens em valores humanos, assim como planear a produção, a distribuição, o consumo e o fomento de acordo com os objectivos de uma política democrática e de eficiência económica.

Seis) Promover-se-ão estreito controlo de todos os monopólios, abolindo-se aqueles que tenham resultado de mero favoritismo político ou administrativo. Quando, porém, a concentração em grandes unidades vier a ser aconselhada por motivos de ordem técnica ou económica, deverá proceder-se tendo em conta a salvaguarda dos direitos adquirido e sua justa indemnização.

Sete) Ao estado saberá controlar os preços e os salários, afim como a sua correlação com os índices de custo de vida, adoptando-se um regime de escala móvel de salário.

Oito) Preconizar-se-á principalmente para indústria o princípio da empresa da economia mista, na qual devesse prever-se a comparticipação dos assalariados, devendo tal modelo de empresas constituir um padrão de produtividade, concorrendo como indicador para a formação dos preços. A criação das empresas não se fará o título supletivo ou como recurso a adoptar nas indústrias a concentrar, mas sistematicamente em todos os sectores.

Nove) A indústria turística será regulada em novos moldes dentro do esquema político e administrativo das actividades económicas da nação.

B. Política Fiscal

Um) Devesse proceder-se a uma ampla reforma fiscal que abranja a totalidade dos actuais impostos e contribuições, que defina as novas cartas fiscais dentro de um princípio democrático, incidindo de preferência sobre os impostos directos e contribuições, que defina as novas cartas fiscais dentro de um princípio democrático, incidindo de preferência sobre os impostos directos e eliminando de forma anómala imposto indirecto representada pela taxa e imposto corporativos.

Dois) Na reforma fiscal a instituir, a incidência do imposto deverá ter como base o rendimento de preferência à produção, que fará distinção rendimento do trabalho e do capital, o imposto terá carácter fortemente progressivo e com base na declaração, cujo mérito será acautelada com severas sanções.

Três) Quando a distribuição incidir sobre lucros de sociedades, adoptar-se-á o critério de considerar os lucros brutos, deduzidas à amortizações relativa ao desgaste físico ou a desactualização técnica do equipamento, praticando-se rigorosa fiscalização sobre a formação de fundos e análise das despesas administrativas.

Quatro) Promover-se-á a fiscalizações rigorosas de todas as tentativas de omissão de negócios ao registo contabilístico, cujos técnicos serão pessoalmente responsáveis pela execução da lei.

Cinco) A reforma fiscal procurará atingir objectivos económicos de correcção e de justiça social, distinguindo-se nos diferentes tipos de consumo o que é essencial e o que é sumptuário.

Seis) Na tributação da propriedade considerar-se-á não apenas o rendimento obtido, mas também a capacidade de rendimento desperdiçado por não aproveitamento de todas as suas potencialidades.

Sete) As indústrias novas poderão ser objecto de um tratamento diferenciado, mas apenas temporariamente, até adquirirem o equilíbrio que lhes permite condições de sobrevivência à concorrência estrangeira.

Oito) Será atentamente considerado, para efeitos fiscais, actividade das entidades protectoras ou distribuidoras a que gozam de situações monopolística ou a liga política.

Nove) Regulamentar-se-á a fiscalização e controle da actividade das sociedades económicas, estabelecendo se normas para a organização da sua contabilidade e balançar, e constituindo se para isso um órgão colegial de auditoria.

Dez) Na reforma pautal a promulgar, a actualização de direitos será feita de acordo com os compromissos internacionais e serão particularmente acauteladas as condições do mercado de metical, e as relações da pauta com o fomento industrial.

C. Política Financeira, Monetária e de Crédito

Um) A política financeira terá por objectivo acelerar o desenvolvimento económico do país, criando as condições próprias para o incremento da riqueza, em termos correspondentes às necessidades do consumo, com maior equidade na distribuição do rendimento.

Dois) A política financeira a prosseguir não poderá de vista a cautelar o equilíbrio de balanço de pagamento da estabilidade de câmbios e da livre convertibilidade do metical.

Três) O fomento das actividades económicas e consequente influxo dos investimentos exigirá mobilização das poupanças públicas e particular mediante garantias de amortização e de juro remunerado.

Quatro) No mesmo sentido, poder-se-ão utilizar todos os recursos de crédito externo que nos forem prestados por organismos privados ou internacionais especializados.

Cinco) A aplicação de capitais para financiar as obras de fomento em curso ou a empreender será feita sob rigoroso controlo de os investimentos serão de real interesse nacional reprodutivos, de que não poderão desviar para

empreendimentos especulativos e de que a sua utilização concorrerá para o aumento de produtividade nacional.

Seis) Para que os valores da poupança pública e privada constituam efectivamente uma fonte de fundos para fomentar e dinamizar as actividades produtivas, promover-se-á que tais valores sejam encaminhados para o mercado financeiro corrigindo-se por sete modo a excessiva preferência pela liquidez, que actualmente os verifica através de maior recurso ou empréstimo.

Sete) Deverá canalizar-se o investimento para as actividades nacionais susceptíveis de promover o incremento do rendimento nacional. Nesse sentido, utilizando na medida possível os diferentes tipos da actividade cooperativa, fornecer-se-ão meios financeiros não só as indústrias bases, mas paralelamente à agricultura e as indústrias tradicionais e de exportação.

Oito) A moeda em circulação deverá manter-se em crescimento paralelo ao rendimento nacional, acompanhando o aumento da produção real de bens e serviços como condição base da estabilidade dos preços, com vista a evitar surtos inflacionistas causadas pelos excedentes fiduciários.

Nove) Promover-se-á uma de democratização do crédito para a qual devem ser chamadas a contribuir as instituições cooperativas concedendo-se facilidades, sem discurso a necessária segurança, principalmente à pequena e média produção agrícola, ao fomento da habitação e regulamentando-se as vendas a prestações.

Dez) As acessibilidades às instruções de crédito serão facilitadas mediante a revisão das instruções bancárias de forma a atender às necessidades específicas da agricultura, comércio, indústria e restantes actividades nacionais.

Onze) Promover-se-á também acessibilidade e a simplificação do processo de utilização do crédito criando-se condições que permitam efectivamente às entidades privadas o recurso às formas de créditos a médio e a longo prazo.

Doze) O Estado controlará a distribuição de créditos através do organismo apropriado, cujas funções conjugadas com as do banco emissor, serão independentes da Inspeção de Crédito bancário, que se ocupará exclusivamente de fiscalização contabilística e administrativa, enquanto aquele organismo estudará o condicionalismo económico da aplicação de crédito, controlará a execução das decisões das instituições de crédito públicas ou Privadas e estabelecerá a ligação com os órgãos da planificação.

Treze) Quanto aos órgãos de execução da política de créditos actuais (bancos comerciais, caixas económicas e bancos de investimento),

regulamentar-se-ão as suas funções as suas funções de forma a disciplinar a sua actividade, quer especializando-se quanto aos prazos, quer quanto aos sectores económicos onde recrutem predominante a sua clientela.

D. Política Agrária

Um) Parte-se sempre do princípio normativo de que em todas as formas de actividade, a proporcionar e a conduzir mediante novos métodos, o objectivo supremo a atingir é o da beneficiação do nível geral da população moçambicana pela qual o campesinato tem lugar de relevo, e fazer com que a vida rural se integra no quadro actual das possibilidades oferecidas pela civilização. Isto implica, falando tão-somente da população activa agrícola e seus imediatos dependentes., assegurar a todos:

- a) A satisfação das condições inerentes a uma existência fisicamente sã e acautelada;
- b) A habilitação com mínimo de instrução e a criação em número crescente de unidades activas habilitadas com especialização profissional de modo que sejam agentes efectivos do progresso e bons intérpretes de novas técnicas;
- c) A integração do sector populacional em causa numa obra educativa de valorização humana que, do ponto de vista de educação cívica, converta o rural em cidadão independente, capaz de servir e sustentar a democracia;
- d) O gradual acesso a cultura e aquisição dos bens de espírito, que apaguem no rural o sentimento de inferioridade que, por vezes, o aflige e lhe tira aos próprios olhos razão para exigir que não sejam os seus próprios direitos objecto de atenção menor que os de outras classes.

Dois) A aplicação daquele princípio normativo deverá conduzir a que, na apreciação das obras em curso ou a empreender, se dê a precedência ao que é essencial sem mesmo hesitar em preferir, aos grandes empreendimentos, um conjunto de benfeitorias modestas, quando se reconheça que não corresponde a grandeza técnica a ampliação do préstimo social. Conduzira, também, a que a os grandes dispêndios, como na hidráulica agrícola, sirvam a beneficiar ao maior número de participantes e tenham de facto a justificá-los ao acréscimo do bem-estar das populações. Conduzira, ainda, a que, ao reconhecer-se defensável a concessão de auxílios aos agricultores, eles incidam principalmente sobre culturas de longo interesse colectivo, abrangendo grande número de pequenos cultivadores, desde que a respectiva cultura seja considerada ecológica e economicamente justificada.

Três) Em tal sentido, serão adoptadas medidas atinentes a reforma agrária nas regiões onde ficar provado fila-se principalmente em defeitos estruturais o baixo nível de vida das populações, o atraso técnico e as insuficiências de produção. Organismo central designado "Instituto Agrário" tornará a orientação suprema dos trabalhos a realiza, os quais pressupõem novos ajustamentos da propriedade rústica e das respectivas formas de exploração as exigências do bem-estar generalizadas de elevações do rendimento.

Quatro) Num primeiro aspecto atender-se-á aos defeitos agrários do minifúndio e latifúndio, com medidas ora de concentração predial, ora de partição ou desconcentração da propriedade fazendo-se dominar, em ambos os casos o conceito da propriedade mediana, do tipo familiar, cuja grandeza nunca ficará a quem de limites que impeçam o progresso técnico e a participação efectiva numa economia de mercado. Num segundo aspecto, independente da dimensão da propriedade, a acção ajuntadora incidirá sobre as formas de exploração, procurando atingir objectivos de justiça distributiva.

Cinco) Constituirá principal preocupação, neste sector, o regime legal de arrendamento, der modo a submetê-lo aos conceitos da renda justa, do prazo que dê estabilidade ao rendeiro e da indemnização pelas benfeitorias.

Seis) Considera-se princípio geral a defender, na constituição e no funcionamento das unidades de exploração agrícola à acção cooperativa, no aspecto de funcionamento, transformação de produtos, a respectiva comercialização e, ainda eventualmente, na própria organização e de exploração do solo.

Sete) Promover-se-á o prosseguimento da rápida conclusão de todos os inventários e inquéritos em curso sobre a exploração agro-florestal do País, incluindo-se nestes trabalhos os que dizem respeito ao cadastro geométrico da propriedade rústica e o conjunto de estudos designados actualmente "Direito de Uso e Aproveitamento da Terra" (DUAT).

Oito) Com base nestes estudos serão elaborados planos regionais de desenvolvimento, que deverão considerar-se isoladamente executáveis logo após a sua aprovação.

Nove) Como medida com vista a defesa e valorização das áreas cultivadas preconizam-se:

- a) Prosseguimento das obras que sirvam para combater a erosão quer esta dependa de condições fisiográficas, quer da acumulação de erros inerentes a prática do cultivo, entendendo-se que a obra de reflorestação, a prosseguir intensamente, devera atender, com particular empenho a função protectora da floresta e ao melhoramento da vida dos povos serranos através de um regime silvopastoril bem orientado;

- b) Prosseguimento das “obras de hidráulica agrícola” visando tanto a rega como o enxugo, ficando os planos subordinados as normas atrás indicadas isto é a garantia da maior utilidade social;
- c) Campanha sistemática para o “aumento do teor da fertilidade” do solo agrícola pelo enriquecimento em matéria orgânica. Isto implica uma “campanha pecuária” que aumente substancialmente aumento nacional e, paralelamente, de “uma campanha fogueira”.

Dez) Serão instituídas medidas atinentes ao fomento da produção através das seguintes directrizes:

- a) “Crédito agrícola” acessível que inclua o pequeno produtor, mediante a inscrição deste na caixa de crédito local apoiada fundamentalmente na garantia pessoal;
- b) Alargamento das facilidades concedidas pelo actual “fundo de investimento distrital” que designar-se-á “fundo de melhoramento rural” para a realização de benfeitorias;
- c) Estímulo à criação de núcleos cooperativos de fornecer aos produtos os artigos mais necessários à exploração;
- d) Vulgarização agrícola através da assistência técnica largamente difundida, acompanhada da divulgação dos modernos princípios de gestão agrícola;
- e) Instrução de novas técnicas ou de novas culturas, com assistência apropriada de técnicos agrário e de pecuária, susceptíveis de aumentar o rendimento da terra;
- f) Estímulo de artesanato nas áreas reestruturadas ou possivelmente fomento das pequenas indústrias rurais, de modo aumentar as possibilidades do endimento, como correcção dos efeitos das crises estacionais da mão-de-obra.

Onze) No sentido de regular as relações entre o sector agro-florestal, como fornecedor de matérias-primas, e o sector industrial seu transformador, impõe-se a determinação do justo valor atribuível a produção na origem, de modo a conseguir-se pelo menos uma base justa na repartição do benefício dos valores negociados. Para tanto, é indispensável levar por diante todos os estudos conscienciosos no sector agrícola florestal como, entre outros, os que respeitam os custos de produção e a rentabilidade para produtos fundamentais. Admitisse que uma visão judiciosa acerca da aludida repartição dos valores negociáveis pode permitir em números caso “elevação do salário agrícola”.

Doze) Serão aplicados os mesmos princípios nas relações “produção-comércio” com adopção de medidas eventuais que permitam ao agricultor a comercialização dos seus produtos, actuando assim como saneadores do respectivo comércio. A acção cooperativa apresenta-se como especialmente recomendável neste grau de relações.

Treze) Na elaboração das grandes linhas orientadoras da boa preparação técnica e da solução conveniente dos problemas agro-pecuários, ter-se-ão em conta:

- a) Reforma do ensino agrícola em todos os graus, do elementar ao superior admitido “ensino Florestal Independente”;
- b) Refundimento dos serviços Técnicos, de modo que se apoiem em núcleos de investigação, distribuídos regionalmente, superiormente, inspirados por um Instituto Central, servido simultaneamente por Engenheiros Agrónomos, Engenheiros silvicultores e médicos Veterinários.

E. Política Industrial

Um) No âmbito da planificação económica nacional, a indústria terá uma posição principal como factor determinante do desenvolvimento económico do país e da elevação do nível de vida da população. A formação dos princípios orientadores da política deste sector económica obedecerá ao critério de que o seu desenvolvimento terá de ser orientado tendo em atenção as indústrias de base, mas sem lhes sacrificar os recursos financeiros indispensáveis a renovação e a apetrechamentos técnico das indústrias tradicionalmente enraizadas em economia moçambicana, ocupando grandes contingentes da população activa, assim como as que tem uma função complementar da actividade agrícola e piscatória, por que, beneficiando industrialmente os produtos destes sectores, criam valores de exportação de volume decisivo para o equilíbrio da balança comercial.

Dois) Quanto as indústrias de base ou outras fundamentais do progresso técnico, deverão desenvolver-se as já existentes e criar-se as necessárias ao desenvolvimento económico, devendo ao seu estudo prévio observar um princípio da adopção da técnica moderna, para que produzam dentro de custos e produtividades de concorrências no mercado internacional, ou pelo menos satisfaçam a procura interna em concorrência de preços com a indústria estrangeira.

Três) A localização geográfica de novas indústrias será decidida pela subordinação ao princípio do desenvolvimento económico rápido e harmónico de todo o território nacional.

Quatro) A dimensão e estatuto da empresa industrial terão de estabelecer-se em condições

da máxima economicidade. Em todos os ramos do sector industrial procurar-se-á instalar uma empresa mista, que funcionará como empresa piloto e elemento normalizado de custos, para que as condições económicas de produtividade serão de padrão a uma justa política de preços.

Cinco) Quando a estrutura de ramo industrial por defeitos de dispersão e fragmentação das unidades respectivas, laborem em condições marginais de preço ou mesmo deficitárias com sub-produção e sub-técnica, poderá promover-se a sua concentração como meio para atingir economicidade operacional. As medidas tomadas em tal sentido terão de acautelar direitos adquiridos, com indemnização em dinheiro, se assim o preferirem os actuais proprietários, ou mediante participação, de valor correspondente à rentabilidade da empresa concentrada na empresa que vier a construir-se.

Seis) O instituto nacional de investigação industrial entrará em actividade intensiva no plano nacional, desenvolvendo a investigação científica e tecnológica, principalmente com base e objectivo no melhoramento da qualidade de produção nacional.

VI. Trabalho e previdência

Um) Todo cidadão moçambicano terá direito ao trabalho, a livre escolha de emprego de harmonia com as suas habilitações escolares e profissionais e a sua aptidão psicotécnica; as condições justas e favoráveis ao trabalho; a protecção contra o emprego.

Dois) As normas relativas aos direitos e obrigações dos trabalhadores serão sistematizadas num código de trabalho, cuja disposição nenhum trabalhador ficará excluído.

Três) A remuneração do trabalho deverá assegurar ao trabalhador, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana. O trabalhador terá direito a igual remuneração por igual trabalho.

Quatro) Todo trabalhador terá direito a repouso e lazer, inclusive à limitação razoável das horas do trabalho e a férias periódicas remuneradas.

Cinco) Será reconhecido o direito de associação dos trabalhadores por classes profissionais, por empresas ou numa base regional e, com esse fim os actuais sindicatos nacionais serão entregues a direcções livremente eleitas pelos trabalhadores e poderão vincular-se organicamente por factos de união, federação ou confederação.

Seis) Delegados eleitos pelos trabalhadores, nos termos que a lei fixar, terão lugar na administração de organismos que vieram a gerir Fundo de Desemprego e Federação das caixas de previdência. As verbas de Fundo do desemprego serão, futuras, apenas despedidas em encargos de mão-de-obra.

Sete) Os fundos investidos em empresas privadas pelas caixas de previdência deverão

dar lugar a uma representação dos trabalhadores abrigados por essas caixas de previdências na administração das empresas beneficiárias desses investimentos.

Oito) Serão adoptadas rigorosas normas de segurança e higiene em todos os locais de trabalho.

Nove) Serão remodelados os serviços de fiscalização de horário de trabalho e revistos os actuais horários, promovendo-se a extensão do benefício do fim-de-semana a novas categorias de trabalhadores.

Dez) Serão revistos os actuais contratos de trabalho, designadamente os que contradigam disposições legais e os que fixem salários incompatíveis com o custo de vida, promovendo-se o pagamento adequado de horas extraordinárias, serões e trabalho por turnos.

Onze) Será considerada a criação de um serviço nacional de aprendizagem, destinado a manter a indispensável colaboração com os estabelecimentos e ensino técnico e as empresas industriais, promovendo-se ao mesmo tempo a regulamentação das condições de trabalho doméstico e dos menores.

Doze) Será considerada especialmente a situação dos assalariados agrícolas com o objectivo de lhes proporcionar condições de trabalho e previdência correspondentes às dos trabalhadores industriais e tendo em vista, designadamente, garantir-lhes trabalho durante todo o ano.

Treze) Será objecto de particular atenção o estudo das condições de trabalho da mulher, designadamente nas actividades industriais agrícolas, estabelecendo-se em todos os ramos de actividade, a garantia de períodos de férias pagas as grávidas e parturientes.

Catorze) Em nenhum caso poderá admitir-se que o exercício de qualquer profissão seja considerado impeditivo do casamento da mulher.

Quinze) Será instituído um sistema nacional de seguros sociais, cobrindo designadamente os riscos de desemprego, doença, acidente, invalidez e velhice, prevendo-se desde já a actualização das pensões de forma de acordo com as oscilações do custo de vida e o nível dos salários e ordenados.

VII. Saúde Pública

Um) O direito à saúde inscreve-se no quadro dos direitos dos cidadãos, a que se faz corresponder a obrigação social de assegurar a sua existência e salvaguarda. Em todo o sistema de ideias ordenador das regras relativas a este problema deverá ter-se como pensamento orientador mais do que combater doenças, o de defender a saúde, como direito individual e como bem social.

Dois) A defesa da saúde pública de que ser considerada nas suas implicações com os

problemas da alimentação, habitação, instrução e meios de transporte. Reconhece-se, pois, que se trata de problemas de natureza política para os quais só poderá encontrar-se solução justa, integrando-os no quadro de renovação geral da vida moçambicana.

Três) A reforma a empreender no domínio da saúde pública deverá assentar num plano escalando ao longo de período plurianuais a determinar. Na sua elaboração, cujas directrizes e regras deverão estabelecer-se de acordo com os objectivos que neste programa se determinam, serão ouvidos os organismos médicos, através dos seus corpos especializados e tendo em atenção os estudos já empreendidos.

Quatro) Entende-se que o primeiro problema que deverá ser considerado é o que se refere à carência de pessoal, actualmente desencorajado com as insuficiências do meio, falta de estímulo e de condições de trabalho. Nesse sentido, deverão encarar-se para um período imediato de dois anos, medidas de emergência distintas:

- a) A aliviar esse "Deficit", especialmente pela revisão das condições de remuneração de trabalho e de preparação dos médicos, do pessoal de enfermagem e do pessoal técnico auxiliar;
- b) A preparação de planos, conveniente antecipada, para que, findos os dois anos, se dê início a sua execução;
- c) A preparação de condições básicas para que o plano possa efectivamente executar-se sem lapsos nem sobressaltos.

Cinco) A análise dos problemas relativos à saúde pública e o conteúdo das suas soluções deverão encarar-se em simultaneidade com as reformas do ensino, tanto que diz respeito as faculdades de medicina como às escolas de enfermagem e de preparação do pessoal técnico auxiliar.

Seis) A organização nacional do sistema de instalações hospitalares deverão orientar-se, tendo em conta a área a abranger e a sua população, pelo desenvolvimento da rede de comunicações, tendo presente a ideia de que, num País de superfície e de recursos limitados, será mais barata e mais eficiente a existência de meios rápidos de transporte para acesso aos grandes centros de saúde do que prolongar, manter ou mesmo tentar simplesmente melhorar a actual dispersão discricionária de edifícios de propósitos hospitalares, mas que efectivamente não se dispõe de pessoal nem de dimensões, nem de equipamento para uma assistência rápida e eficaz.

Sete) Constituir-se-ão brigadas móveis de assistência clínica, tanto com a finalidade de socorro urgente como com objectivo de uma acção permanente de carácter preventivo. A mobilidade das brigadas de socorro urgente será assegurada através de recursos de meios

modernos de transportes, incluindo os que utilizam a via aérea que sendo o caso de isso conduzirão rapidamente os doentes ou sinistrados aos grandes centros hospitalares dotados de ampla capacidade de plano de acção. Pelo que diz respeito as brigadas de medicina preventiva, incube-lhes promover o combate metódico e persistentes as epidemias que continuam a onerar gravemente as taxas de mortalidade geral do país.

Oito) Eliminar-se-á o carácter político da acção empreendida pela organização dependente do actual instituto nacional de segurança social, fonte de financiamentos de obras cuja finalidade nada tem que ver com carácter de assistência e previdência atribuído a quotização compulsiva do patronato e do trabalhador.

Nove) Serão completamente revistas as actuais condições de importação de produtos farmacêuticos, actividade que não pode entender-se subordinada a simples propósito de carácter lucrativo.

Dez) Serão facilitadas condições para a reunião de um congresso nacional dos médicos, no qual respectiva organização profissional, entendendo-se que os votos desse congresso contribuirão para a normalização democrática da actividade da ordem dos médicos e constituirão, assim como os estudos paralelos que vierem a fazer-se relativamente a preparação e ao exercício da profissão de enfermagem, elementos a considerar para a elaboração do Plano Nacional de Saúde.

VIII. Habitação

Um) Parte-se da afirmação do princípio de que o problema da habitação tem de ser compreendido no quadro geral de uma política que vise o desenvolvimento económico nacional, dentro da ideia de que não será possível insistir na procura de soluções locais, baseada no livro jogo especulativo.

Dois) Estabelecer-se-ão, para isso, as condições apropriadas para, através de inquéritos, se preparar e pôr em execução um plano Nacional de Habitação que deverá conferir ao problema uma solução de dimensões Nacionais, enquadrada numa política geral de fomento que eleve urgentemente o nível crítico de vida das nossas populações e tenham em conta os direitos e possibilidades das classes menos protegidas e as condições próprias das diversas regiões do País.

Três) Entende-se, por isso, que só com base em planos regionais será possível prever, com segurança, as necessidades locais no que diz respeito a habitação, assim como criar aglomerados, com condições reais de alto suficiência e impedir a construção irreflectida de bairros em territórios sem condições de habilidades e afastados dos locais de trabalho, que a especulação faz irromper nos arredores de grandes centros.

Quatro) Considerar-se que o problema de habitação rural está ligado á aspectos estruturais que claramente o diferenciam do que se refere á habitação urbana e lhe emprestam, até maior gravidade. Por isso, as respectivas soluções não podem desligadas de um conjunto de circunstâncias a ordem estrutural, a considerar especialmente no quadro da política agrária a instituir.

Cinco) Ter-se-á presente que o problema de habitação tem a sua dependência na política do solo, pelo que se tornará necessário empreender urgentemente do regime legal de expropriação e a instituição de uma política que elimine totalmente o que era actualmente se verificar, quer por de particulares, quer por parte das próprias identidades públicas.

Seis) No mesmo sentido, deverá também anular-se objectivo exclusivamente lucrativo da construção, dominado por cadeias de intermediários, determinando-se que a taxa de capital investido na habitação não poderá ser superior á dos investimentos em sectores económicos fundamentais, com que se pretende atingir o duplo objectivo de evitar que os capitais sejam desviados de empreendimentos produtivos e de reduzir os preços de aluguer.

Sete) O fomento de habitação será promovido mediante uma decidida actividade realizadora e normalizadora do poder público, assim como através do incremento do sector privado não lucrativo, sobre tudo pela atribuição de crédito acessível á cooperativas e outras entidades que dêem garantias de que a sua acção se não destina a obtenção de lucros, criando-se, em tal sentido, os necessários organismos financeiros coordenados a nível ministerial.

Oito) Para se estabelecer e dar execução ao plano Nacional de Habitação torna-se necessário empreender um inquérito geral às condições das diferentes regiões do País, através do qual se obtenha o conhecimento sistemático e real das necessidades urbanas e rurais.

Nove) Dentro do regime de capacidade que se pretende atribuir os municípios incluir-se-á a sua iniciativa nos domínios de uma política de habitação, sendo as actividades municipais em tal sector objecto de uma necessária coordenação.

Dez) Será da responsabilidade das autarquias locais a construção e a conservação dos órgãos de equipa colectiva necessário á satisfação das necessidades humanas aglomerados habitacional mente.

Onze) Promover-se-á a criação e desenvolvimento das indústrias ligadas á construção civil que contribuam para uma maior produtividade neste sector, procurando-se ao mesmo tempo o aperfeiçoamento e a realização dos processos tradicionais da construção.

Doze) Para os objectivos contidos das regras acima anunciados, serão instituídos órgãos de investigação tecnológica e de inquérito sociológico.

IX. Defesa Nacional

Um) As Forças Armadas de terra, mar e ar, devem constituir um corpo técnico altamente especializado ao serviço na nação afastado de qualquer interferência ou respirabilidade política colectivas na vida Nacional.

Dois) O Ministério da Defesa Nacional coordena a actividade dos três departamentos Militares Exercito, Marinha, Aviação e superintende directamente no estado-maior conjunto das forças armadas e dos organismos interministeriais cuja acção abrange os três departamentos.

Três) De acordo com os interesses políticos militares da nação, serão revistos os tipos e orgânicas das diferentes unidades, prevendo-se nomeadamente a extinção e redução das que forem consideradas obsoletas ou inadequadas, em proveito do aumento das que, pela sua extrema mobilidade e poder de choque, possam intervir com rapidez e eficiência em qualquer ponto onde seja necessário a sua actuação.

Quatro) Igualmente será revisara a distribuição territorial das forças armadas, a qual será feita com objectivo de satisfazer exclusivamente se exigências da defesa. Em cada região militar devesa haver uma força operacional de escalão a definir ulteriormente, um centro de instituição para a cooperação inter-armas e um centro de recrutamento e mobilização. Para certos tipos de unidades especializados será previsto o recrutamento nacional.

Cinco) A repartição das dotações para a defesa dos três ramos das forças armadas será apenas condicionadas pelos tipos de missões mais prováveis que lhe venham a competir, definidas em face das modalidades da intervenção previstas através das políticas milita da Nação.

Seis) Sem prejuízo e eficiência da organização militar, promover-se-á a redução das despesas com as forças Armadas ao mínimo compatível com a segurança social.

Sete) A promoção dos oficiais-generais de terra, mar e ar, em especial, deixará de ter o aspecto de escolha de carácter político, e passará a ser da competência do conselho superior das forças armadas.

Oito) Mantêm-se a obrigatoriedade de prestação de serviço militar para todos os cidadãos aptos.

Nove) A carreira militar estará aberta a todos os Moçambicanos, sem distinção de origens, raças ou religião, e com directo ao acesso aos diversos postos da respectiva hierarquia e a

consequente promoção, uma e outra unicamente dependente das condições morais e técnicas consignadas em lei.

Dez) O ensino ministrado nas escolas Militares, além da sua função técnica, inspira-se á nos princípios que deve obedecer o ensino público, em geral, enunciados no respectivo capítulo deste programa.

Onze) O pedido normal da instrução militar, encurtado quando possível merece da intensidade com que á aquela se ministre, será sempre aproveitada para o fornecimento da instrução geral a que ela careca, a par da instrução básica militar. Cabe aos instrutores ter bem presente que a passagem pelas fileiras deve representar a frequentação de uma verdadeira escola de civismo.

Doze) A mesma lei acima designada que constituirá o estatuto do militar constituirá os direitos que a este pertencem, e nos quais se incluirão os seguintes:

- a) Directos políticos designadamente plenitude de direito de eleger e ser eleito;
- b) Direitos civis, como reconhecimento de contrair matrimónio sem dependência de condicionalismo actual;
- c) Direitos profissionais, como seja o de trocar por outra a profissão militar. Em contrapartida, ser-lhe-á igualmente aplicáveis certas medidas restritivas de ordem geral, como por exemplo: a limitarão quanto ao exercício de actividade remuneradas de carácter não militar.

Treze) Serão concedidas amplas possibilidades de acesso ao oficialato a todos militares que, revelando aptidões de estudo e de direcção, satisfaçam as condições de promoção.

X. Política Externa

Um) A política externa moçambicana tendo como primeiro objectivo a cooperação internacional dará particular relevância a posição de Moçambique como pais membro da Organização das Nações Unidas e vincular-se-á ao acatamento das obrigações resultantes das regras estabelecidas na respectiva carta.

Dois) Nesse sentido, procurar-se-á adopção de soluções conducente a paz e ao progresso das Nações e preconiza-se recurso arbitragem como meio de regular todos os litígios.

Três) Dar-se-á efectividade nos domínios políticos, cultural e económico a uma cooperação fraternal com a União Africana e SADC; e, de forma singela, com CPLP, quer declara estreitar-se progressivamente no interesse dos povos e pela realidade de uma sincera comunidade lusófona, vir a ser o fulcro de entendimento de povos que encontram na língua portuguesa um vínculo comum de cultura.

Quatro) Dentro das regras de convivência internacional e das exigências democráticas de uma diplomacia responsável perante a Nação, respeitar-se-ão os laços tradicionais e as obrigações actuais do estado moçambicano.

Cinco) As obrigações decorrentes de participação de Moçambique na organização da Nações Unidas terão como consequência lógica o estabelecimento de relações diplomáticas com todos os pais nela integrados.

Seis) Factores de posição geográfica, principalmente respeitantes ao territórios Africanos, impondo boas relações e cooperação com os países vizinhos, aconselham a normalização de relações diplomáticas com todos os estados independentes de África,

de modo a defender continuidade do papel histórico da paz, tolerância, reconciliação moçambicana a aproximação do ocidente e do oriente, e a negociação de um “ modus vivendo com a União Africana, que impacto de desenvolvimento económico harmonioso para o progresso do bem-estar dos povos veio tornar indispensável e urgente.

Sete) Considerar-se-á que os núcleos de moçambicanos residentes em países estrangeiros pertencem do mesmo modo a Nação, pelo que se procurara dar-lhes a consciência dessa dignidade prestando-lhes nesse sentido assistência diplomática, cultural e económica.

Oito) Será promulgada uma reforma do ministério dos negócios estrangeiros, que terá

especialmente em vista a selecção, habitação e promoção do pessoal, o carácter do seu recrutamento, a instalação no estrangeiro de serviços satisfatórios de documentação e de informação, de representação cultural e económica, e a criação de quadros habilitados a dar satisfação aos objectivos previstos no número anterior.

Unidos por Moçambique!

Chiúre, aos três de Abril de dois mil e treze.

Movimento Nacional para Recuperação da Unidade Moçambicana – (MONARUMO)

Está conforme.

Conservatória dos Registos Centrais em Maputo, vinte e três de Julho de dois mil e treze.
– A Conservadora, Ismenia Luisa Garoupa.

FAÇA OS SEUS TRABALHOS GRÁFICOS NA INM, E. P. NOVOS EQUIPAMENTOS NOVOS SERVIÇOS DESIGN GRÁFICO AO SEU DISPOR

Nossos serviços:

- **Maketização, Criação de Layouts e Logótipos;**
- **Impressão em Off-set e Digital;**
- **Encadernação e Restauração de Livros;**
- **Pastas de despachos, impressos e muito mais!**



Preço das assinaturas do *Boletim da República* para o território nacional (*sem porte*):

- As três séries por ano 10.000,00MT
- As três séries por semestre 5.000,00MT

Preço da assinatura anual:

- Séries
- I 5.000,00MT
- II 2.500,00MT
- III 2.500,00MT

Preço da assinatura semestral:

- I 2.500,00MT
- II 1.250,00MT
- III 1.250,00MT

Beira — Rua Correia de Brito, n.º 1529 – R/C
 Tel.: 23 320905
 Fax: 23 320908

Quelimane — Rua Samora Machel, n.º 1004,
 Tel.: 24 218410 Fax: 24 218409

Brevemente em Pemba.